



# DIÁRIO

## *da Assembleia Nacional*

XII LEGISLATURA (2022-2026)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE MARÇO DE 2025

**Presidente:** Ex.ma Sra. **Celmira Sacramento**

**Secretários:** Ex.ma Sra. Bilaine Ceita

Ex.mos Srs. Silvestre Mendes

José Rui Cardoso

#### SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 09 horas e 20 minutos.

Deu-se início ao debate e apreciação conjuntos das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano 2025, após apresentação pelo Sr. Primeiro-Ministro (Américo Ramos) e a leitura do parecer da 2.ª Comissão Especialidade Permanente, pelo Deputado José Maria Barros (MLSTP/PSD).

No debate, intervieram, além do Primeiro-Ministro, do Ministro de Estado da Economia e Finanças (Gareth Guadalupe), da Educação, Cultura, Ciência e Ensino Superior (Isabel Viegas de Abreu), das Infra-Estrutura e Recursos Naturais (Nelson Cardoso), da Saúde e Desporto (Celso Matos) e do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável

(Nilda da Mata), os Srs. Deputados Delfim Neves (BASTA), José Maria Barros (MLSTP/PSD), Messias Pereira (ADI), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Itelmisa Pires (ADI), Elálcio da Marta (MLSTP/PSD), Izilda Domingos (ADI), Osvaldo Abreu (MLSTP/PSD), Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD), Gabdulo Quaresma (MLSTP/PSD), Nito Abreu (ADI), Levy Nazaré (BASTA), Jorge Bom Jesus (MLSTP/PSD), Conceição Moreno (MLSTP/PSD), José Carlos Cabral (ADI), José Rui Cardoso (MLSTP/PSD), Honório Sousa Pontes (ADI), Alda Ramos (ADI), Josino Veiga (ADI), Wuando Castro (MLSTP/PSD), Sólito da Cunha Lisboa (ADI), Baltazar Quaresma (MCI/PS-PUN), Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN) e José António Miguel (ADI).

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 18 horas.

A Sra. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 9 horas e 22 minutos.*

*Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Abnildo do Nascimento d'Oliveira**

**Alberto da Trindade Luís**

**Alda Quaresma da Costa D'Assunção Ramos**

**Albertino Amélia da Cruz**

**Aleksander Monteiro Lima**

**Arlindo Quaresma dos Santos**

**Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento**

**Celmira de Almeida do Sacramento dos Santos Lourenço**

**Celisa Maria Martins dos Reis Aguiar**

**Elísio Osvaldo do Espírito Santo d'Alva Teixeira**

**Edmilson das Neves Amoço**

**Honório da Luz Sousa Pontes**

**Itelmiza Duarte Monteiro Pires**

**Izilda Quaresma dos Ramos Domingos**

**Jorge Sousa Pontes Amaro Bondoso**

**José António do Sacramento Miguel**

**José Carlos Cabral d'Alva**

**Jozino Malupane da Veiga**

**Laudino Afonso de Jesus**

**Lourenço Aguiar Freitas**

**Messias Luís Fernandes Pereira**

**Nito de Sousa Viegas d'Abreu**

**Orlando Borges da Mata**

**Olinto Andrade Vaz do Rosário**

**Ossáquio Perpétua Riôa**

**Salcedas d'Alva Teixeira Barros**

**Silvestre Moreno Mendes**

**Sólito da Cunha Lisboa Neto**

**Teodorico de Campos**

**Wilter Kathelen das Neves Boa Morte**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Andrade Correia Catarina**

**Arlindo Barbosa Semedo**

**Conceição Vieira Moreno**

**Danilo Neves dos Santos**

**Eláckcio Afonso da Marta**

**Ermilinda José Dias Borges de Castro Menezes de Pinho**

**Filomena Sebastião Santana Monteiro d'Alva**

**Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca Quaresma**

**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**

**Gaudêncio Luís Costa**

**Jerónimo Lima Pires Quaresma**

**Jorge Lopes Bom Jesus**

**José Rui Tavares Cardoso**

**José Maria Afonso de Barros**

**Osvaldo Eduardo João**

**Osvaldo António Cravid Viegas d' Abreu**

**Raúl do Espírito Santo Cardoso**

**Wuando Borges de Castro de Andrade**

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista-Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

**António dos Reis Faleiro**

**Baltazar Albertina Quaresma**

**Beatriz da Veiga Mendes Azevedo**

**Eldimiro Emiliano Manuel**

**Hélio Fernandes da Costa Lavres**

Movimento BASTA (MB)  
**Delfim Santiago das Neves**  
**Levy do Espírito Santo Nazaré**

Peço aos Serviços o favor de conduzirem o Sr. Primeiro-Ministro e os Membros do Governo para a Sala. Para analisarmos e discutirmos o OGE e as GOP, não podemos fazê-lo na ausência do Governo, até porque é o Primeiro-Ministro que abre o debate. Portanto, vamos continuar à espera.

*Pausa para a entrada do Governo.*

Permitam-me que saúde, Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e, através de si, todos os Srs. Ministros, todas as Sras. Ministras, todos os Srs. Deputados e todas as Sras. Deputadas, todos os Técnicos presentes na Sala, os Assessores Parlamentares e de uma forma mais calorosa todos quantos estão à nossa escuta, tanto no Solo Pátrio como a nossa diáspora.

Importa informar também que vamos ser seguidos pela televisão, em directo, e a Rádio Nacional, como é de hábito, pelo que agradeço a todos esses técnicos que conseguem fazer essa transmissão em directo.

Tendo em conta que o Governo submeteu as duas propostas à Mesa da Assembleia Nacional e as mesmas foram analisadas por todas as comissões especializadas permanentes da Assembleia Nacional, temos o relatório final elaborado pela 2.ª Comissão, que agradeço pela prontidão, é hora de analisarmos em Plenário estes dois instrumentos, que são essenciais para o trabalho do Governo. Então, para o efeito, chamo o Sr. Primeiro-Ministro, para apresentar a este Plenário estes dois instrumentos.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo** (Américo Ramos): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Caros Cidadãos são-tomenses, residentes e na diáspora: Dirijo-me hoje à Nação, com um profundo sentido de responsabilidade e compromisso, para apresentar o OGE e as GOP para o ano de 2025, instrumentos fundamentais para consolidar o desenvolvimento do nosso país e melhorar a vida dos nossos cidadãos.

O OGE e as GOP que propomos reflectem a nossa determinação em fortalecer os pilares essenciais da nossa sociedade, promovendo uma economia mais dinâmica, serviços públicos mais eficientes e um futuro de maior bem-estar para todos.

Estamos conscientes dos desafios que enfrentamos, seja no plano económico, social ou financeiro, e não só, Sra. Presidente, Srs. Deputados, no plano político também.

O povo exige de nós responsabilidades e não sentimentalismo; consciência do momento histórico e não saudosismo; nosso trabalho para o nosso presente e futuro comum e não sebastianismo. Tudo depende de nós, tudo depende da nossa liderança estratégica, do nosso pensamento conceptual, da nossa acção transformacional e nossa acção colaborativa e em rede.

Estamos igualmente determinados em transformar os desafios em oportunidades, para construir um país mais resiliente, produtivo e justo.

Este Orçamento é fruto de um aturado trabalho dos técnicos e técnicas da Administração Financeira do Estado, aos quais agradeço e aproveito a solene oportunidade para augurar que mostrem o mesmo profissionalismo no momento de execução.

O orçamento para 2025 tem um valor de 6,5 mil milhões de dobras, o que equivale a 265 milhões de euros. Deste montante 2,55 mil milhões de dobras, ou seja, 104 milhões de euros, 39,2%, serão investidos directamente no desenvolvimento do País, reforçando sectores essenciais como Saúde, Educação, Agricultura, Infra-estrutura, Ambiente, Turismo e Justiça, um sinal claro do compromisso deste Governo em impulsionar o crescimento económico e melhorar os serviços essenciais em pouco mais de 20 meses de governação que no resta.

No contexto macro-económico, o OGE para 2025 assenta numa gestão responsável das finanças públicas, acompanhando a evolução dos principais indicadores.

A inflação acumulada em Dezembro de 2024 atingiu 11,6%, mas para este ano prevê-se uma desaceleração para 6,9% em termos homólogos, impulsionada sobretudo pelo abastecimento do mercado com produtos locais, reflectindo os esforços para fortalecer a produção nacional e reduzir a dependência das importações.

Paralelamente, a economia deverá crescer 3,3% em 2025, impulsionada por projectos estratégicos nos sectores das infra-estruturas, agricultura, turismo sustentável, energia e protecção ambiental, que estimulam o investimento, a criação de empregos e o aumento da produtividade.

Esse crescimento justifica o aumento das receitas para 13,8% do produto interno bruto para 2025, garantindo que o Estado possa continuar a financiar as suas prioridades, sem comprometer a estabilidade fiscal.

O aumento das despesas de funcionamento em 2025 está essencialmente associado à necessidade de ajuste salarial na Administração Pública. No entanto, este aumento será rigorosamente limitado a 8,3% do PIB, respeitando o tecto estabelecido no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Dentro deste limite será feita uma redistribuição dos recursos por toda Administração Pública, incluindo serviços e fundos autónomos, de forma a garantir que ajustes sejam sustentáveis, sem comprometer a estabilidade fiscal do País e assegurando ao mesmo tempo que o Estado mantenha a sua capacidade de investimento nos sectores prioritários como Saúde, Educação, Infra-estrutura e Protecção Social.

O Governo reconhece a importância do diálogo social, mas que só será possível iniciar este processo após uma análise completa e rigorosa da distribuição dentro do tecto estabelecido. Desta forma, garantimos que qualquer ajuste salarial respeite os limites acordados com o FMI e contribua para uma Administração Pública mais eficiente e financeiramente responsável.

Em linha com o compromisso do Governo com a sustentabilidade fiscal, o saldo primário deverá ser superavitário em 1% do PIB no Exercício Económico de 2025, um objectivo estrutural no âmbito do Programa de Facilidade de Crédito Alargado, reforçando a credibilidade das contas públicas e a consolidação da trajectória de crescimento com estabilidade.

#### Finalidade e objectivos das políticas públicas orçamentais.

A classificação funcional das despesas do OGE 2025 reflecte o compromisso em reforçar sectores estratégicos para o desenvolvimento do País. Comparativamente a 2024, verifica-se um aumento de 16,1% no orçamento da Educação, passando de Dbs. 789,1 mil milhões de dobras, 32,2 milhões de euros, para 916 milhões de dobras, 37,4 milhões de euros, ou seja, um aumento, como eu disse inicialmente, de 16,1%. Este aumento permitirá a expansão da rede escolar, a modernização das infra-estruturas do ensino e o reforço da formação docente, garantindo uma educação de maior qualidade para os jovens são-tomenses.

Já na área da Saúde, o orçamento teve um crescimento significativo de 86,2%. O investimento na Saúde passou de 1738 milhões de dobras, 7,1 milhões de euros, em 2024, para 323,65 milhões de dobras, ou seja, 13,2 milhões de euros, em 2025, impulsionado pelo início das obras do novo hospital e a modernização dos serviços de Saúde em todo o País.

Outro destaque vai para o sector da Agricultura e Pescas, que registou um aumento de 254,2%, passando de 102,4 milhões de dobras, 4,2 milhões de euros, em 2024, para 362,7 milhões de dobras, 14,6 milhões de euros, em 2025. A maior parte desse crescimento vem do investimento no sector, que passou de 63,8 milhões de dobras, 2,6 milhões de euros, para 326,3 milhões de dobras, 13,3 milhões de euros, um crescimento de 411,5%, reflectindo na modernização da produção agrícola e pesqueira, para garantir a segurança alimentar e o controlo da inflacção decorrente do aumento do preço dos produtos nacionais.

Além disso, é importante destacar o crescimento expressivo de 559,7% nas políticas governamentais direcionadas para a sustentabilidade ambiental, que aumentou de 34,4 milhões de dobras, 1,4 milhões de euros, para 226,8 milhões de dobras, 9,3 milhões de euros, com um forte impulso nos investimentos nesta área, que passarão de 28 milhões de dobras, 1,8 milhões de euros, para 208,9 milhões de dobras, 8,5 milhões de euros.

O enfoque especial do Governo no sector do Ambiente, que recebe um reforço substancial para promover a resiliência climática, a protecção dos ecossistemas e a implementação dos projectos sustentáveis, como aterro sanitário e o fortalecimento das políticas de gestão ambiental, reflecte o compromisso em garantir um desenvolvimento sustentável, equilibrando o progresso económico com a preservação dos recursos naturais e a mitigação do impacto das mudanças climáticas.

No que diz respeito ao desenvolvimento económico, agricultura e infra-estrutura, o Governo pensa implementar projectos que visam uma economia forte que exija um sector produtivo dinâmico, infra-estruturas modernas. Este Orçamento dá prioridade à agricultura e pesca, infra-estrutura económica, sectores fundamentais para melhorar as condições de vida do meio rural, garantindo a segurança alimentar, a competitividade do País e o crescimento sustentável.

Serão feitos investimentos na modernização da agricultura, promovendo técnicas mais eficientes, acesso a crédito para agricultores e melhoria das cadeias de distribuição.

Assim, serão feitos investimentos em programas de apoio à modernização da produção agrícola e à valorização dos nossos produtos no mercado.

A aprovação deste Orçamento implica também a reabilitação e construção de infra-estruturas rodoviárias, que receberão um investimento significativo com o objectivo de melhorar a circulação de bens e pessoas e garantir maior integração entre as comunidades rurais e os centros urbanos.

Parte considerável será aplicada na modernização das estradas principais e na construção de acessos a zonas agrícolas estratégicas, facilitando o escoamento da produção nacional. Estas infra-estruturas são fundamentais para integrar melhor as regiões e dinamizar a economia.

O Governo reafirma o seu compromisso com a unidade nacional, garantindo a subvenção dos preços para a Região Autónoma do Príncipe e assegurando maior acessibilidade com a decisão já tomada de permitir que mais uma companhia obtenha condições preferenciais para operar voos entre as Ilhas, reforçando a ligação e promovendo o desenvolvimento equilibrado do País.

Além disso, para reduzir os custos de energia e fomentar o crescimento industrial, será feito um investimento importante na expansão das energias renováveis, nomeadamente através da instalação de novas centrais solares e da modernização da rede eléctrica, garantindo maior estabilidade no fornecimento e reduzindo a dependência dos combustíveis fósseis.

Na área da Saúde, o Governo levará a cabo acções no sentido de disponibilizar mais recursos e melhores condições. A saúde é um dos pilares do bem-estar social e da qualidade de vida. Este Orçamento

reforça o investimento na modernização, expansão da rede de saúde pública, assegurando que mais sãotomenses tenham acesso a cuidados de qualidade.

O novo hospital, cuja construção será financiada com um total de 32,5 milhões de dólares, constitui uma peça fundamental na melhoria dos serviços de saúde do País. Essa unidade moderna e equipada com tecnologia de ponta permitirá ampliar significativamente a qualidade e a capacidade de atendimento, garantindo melhores condições para médicos, enfermeiros e demais profissionais.

O Governo também aposta na formação contínua dos profissionais de Saúde, garantindo que os médicos, enfermeiros e técnicos de Saúde tenham acesso a capacitação permanente, para prestar serviços de excelência.

Serão também investidos recursos na reabilitação dos postos de Saúde, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a serviços médicos de qualidade, sem a necessidade de longas deslocações. Até que se tenha o novo hospital, as prioridades do investimento estarão concentradas na aquisição de medicamentos, reagentes e consumíveis essenciais, garantindo o abastecimento contínuo dos serviços de Saúde.

No Sector da Educação, a acção do Governo é no sentido de garantir o futuro das próximas gerações. Uma sociedade só avança, quando investe na educação dos seus jovens. Para 2025 reforçamos o investimento na expansão e modernização do sector educativo com especial atenção para a melhoria das condições nas escolas e na formação dos professores em matéria digital.

Estão previstos investimentos nas escolas com o objectivo de reduzir a sobrelotação das salas de aulas e melhorar as infra-estruturas das instituições de ensino. Serão no mínimo 11 obras de reabilitação, ampliação e construção de escolas primárias e secundárias e modernização dos outros estabelecimentos existentes garantindo espaços mais adequados para o ensino e aprendizagem.

O Governo investirá na construção de um novo liceu técnico-profissional em Caué, um Distrito distante da capital, garantindo que os jovens da região beneficiem de um programa de capacitação para o mercado de trabalho e tenham acesso a uma educação de qualidade, sem necessidade de longas deslocações. Este investimento permitirá a formação em áreas técnicas essenciais, aumentando as oportunidades de emprego, incentivando o empreendedorismo local e contribuindo para o desenvolvimento sócio-económico sustentável do Distrito e o crescimento inclusivo do País.

Espera-se que o programa de formação abranja também áreas como turismo, indústrias, tecnologias, agricultura e não só, garantindo que os jovens adquiram competências que lhes permitam ter um futuro profissional promissor e contribuir para o desenvolvimento dos Países.

O Governo também investirá na inclusão digital através do projecto *Ensino e Reforma da Governação Educativa* (ERGUES) e outros. Apostará na criação de centros de tecnologias em todos os distritos, permitindo que os alunos tenham acesso a materiais didácticos digitais e reduzindo a desigualdade digital.

A formação dos professores também está contemplada neste projecto com um pacote de incentivos e formação contínua, para garantir um ensino de melhor qualidade. Além disso, será dada a continuidade aos programas de apoio social, incluindo iniciativas para garantir a alimentação escolar gratuita para as crianças em idade escolar, de forma a garantir que nenhuma criança fique em casa e fique para traz.

No domínio do ambiente e turismo sustentável, o Governo pensa que o desenvolvimento sustentável e a protecção do meio ambiente são fundamentais para o futuro do País. O Governo reafirma o seu compromisso na gestão sustentável dos recursos naturais, promovendo práticas responsáveis que assegurem a preservação ambiental, o equilíbrio dos ecossistemas e o bem-estar das futuras gerações.

Os projectos ligados ao ambiente e turismo sustentável contarão com ações de conservação, reflorestação e promoção de um turismo ecológico que respeite os recursos naturais e crie empregos locais.

Neste âmbito, a construção de novo aterro sanitário representará um avanço significativo na gestão de resíduos, reduzindo a poluição melhorando a saúde pública e garantindo um ambiente mais limpo e sustentável para todos. Além disso, será implementado o projecto de resiliência costeira, uma iniciativa essencial para a protecção das comunidades vulneráveis a mudanças climáticas, através da recuperação dos ecossistemas costeiros, da mitigação dos efeitos da erosão e do reforço das infra-estruturas contra eventos externos. Este projecto contribuirá para um país mais resiliente e preparado para os desafios ambientais do futuro.

O Governo também investirá na melhoria do sistema de saneamento, garantindo melhores condições de higiene e saúde para a população. Com a modernização de redes de saneamento, reduziremos o risco de doenças, protegeremos os recursos hídricos e levaremos a qualidade de vida a todo o Território Nacional. Esses investimentos reflectem a visão de um São Tomé e Príncipe mais sustentável, equilibrado e preparado para crescer de forma responsável.

No domínio da justiça social, é essencial reconhecer que na área da Justiça o combate à violência doméstica e o abuso sexual seja reforçado. O Governo investirá na eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e raparigas, aliando-se com o objectivo de desenvolvimento sustentável 5 que visa a igualdade de género. O Orçamento prevê recursos para o fortalecimento do sistema de protecção das vítimas, formação de agentes da justiça e a criação de centros de apoio às vítimas. Um dos objectivos é a criação de uma cartografia exaustiva do quadro legal, permitindo uma visão clara dos serviços competentes e dos procedimentos jurídicos para combater a violência baseada no género. Queremos um país onde todos, especialmente as mulheres, raparigas e crianças, se sintam protegidos e têm acessos à justiça célere e eficaz.

O combate à pobreza e à exclusão social continua a ser uma prioridade. O Programa Família vulnerável, que já beneficia milhares de famílias, será consolidado em 2025 com transferências monetárias directas, garantindo que tenham acesso a prestações básicas e possam viver com dignidade. Porém, queremos evoluir para uma perspectiva assistencialista, para auto-sustentabilidade.

Um número crescente de cidadãos que procuram emigrar em busca de melhores condições de vida no exterior, um fenómeno que tem gerado dificuldades para as empresas locais na captação de mão-de-obra qualificada, comprometendo o crescendo económico nacional. O governo investirá na criação de oportunidades de emprego e geração de rendimento para jovens e famílias vulneráveis, dignamente na melhoria da empregabilidade dos jovens e mulheres, incluindo beneficiários do Programa Família Vulneráveis, para facilitar o acesso a oportunidades de trabalhos no sector público e privado, apoio ao auto-emprego, através da promoção da autonomia financeira e o empreendedorismo sustentável e o reforço da capacidade institucional dos serviços de emprego, assegurando uma maior integração com os programas de protecção social.

Para garantir que todos esses investimentos e ajuste salarial sejam executados de forma sustentável, o Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano para 2025 assentam em princípios de rigor e transparência na gestão das finanças públicas. O Governo adoptará medidas concretas para reforçar a arrecadação fiscal, combatendo a invasão e melhorando a eficiência na cobrança dos impostos, através do alargamento da base tributária, para evitar aumentar a carga fiscal sobre os cidadãos que já cumprem com as suas obrigações, controlar o crescimento da dívida pública, garantindo que os empréstimos contraídos sejam utilizados de forma estratégica e sustentável e melhorar a eficiência dos gastos públicos, eliminando desperdícios e assegurando que cada dobra investida gere um impacto positivo para a população.

Além disso reforçaremos os mecanismos transparência e prestação de contas assegurando que os recursos do Estado sejam aplicados de forma justa e eficiente.

Caros compatriotas, o Orçamento Geral do Estado para 2025 é um instrumento de mudança e progresso. Ele reflecte a nossa visão de um São Tomé e Príncipe mais próspero, onde cada cidadão tem acesso a oportunidade e melhores condições de vida. Sabemos que os desafios são muitos, mas também sabemos que com trabalho, transparência e determinação podemos transformar o nosso país. Este é um orçamento feito a pensar nas pessoas, nas suas necessidades e nas suas aspirações. Um orçamento que investe na educação dos nossos filhos, na saúde e na segurança das nossas famílias, no crescimento da nossa economia e na modernização das nossas infra-estruturas. Acreditamos que juntos podemos construir um futuro melhor, contamos com todos, sector privado, sociedade civil e cada cidadão, para que este plano se concretize e beneficie o País inteiro.

Vamos trabalhar com esperança e determinação para tornar São Tomé e Príncipe um exemplo de desenvolvimento e crescimento sustentável.

Muito obrigado a todos.

*Aplausos do ADI.*

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Primeiro-Ministro.

Já está na Sala o Sr. Presidente da 2.ª Comissão e já deve haver a esta altura um relator.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Barros.

O Sr. José Maria Barros (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Excelência, Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Assessores, Funcionários da Casa Parlamentar, Srs. da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, no País e na diáspora, muito bom dia.

«Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e de Orçamento.

Parecer da 2.ª Comissão relativo às Propostas de Lei n.ºs 32 e 33/XII/5.º/2025 – Que aprovam, respectivamente, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2025.

Introdução.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 206.º do Regimento da Assembleia Nacional, foram remetidas à Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e do Orçamento (2.ª Comissão) e às demais Comissões Especializadas Permanentes, em 24 de Fevereiro de 2025, por despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional, as seguintes Propostas de Lei, para análise e parecer:

Proposta de Lei n.º 32/XII/5.º/2025 – Que aprova as Grandes Opções do Plano (GOP) para o Ano Económico de 2025 e a Proposta de Lei n.º 33/XII/5.º/2025 – Que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico de 2025.

O presente parecer tem como objectivo analisar e apresentar uma visão detalhada sobre as Propostas de Lei acima citadas, destacando seus principais aspectos, impactos esperados e alinhamento com os objectivos estratégicos estabelecidos. A análise busca assegurar a conformidade com as normas vigentes, bem como avaliar a eficiência na alocação dos recursos e a viabilidade de sua execução, de forma a contribuir para uma gestão financeira responsável e transparente.

Desta forma, o presente parecer contempla a análise conjunta da Proposta de Lei n.º 32/XII/5.º/2025, que aprova as Grandes Opções do Plano (GOP) para o Ano Económico de 2025 e da Proposta de Lei n.º 33/XII/5.º/2025, que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o mesmo período.

Para este fim, a 2.ª Comissão reuniu-se no dia 4 de Março de 2025, com o objectivo de proceder à apreciação dos referidos documentos e designar o relator responsável.

#### Enquadramento legal.

As Propostas de Lei n.ºs 32 e 33/XII/5.º/2025 apresentadas pelo XIX Governo Constitucional, no âmbito do seu poder de iniciativa, encontram-se em conformidade com o disposto na alínea f) do artigo 111.º da Constituição da República, bem como o artigo 136.º n.º 2 do artigo 142.º e o artigo 143.º do Regimento da Assembleia Nacional (RAN).

Após analisar as iniciativas apresentadas, a 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional constatou que as Propostas de Lei relativas às Grandes Opções do Plano (GOP) e ao Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico de 2025, submetidas pelo Governo, estão em linha com o artigo 23.º da Lei n.º 03/2007, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 12/2009, que regula o Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE).

#### Balanço da Execução do OGE de 2024.

De acordo com as informações preliminares fornecidas pelo Governo sobre a execução orçamental de 2024, constatou-se que, até Setembro, as receitas totais arrecadadas somaram 2.049.000.000,00 (dois mil milhões e quarenta e nove milhões de dobras). Esse montante representa 48,2% do valor inicialmente aprovado e corresponde a uma redução de 20% em relação ao arrecadado no mesmo período de 2023.

É importante destacar que as receitas fiscais constituem o principal componente das receitas correntes. Até Setembro de 2024, a arrecadação fiscal totalizou 1.128.000.000,00 (mil milhões, cento e vinte e oito mil de dobras), o que equivale a 57,7% do programado para o ano e reflecte uma diminuição de 10,6% em comparação com o mesmo período de 2023.

Tanto o nível de execução quanto a arrecadação, observa-se uma redução em relação a 2023. Justificam-se, sobretudo, pelo desempenho das receitas correntes internas e pela mobilização de donativos.

Em relação às despesas, destaca-se que, até Setembro, a taxa de execução atingiu 54,8% do valor programado, totalizando 2.387.000.000,00 (dois mil milhões, trezentas e oitenta e sete mil de dobras). Este montante representa uma redução de 15% em comparação com o mesmo período do ano anterior, sendo, em sua maioria, composto por despesas de funcionamento.

#### Enquadramento macro-económico das GOP e do OGE de 2025.

##### No Contexto Internacional.

De acordo com as previsões económicas mundiais (WEO, Abril de 2024), prevê-se um crescimento global de 3,2% em 2024 (em comparação com os 3,3% de 2023) e de 3,3% em 2025. À medida que os factores cíclicos desencadeados pela COVID-19 e o duplo choque energético global, resultantes da combinação entre a forte retoma económica pós-lockdown e os conflitos militares no leste europeu e no Médio Oriente se atenuam ao longo do tempo, a actividade económica global tende a alinhar-se mais com o seu potencial.

No início de 2024, diversos factores contribuíram para a melhoria da economia mundial, incluindo: a recuperação do comércio global, impulsionada pelo crescimento significativo das trocas comerciais da China, associadas ao aumento da actividade industrial; o fortalecimento do poder de compra das famílias, reflectido na recuperação dos rendimentos do trabalho; e a consolidação do mercado de trabalho na maioria das economias avançadas.

No segundo trimestre, os indicadores mais recentes apontam para uma economia dos EUA relativamente resiliente, com avanços tanto no sector industrial quanto nos serviços. Apesar da solidez do mercado de trabalho, observam-se sinais de moderação no consumo privado, reflectidos no abrandamento das vendas a retalho, que registaram um crescimento médio de 2,5% em termos homólogos nos meses de Abril e Maio, em comparação com os 3,6% registados em Março. Estima-se que o crescimento atinja 2,6% em 2024, ligeiramente acima dos 2,5% registados em 2023. Contudo, prevê-se uma desaceleração acentuada no ritmo de crescimento para 2025, com uma projecção de 1,9%. Este cenário é atribuído ao esperado abrandamento do consumo interno e à contribuição negativa das exportações líquidas.

A economia da zona euro apresentou uma ligeira melhoria no início deste ano. No primeiro trimestre de 2024, o crescimento do PIB atingiu 0,3% em cadeia, superando os 0,1% registados no trimestre anterior. Este desempenho foi impulsionado pelo aumento do consumo privado e pelo contributo positivo das exportações líquidas, embora as dinâmicas tenham variado significativamente entre os países. Em 2023, o PIB da zona euro cresceu 0,5%, apesar de a Alemanha ter registado uma variação negativa de -0,2%, reflexo dos impactos persistentes da pandemia e da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que prejudicaram o sector industrial do País.

Em 2025, espera-se uma ligeira aceleração no crescimento da zona euro, atingindo 1,5%. Já na China, o crescimento foi de 5,2% em 2023, com projecções de desaceleração moderada para 2024 e 2025, estimadas em 5,0% e 4,5%, respectivamente. Apesar da redução no ritmo de crescimento no médio prazo, causada por factores estruturais, como o envelhecimento demográfico, a recuperação do consumo interno e das exportações impulsadas pela competitividade chinesa em sectores de rápido crescimento global (como automóveis eléctricos, baterias e painéis solares) têm sustentado um desempenho económico acima da média mundial.

Quanto à inflação, o processo de desinflação tem ocorrido de forma mais ágil nas economias avançadas, mas permanece lento nas emergentes e em desenvolvimento, como as da África Subsaariana, incluindo São Tomé e Príncipe. Tal atraso resulta de pressões inflacionárias no sector de serviços, interrupções nas

principais rotas marítimas, como o Canal de Suez, e desafios estruturais específicos dessas economias. Assim, prevê-se uma inflação de 5,3% para 2024, abaixo dos 6,2% de 2023, e de 4,0% para 2025. O índice global de matérias-primas registou uma queda de 31,9% em 2023, com destaque para o sector energético (-42,7%), enquanto o sector alimentar apresentou uma redução de 10,8%. No entanto, o conflito no Oriente Médio interrompeu a recente tendência de queda nos preços. O preço médio do petróleo bruto foi de 80,8 dólares por barril em 2023, abaixo dos 97,1 USD do ano anterior e, em Junho de 2024, encontrava-se em 81,2 dólares por barril.

#### No Contexto Nacional.

O contexto económico nacional continua a reflectir os efeitos de médio e longo prazo dos múltiplos choques ocorridos entre 2021 e 2023. Entre eles, destacam-se a pandemia da COVID-19, as inundações de Dezembro de 2021 – que causaram danos significativos à infra-estrutura e à produção alimentar e o impacto nos preços internacionais das matérias-primas. Este último foi inicialmente desencadeado pelo aumento extraordinário da procura, resultado da retomada económica após os períodos de confinamento em 2021. Em seguida, a guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, e, mais recentemente, o conflito no Médio Oriente intensificaram ainda mais a volatilidade do mercado global.

Aliado a esses factores, a economia enfrentou um novo e inesperado choque externo no início de 2023, com o anúncio da SONANGOL de que deixaria de fornecer combustível a crédito. Essa decisão resultou em um gap de financiamento externo, agravando ainda mais o cenário económico. Além disso, o atraso na aprovação do programa junto ao FMI tem intensificado a escassez de financiamento, impactando negativamente tanto a execução do Orçamento Geral do Estado para 2024 quanto o nível das Reservas Internacionais Líquidas (RIL).

Neste contexto, dado que os efeitos de alguns destes eventos adversos não são transitórios, prevê-se uma recuperação económica lenta no médio prazo. As projecções mais recentes da Unidade Macro-Fiscal (Setembro de 2024) indicam um crescimento do PIB de 0,9% em termos reais, alinhado ao desempenho do ano anterior (0,4%). Para os anos seguintes, projecta-se uma aceleração para 3,1% em 2025 e 4,8% em 2026. Essa perspectiva é sustentada, sobretudo, pela estabilização do sector energético em 2024, que deverá contribuir para a redução dos custos de produção das empresas e estimular o consumo interno.

É importante destacar a expectativa de um bom desempenho da agricultura de exportação, impulsionado pelo aumento do preço do cacau no mercado internacional, bem como a geração de empregos decorrente do início das obras de requalificação da marginal e do aeroporto. Após os impactos dos choques energéticos globais, a inflação em São Tomé e Príncipe apresentou uma desaceleração no seu ritmo de crescimento, reduzindo-se de 25,2% em 2022 para 17,0% em 2023. Até agosto de 2024, a inflação estava em torno de 12,0%, com uma projecção de variação para 10,9% até o final do ano.

O impacto da emigração sobre o consumo doméstico, aliado à correção de preços resultante da especulação durante a implementação do IVA, será determinante para a desaceleração da inflação nos próximos dois anos. Contudo, é importante notar que esses factores têm gerado efeitos negativos sobre a oferta, o que pode limitar os benefícios esperados no médio prazo. Outro aspecto positivo é a estabilização da inflação em Portugal, acompanhada pela aquisição de embarcações semi-industriais em meados de 2025, o que deverá possibilitar um aumento significativo na captura de pescado. Espera-se que a inflação desacelere para 6,9% em 2025, com uma estabilização em torno de 5% até 2029. Nesse contexto, o Governo e o Banco Central estão comprometidos em proteger, de forma coordenada, a âncora cambial, adoptando reformas que promovam um processo estruturado de desinflação no médio prazo. Essas medidas visam, ainda, reduzir a pressão sobre as reservas externas e alcançar um superávit no saldo primário ao longo do mesmo período.

De acordo com o comunicado de imprensa do FMI, publicado em 6 de Junho de 2024, «houve progresso nas medidas de políticas necessárias para restaurar a estabilidade macro-económica e promover o desenvolvimento sustentável». Nesse contexto, é importante destacar os efeitos positivos, tanto nas receitas quanto no saldo primário, resultantes da implementação do IVA em Junho de 2023, assim como do ajuste nos preços dos combustíveis.

As Grandes Opções do Plano e a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2025.

#### 1.1. Estrutura formal das Grandes Opções do Plano para 2025.

As Grandes Opções do Plano para o Ano Económico de 2025 estão cuidadosamente organizadas em torno de cinco eixos estratégicos fundamentais, alinhados com as prioridades definidas no Programa do XIX Governo Constitucional, a saber:

- i. Fortalecimento da governança e proximidade com o povo;
- ii. Estímulo ao desenvolvimento económico e sustentável;
- iii. Promoção da justiça social e inclusão;
- iv. Reforma e modernização administrativa;
- v. Integração regional e diplomacia proactiva.

#### Análise da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para ano de 2025.

1. Em relação à Proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE), o Governo prevê, para o Ano Económico de 2025, uma arrecadação de receitas totais no valor de Dbs. 6.507.000.000,00 (seis mil milhões, quinhentos e sete milhões de dobras), incluindo financiamento. Esse valor representa um aumento de

- 49,14% em comparação com os Dbs. 4.363.000.000,00 (quatro mil milhões, trezentos e sessenta e três milhões de dobras) registados em 2024.
2. Relativamente às Receitas Correntes, o Governo projecta arrecadar, em 2025, um montante total de Dbs. 3.351.013.035,00 (três mil milhões, trezentos e cinquenta e um milhões, treze mil e trinta e cinco dobras), em comparação com os Dbs. 2.724.000.000,00 (dois mil milhões, setecentos e vinte e quatro milhões) previstos para 2024, representando um aumento de 22,86%.
  3. Quanto aos donativos, estima-se arrecadar Dbs. 2.444.585.437,00 (dois mil milhões, quatrocentos e quarenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e trinta e sete dobras) em 2025, em comparação com os Dbs 1.311.000.000,00 (mil milhões, trezentos e onze milhões de dobras) previstos para 2024, o que representa um aumento de 86,46%.
  4. No que concerne aos financiamentos, o Governo estima arrecadar Dbs. 2.550.000.000,00 (dois mil milhões, quinhentos e cinquenta milhões de dobras) em 2025, em comparação com os Dbs 1.189.000.000,00 (mil milhões cento e oitenta e nove milhões de dobras) estimados para 2024, o que representa um aumento de 114,46%.

Principais constatações e conclusões das demais Comissões Especializadas Permanentes.

Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais, Administração Pública e Ética

A 1.<sup>a</sup> Comissão constatou que as Propostas de Lei n.<sup>º</sup>s 32 e 33/XII/5.<sup>a</sup>/2025, que aprovam as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2025 estão compostas pelos respectivos mapas que enquadram e clarificam as diversas situações, nomeadamente a previsão de arrecadação de receitas, a fixação de despesas e consequentes fontes de financiamento do saldo orçamental programadas para o efeito, de acordo com o princípio do equilíbrio orçamental e no respeito da Lei n.<sup>º</sup> 3/2007 – Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado (SAFE).

A Comissão concluiu que estão preenchidos todos os requisitos formais e recomenda que as supracitadas Propostas de Lei sejam submetidas ao Plenário da Assembleia Nacional para análise, discussão e votação na generalidade, nos termos do artigo 209.<sup>º</sup> do Regimento da Assembleia Nacional.

Comissão dos Assuntos Sociais, Saúde, Educação, Cultura, Ciência, Trabalho e Solidariedade

A 3.<sup>a</sup> Comissão Especializada Permanente, ao examinar as Propostas de Lei n.<sup>º</sup>s 32 e 33/XII/5.<sup>a</sup>/2025, que dispõem sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2025, constatou que “face a um contexto económico e social global desafiador, marcado, sobretudo, pelos conflitos militares na Europa e no Médio Oriente, factores esses que têm gerado consequências negativas para a economia do País, o Governo identifica como prioridades a resolução de quatro preocupações fundamentais, nomeadamente: i) a modernização do Estado; ii) a dinamização da economia; iii) a promoção da justiça social; iv) o fortalecimento da presença do País no cenário internacional”.

Esta Comissão constatou que no Sector da Educação deve-se adoptar as seguintes medidas: manutenção da cantina escolar, de forma a garantir a permanência das crianças nas escolas; Desenvolvimento de mecanismos que promovam a formação de um maior número de professores e implementar incentivos eficazes para que permaneçam no País, considerando êxodo de profissionais da educação para o exterior em busca de melhores oportunidades.

Em relação ao Sector da Saúde, a 3.<sup>a</sup> Comissão constatou que o Governo, no âmbito das suas acções pretende desenvolver o seguinte: fortalecer a organização e gestão das infra-estruturas de Saúde; melhorar a gestão dos recursos humanos e o desempenho dos profissionais; assegurar a sustentabilidade financeira; elevar o nível de humanização dos serviços com enfase no atendimento, assegurando a harmonização efectiva dos serviços com realce no atendimento, assegurando a harmonização efectiva entre os diferentes níveis de cuidados e os diversos sectores, incluindo o público e o privado; implementar aplicações informáticas específicas que possam garantir o controlo de qualidade e alerta precoce de stock dos medicamentos e outros; criar um fundo interno especificamente para compra atempada de medicamentos, consumíveis e reagentes; construir uma central de esterilização e aquisição de equipamentos; adquirir equipamentos hospitalares; capacitar mais técnicos de saúde (médicos, enfermeiros e informáticos), na utilização do sistema de informação em saúde DHIS2. Ainda nesse Sector a Comissão constatou também um decréscimo no Programa de Investimentos Públicos de 13,9% do OGE de 2024 para 13% previsto para o Ano Económico de 2025.

No âmbito da Protecção Social, Emprego e Formação Profissional, a 3.<sup>a</sup> Comissão constatou que o Governo propõe implementar as seguintes medidas de políticas: adoptar a estratégia nacional para o empreendedorismo 2024-2030; defesa e proteção dos direitos dos mais excluídos; proteger as pessoas e serviços básicos; educação parental; promoção do emprego digno; reforma do Sistema de Segurança Social.

No que se refere ao Programa de Investimentos Públicos para este sector, a Comissão constatou uma redução nas verbas alocadas, passando de 2,7% do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2024 para 1,88% no OGE previsto para o Ano Económico de 2025.

Neste sector, Trabalho e Solidariedade, a 3.<sup>a</sup> Comissão constatou que o Governo propõe implementar as seguintes medidas de políticas: apoio à criação do próprio emprego; modernização dos serviços públicos do emprego; alargamento da cobertura de proteção social.

No domínio da Cultura, a 3.<sup>a</sup> Comissão constatou que foi realizado um inventário do património cultural em estreita colaboração com as Câmaras Distritais e a Região Autónoma do Príncipe, com o objectivo de assegurar a preservação do património histórico para as futuras gerações, e o papel dos Museus foi

redefinido, priorizando a descentralização das suas actividades, de modo a transformá-los em centros de história e memória, que sirvam como vectores de desenvolvimento para o País.

Face ao exposto, a Comissão recomenda as seguintes:

1. Acelerar o processo de requalificação do Hospital Dr. Ayres de Menezes e reforçar os serviços de segurança nos postos de Saúde e centros hospitalares.
2. Requalificar e apetrechar os Centros de Saúde distritais, bem como a residência para os técnicos, de forma a garantir a permanência dos mesmos nos respectivos distritos, com alguma dignidade.
3. Reforçar a prestação de cuidados preventivos primários e especializados em todos os distritos sanitários de São Tomé e na Região Autónoma do Príncipe.
4. Capacitar e melhorar a gestão dos Recursos Humanos no Sector da Saúde, assim como introduzir a avaliação de desempenho dos profissionais de Saúde, de modo a garantir o atendimento humanizado.
5. Reajuste das taxas de participação no Sistema de Saúde e custos de medicamentos.
6. Maior controlo e fiscalização das receitas arrecadadas a nível dos serviços de Saúde.
7. Acelerar a construção e funcionamento de um Centro de Hemodiálise no País.
8. Garantir o abastecimento e informatização do stock dos consumíveis e medicamentos, bem como melhorar a gestão do stock de medicamentos nos Centros de Saúde e no Hospital Dr. Ayres de Menezes.
9. Aumentar a vigilância epidemiológica do Programa de Luta contra o Paludismo, HIV-SIDA e Tuberculose.
10. Melhorar Morgue do Hospital Dr. Ayres de Menezes.
11. Aumentar verba para o financiamento das vacinas todos os anos, pois a GAVI e a UNICEF têm financiado as vacinas ao longo destes anos, no entanto, até 2030, São Tomé e Príncipe precisa de pagar todas as vacinas.
12. Criar mecanismos para resgatar todas as manifestações culturais, nomeadamente, *Tchiloli, Dança Congo, Puita, Bulawê, Dêxa, Djambi*, etc.;
13. Defender e proteger direitos dos mais excluídos.
14. Promover emprego digno.

#### 1.1. Comissão dos Direitos Humanos, Cidadania, Cooperação e Comunidade (4.<sup>a</sup> Comissão)

Da análise feitas às Propostas de Lei n.<sup>º</sup>s 32 e 33/XII/5.<sup>a</sup>/2025 que aprovam as Grandes Opções de Plano e o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2025, esta Comissão constatou:

- a) Há uma considerável correspondência entre os projectos inscritos nas Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado;
- b) Que grande parte de acções decorre das Leis das Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral de Estado do Ano Económico 2024, justificada pela fraca execução Orçamental e por serem acções que dificilmente se concretize num só ano económico;
- c) Que o Governo reafirma o engajamento em implementar os compromissos estabelecidos nas Convenções internacionais e regionais de direitos humanos ratificados pelo Estado;
- d) Que há uma determinação no envolvimento da diáspora no processo de desenvolvimento do País, pretendendo criar o Programa de Integração da diáspora, no sentido de fortalecer os laços entre o País e a sua diáspora, visando benefícios mútuos e uma integração mais efectiva da diáspora nas questões nacionais;
- e) Constatado também que no Ano Económico de 2024 muitas acções que foram programadas não foram realizadas por razões financeiras, pelo que desde já apela ao Governo o seu maior engajamento para a implementação das referidas acções.

Face ao exposto, a 4.<sup>a</sup> Comissão recomenda:

- a) Que o Governo continue a estimular o surgimento de associações e entidades representativas e prestar assistência às associações e organizações já constituídas;
- b) Que o Governo cadastre o capital humano existente, as iniciativas empresariais desenvolvidas pelos membros da diáspora, bem como incentivar a criação de sinergias funcionais;
- c) Que o Governo promova a protecção e garantia dos direitos humanos em geral, e particularmente dos direitos das mulheres, crianças, idosos e das pessoas com deficiências;
- d) Que o Governo garanta a responsabilização pelas violações dos direitos humanos através de investigações e processos judiciais independentes, e acesso à justiça, bem como reparação total das vítimas.

#### 1.2. Comissão de Género, Família, Coesão Social, Juventude, Desporto e Comunicação Social (5.<sup>a</sup> Comissão)

Com base em uma avaliação detalhada, as Propostas de Lei n.<sup>º</sup>s 32 e 33/XII/5.<sup>a</sup>/2025 que aprovam as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2025, a Comissão constatou:

1. Que não há uma vinculação clara de medidas de política pública no que toca à Comunicação Social nas GOP, pese embora constar pequena acção no OGE.
2. Que embora esteja espelhado nas GOP as políticas do Governo para os casos de violência e de abuso sexual de menores, não se vislumbra no OGE acções concretas para a sua materialização.
3. O OGE com uma tendência clara de políticas para cobrança de impostos, e falta de políticas concretas para incentivar os contribuintes;
4. Que face aos grandes desafios, sobretudo a nossa dependência de ajuda externa, receia-se a efectiva implementação das acções inscritas nas GOP e no OGE 2025, na sua plenitude.

Dante das constatações apresentadas, esta Comissão sugere as seguintes recomendações:

5. Garantir o acesso gratuito à justiça e assistência às vítimas e sobreviventes de violência baseada no género, bem como construir um centro de acolhimento para que as vítimas não coabitem com os agressores durante o processo.
6. Criar mecanismos que facilitem as denúncias dos casos de abuso sexual das raparigas nas escolas e as consequentes impunidades.
7. Melhorar os níveis de marcadores de género nos diferentes ministérios.
8. Trazer para o mercado formal e subvencionar actividades económicas de jovens envolvidos em vários ramos de negócios e insistir na promoção de emprego para os jovens em todo o Território Nacional, assim como criar condições que os levam a permanecer no País, recorrendo sempre que possível a parcerias público-privadas.
9. Reabilitar o Estádio Nacional 12 de Julho, cumprindo as exigências internacionais impostas pela FIFA e CAF, bem como dinamizar eventos desportivos, reunindo todas as modalidades desportivas oficialmente praticada em São Tomé e Príncipe, com participação das selecções juvenis distritais e regional, como forma de criar espírito competitivo e interactivo entre os jovens do País.
10. Proceder à regulamentação e a implementação da Lei de Base do Desporto e a Lei do Mecenato.
11. Cumprir com o estatuído no artigo 18.º do presente OGE, informação periódica.
12. Dar mais atenção à Comunicação Social, aos seus órgãos e sobretudo no processo de transição do sistema analógico para digital e criar as condições de serviços e melhoria da cobertura de sinal da Rádio e TVS em todo o espaço nacional.

#### VI. Conclusão.

Em síntese, o presente parecer reflecte a análise das medidas propostas e dos dados apresentados, destacando o esforço do Governo em promover a estabilidade macro-económica e o desenvolvimento sustentável. Observa-se uma abordagem focada no fortalecimento de sectores estratégicos, na melhoria da eficiência da gestão dos recursos públicos e na implementação de políticas que visam atender às necessidades imediatas, sem comprometer o crescimento económico a médio e longo prazo.

No entanto, a eficácia das metas delineadas dependerá da execução eficiente das propostas, do acompanhamento contínuo e da flexibilidade para realizar ajustes diante de desafios ou mudanças conjunturais. Com uma gestão estratégica e o cumprimento dos objectivos estabelecidos, há uma base sólida para alcançar resultados positivos que beneficiarão a economia e a sociedade como um todo.

#### Recomendação.

Recomenda-se a adopção integral das medidas propostas no Orçamento Geral do Estado, com especial atenção à sua execução eficiente e ao monitoramento contínuo. É crucial assegurar a implementação de políticas que consolidem a estabilidade macro-económica, reforcem os sectores estratégicos e promovam o desenvolvimento sustentável. Ademais, recomenda-se a articulação coordenada entre os diferentes órgãos do Governo e o Banco Central, com vistas a proteger as reservas externas, garantir o cumprimento das metas delineadas e, sempre que necessário, realizar ajustes que assegurem os resultados esperados.

Por fim, sugere-se que o acompanhamento das políticas públicas seja realizado com transparência e participação social, fortalecendo a confiança e o engajamento da sociedade no processo de desenvolvimento económico.

Por outro lado, considerando que as Propostas de Lei em apreço cumprem todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais necessários à sua tramitação, esta Comissão recomenda que sejam submetidas ao Plenário, nos termos dos artigos 209.º e 210.º do Regimento da Assembleia Nacional, para discussão e votação na generalidade.

Eis, Excelência, o teor do parecer desta Comissão.

A Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros e do Orçamento, em São Tomé, 18 de Março de 2025.

O Presidente, *Danilo dos Santos*.

O Relator, *José Maria Afonso de Barros.*»

**A Sra. Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado José Maria Barros, Relator da 2.ª Comissão.

Vamos abrir a discussão e o debate na generalidade. A Conferência de Líderes fixou para este debate 360 minutos, equivalentes a 6 horas, e nós nos socorremos do artigo 209.º n.º 2º do Regimento, que diz que a discussão não pode exceder cinco dias, mas pode ser até dois dias. Vamos começar o debate hoje, discutindo e se não houver mais inscrições para hoje suspendemos e retomaremos amanhã, porque para este debate temos no mínimo 2 dias. Então, vamos abrir inscrições para discussão do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para o Ano Económico 2025. Está aberta a inscrição. Nós temos este tempo que eu referi e que está distribuído da seguinte maneira: o Governo tem 127 minutos, o Grupo Parlamentar do ADI, 127 minutos, o MLSTP/PSD tem 76 minutos, o MCI-PS/PUN tem 21 minutos e o Movimento Basta tem 9 minutos. Estavam aqui a alertar-me de que precisamos abrir um espaço para pedido de esclarecimentos, após a apresentação do Orçamento e das GOP pelo Primeiro Ministro e após a leitura do relatório.

Não havendo qualquer pedido de esclarecimento ...

**Uma Voz:** — Há pedido.

A Sra. Presidente: — Há pedido de esclarecimento? Eu não tenho qualquer registo.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Sim, há um pedido de esclarecimento.

A Sra. Presidente: — Não sei se os secretários têm. Há para esclarecimento. E por isso estava a abrir já para discussão, mas não sei.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Delfim Neves (Movimento Basta): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Cumprimentando os restantes membros da Mesa, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Caras Deputadas e Caros Deputados, bom dia. Saúdo de igual modo o povo de São Tomé e Príncipe cá residente e também na diáspora. Associo igualmente os estrangeiros que cá labutam connosco, para endereçar os meus cumprimentos.

Após a apresentação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, feita pelo Governo, na pessoa do Sr. Primeiro-Ministro, e também ouvimos com alguma atenção a apresentação do parecer da 2.ª Comissão, que concluiu e recomendou algumas questões, tenho algumas dúvidas que eu gostaria que o Governo me esclarecesse, antes de nós estrarmos no debate e apresentação das propostas.

A primeira questão é, não sei se eu é que fiz mal as contas ou se é uma questão de arredondamento, mas nas leis não pode e não deve haver arredondamento, nem por excesso e nem por defeito. Os números têm que estar alinhados. Ou seja, quando se soma as parcelas, há uma diferença entre a soma e o tecto, sobretudo nas receitas.

Também gostaria que o Governo me esclarecesse, no capítulo de financiamento, há uma cifra que rondam setecentos e pouco milhões de dobras, mas quando somado as parcelas atingem quase oitocentos e trinta e um milhões de dobras. Tal como no parecer, há algum desfasamento entre aquilo que são as Grandes Opções do Plano e as suas correspondências.

Diga...

O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI): — Agora não é o momento.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — É um pedido de esclarecimento. Eu não ouso fazer esclarecimento directo sem explicar o porquê, qual é a razão, sem conteúdo. Há um desfasamento dito no parecer em relação às Grandes Opções do Plano e o seu enquadramento orçamental. Está certo? E a minha questão reside naquilo que são as leis da República. Nós estamos num país de economia de mercado livre, e é verdade que o Estado é o órgão regulador e deve estabelecer regras, mas vi num dos artigos da Lei a fixação da margem de lucro. Compreendo o alcance, mas não sei se não contraria a Lei de Economia de Mercado. Também gostaria de pedir esclarecimento sobre isto. Gostaria que o Governo também me esclarecesse naquilo que dizia o Sr. Primeiro-Ministro sobre a capacitação dos quadros da Saúde, porque também não encontrei o documento que apresentou qualquer item que está direcionado para este capítulo.

Um outro pedido de esclarecimento e último tem a ver com a identificação dos patrimónios culturais, que também não consegui encontrar nos documentos a que eu tive acesso, que são os edifícios históricos das empresas agrícolas, para entender qual é a opção do Governo ou o que pensa o Governo com esses edifícios da antiga administração e hospitais das antigas empresas agrícolas.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Acredito que isso seria uma intervenção normal, mas pronto.

Há mais alguém a querer esclarecimento?

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Barros.

O Sr. José Maria Barros (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, a minha preocupação tem a ver com o IVA. Na página 34 é dito que até Dezembro de 2024 arrecadou-se 382.000.000,00, já na página 57, na Tabela 5, o valor é diferente. Diz que, de Janeiro a Setembro de 2024, arrecadou-se 380.000.000,00. Quer dizer que há uma diferença de 2.000.000,00.

A segunda questão para esclarecimento é que, das receitas totais para 2024, foi orçado 43.376.000.000,00, execução até Setembro, 2.394.000.000,00, e perspectiva-se até Dezembro 4.420.000.000,00. Quer dizer, em três meses, vai-se arrecadar qualquer coisa como 2.260.000.000,00. Não sei se me eu fiz entender.

A última questão, Sr. Primeiro-Ministro, tem a ver com a rubrica despesa com o pessoal. Nesta rubrica, nós temos sub-rubricas «Outras Despesas com o Pessoal» superior à sub-rubrica «Vencimentos e salários».

Ok, obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

A Sra. Presidente: — Eu fico com alguma dificuldade nesta questão de esclarecimentos, porque as duas intervenções tidas aqui são discussões já abertas.

Para mim, esclarecimento seria algo pontual que o Sr. Primeiro-Ministro teria dito, por exemplo, num sentido e querermos saber o motivo desse sentido. Agora, se todos os Deputados e Deputadas forem para

esses pedidos de esclarecimento, o que é que restaria para discussão? Mas pronto, é a prorrogativa que os Deputados têm.

As questões colocadas, para mim, não eram propriamente esclarecimento. Parecia ser mesmo uma discussão.

O Sr. **Elálcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Outros assuntos.

A Sra. **Presidente**: — Nós sabemos. Está bem. Mas não sei se o Sr. Primeiro-Ministro quereria fazer intervenção para esses esclarecimentos, ou continuaríamos mesmo e as perguntas podiam ser respondidas no momento de discussão, porque é discussão no fundo.

Então, vamos continuar. As questões ficam registadas e depois o Sr. Primeiro-Ministro, em boa-hora, responderá aos Srs. Deputados. Vamos continuar, agora sim, com a discussão. As pessoas já entraram, são questões já de debate, mas se parte do princípio de que não são questões para se começar a discussão, mas são questões já de discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Pereira, para participar no debate.

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Bom dia, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e o seu Elenco, Povo de São Tomé e Príncipe.

Tomo a palavra aqui na discussão do Orçamento para o ano 2025, colocando aqui algumas questões ao Sr. Primeiro-Ministro, relativas à Região Autónoma do Príncipe.

Ao analisar o Orçamento para 2025, não vejo um comprometimento directo do Governo para acções da Região Autónoma do Príncipe. Não consigo deslumbrar uma acção concreta a realizar-se na Região Autónoma do Príncipe no ano de 2025, de forma que quem pegue no Orçamento qualquer, cidadão residente na Região Autónoma de Príncipe, possa saber o que é que Governo vai fazer de concreto para a Região.

Vejo também que o valor orçamentado para 2025 sofreu um aumento significativo, mas isto não reflete nas acções concretas para a Região Autónoma do Príncipe. Vejamos: mesmo na parte que toca ao investimento público, nós temos aqui coisa como 1.3, 1.4% para investimentos da Região Autónoma do Príncipe, isto corresponde a qualquer como 1.5 milhões de euros. Comparando com os 265 milhões de euros que está no Orçamento e cerca de 165, 166 para investimentos, 1.5 eu acho muito pouco para investimentos na Região Autónoma do Príncipe. 1.5 milhões de euros, 36 mil milhões de dobras, é muito pouco para investimentos na Região Autónoma do Príncipe, comparando com o total orçamentado.

O Sr. Primeiro-Ministro também referiu aqui, na sua explanação, nas acções, que tem para a Região Autónoma do Príncipe uma subvenção dos produtos da cesta básica. Nós gostaríamos que, ao invés de subvenção, fosse eliminação das taxas aplicadas nos produtos que são colocados na Região Autónoma do Príncipe. Todos os produtos que saem de São Tomé para a Região Autónoma do Príncipe devem ser isentados de qualquer tipo de taxa.

Falou aqui também que vão envidar esforços para que uma terceira companhia aérea faça ligação entre as ilhas. Muito bem! Essa terceira companhia já existe, só não opera. Eu penso que o Governo deve envidar esforços para que saiba por que é que esta companhia não está a operar neste momento, penso que é a companhia Flay, que já tem um acordo para operar nos espaços das ligações aéreas entre São Tomé e Príncipe.

Por hora é o que eu tenho a expor.

Muito obrigado.

*Applauso do ADI.*

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado Messias Pereira.

O Sr. Deputado Messias entrou de alguma forma na especialidade. Porque estamos na discussão na generalidade, são questões mais gerais. Questões de cifras, valores, números, nós tratamos na especialidade. Vou pegar o exemplo do Sr. Deputado Messias, que falou da Região. Por exemplo, falar de transporte por via aérea ou via marítima, que não viu nenhuma dotação orçamental, não viu nenhum valor, seria uma discussão na generalidade. Por exemplo, obras de não sei onde não consta, essas questões, mas quando nós entramos nos meandros dos valores e números, já é especialidade, estaríamos a fazer dois trabalhos. Então, é só para ajudar nessa discussão, informar aos outros que esta discussão é mais geral, teremos momentos para nós discutirmos mais especificamente as questões que estão no Orçamento.

Combinado?

Então, tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Eu gostaria de cumprimentar a Sra. Presidente, as Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro e todo o elenco governamental, os quadros da Assembleia Nacional, que se encontram cá connosco, os Técnicos da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, os residentes e aqueles que estão na diáspora.

Nós tivemos o cuidado de analisar as duas Propostas de Lei, as Grandes Opções do Plano e também o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2025, e é neste quadro que vamos aqui colocar algumas das nossas preocupações.

Tínhamos o Orçamento do ano 2024, que estava orçado em qualquer coisa como mais de 4.363 milhões de dobras, para este ano temos uma evolução e passa para 6.507 milhões de dobras. Quando nós vamos ver, vemos que é o maior orçamento da nossa história, comparando com os outros orçamentos.

As Propostas do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano parecem-nos ser, até certo ponto, despesista, há algumas medidas que depois na especialidade nós entraremos, há muito boas intenções do Governo, mas ao mesmo tempo estes dois documentos escondem alguma incongruência, também não mostram que podemos caminhar para uma situação de aumento da inflação, porque nós vamos implementar novos impostos, esses novos impostos vão ter uma consequência directa aquilo que é o custo de vida das pessoas, porque vão fazer aumentar o preço das mercadorias.

Há medidas de política das GOP e do OGE que não nos parecem consistentes com aquilo que nós esperamos, como por exemplo, corte no despesismo do Estado, também a própria falta de transparência, digo que há uma certa falta de sensibilidade para com o aumento do custo de vida e, consequentemente, o sofrimento do povo, e isso é algo que nós vimos com o aumento do IVA e outros impostos.

Há uma questão também que o Governo anunciou e nos documentos se vê claramente, um estímulo ao acréscimo económico, mas esse estímulo ao acréscimo económico não corresponde àquilo que está orçamentado. Não encontramos medidas claras para apoiar o sector privado, para dinamizar o empreendedorismo e também para encorajar a diversificação, a transformação económica e, consequentemente, o alargamento da base produtiva daquelas empresas com potencialidade exportadora.

Há uma outra questão também que nos chamou atenção, Sr. Primeiro-Ministro, é que na tomada de posse do actual Governo foi anunciado a diminuição das viagens ao exterior, por razões de interesse público. Se perguntarem se está de acordo, plenamente de acordo, mas o que é que nós verificamos na Proposta do Orçamento Geral do Estado? O aumento dos meios financeiros para as viagens oficiais. Verifica-se o aumento da cobrança de impostos, com a introdução de novos impostos, enquanto nós temos uma economia que continua adormecida, sufocada e totalmente dependente do Estado, e quando nós vemos para este Estado é um Estado também enfraquecido, porque hoje o nosso Estado é praticamente único empregador que dá alguma garantia aos cidadãos.

Nós estamos plenamente de acordo que as receitas fiscais em qualquer país devem crescer, mas elas devem crescer em proporção do crescimento diversificado, inovador e sustentável da nossa economia, e não com a introdução de novos impostos e taxas.

Em relação ao IVA, pensamos que é necessário olharmos para este imposto e vermos a experiências dos dois últimos anos, 2023, 2024, e aqui nós estamos a falar de valores a rondarem qualquer como 900 milhões de dobras, o que se arrecadou. E dos nossos cálculos, quando nós falamos na construção de um hospital de referência e os valores que nós ouvimos aqui falar-se dessa construção desse novo hospital referência, 900 milhões seriam suficientes para construir esse hospital? Então, nós temos que hoje interrogar, porque na altura quando se impôs este imposto, quando se falou deste imposto, a justificação da implementação do IVA no nosso país, era de que era um imposto que ia precisamente melhorar a vida das pessoas. Portanto, era este o grande propósito deste imposto, ia aparecer, mas ia melhorar a vida das pessoas, em termos de saúde, em termos de educação. Mas hoje o que é que nós vemos? É que esse imposto apenas agravou, piorou a vida dos cidadãos. Em quê melhorou? Não melhorou praticamente em nada.

Então, nós alertamos o Governo que também em relação à questão da transição energética, Sr. Primeiro-Ministro, nós não queremos que o Governo falhe. Não pode falhar. E não pode falhar, porquê? Porque se falhar o que é que nós vamos assistir? Importação de mais geradores, mais gasóleo. Isso tem depois uma consequência que é o despender das divisas que muitas vezes nós precisamos.

Nós estamos com um país em que, de 3 em 3 meses, temos que arranjar dinheiro para importar combustível. Já no orçamento anterior eu interrogava, como é que o Estado suporta isto? Isto não é suportável. Quer dizer que o Estado, de 3 em 3 meses tem que inventar ou tem que se endividar, para garantir o funcionamento dos nossos geradores e garantir energia 24/24 horas aos cidadãos.

Hoje, fala-se muito daquilo que é ajuste salarial. Sr. Primeiro-Ministro, na nossa ótica, é um ajuste que é justo, é necessário, e eu acredito que não há ninguém que tenha dúvida em relação a isto, mas temos que alertar para o risco potencial de aumento da inflação, decorrente da tendência expansionista das despesas neste Orçamento Geral do Estado, já que a subida da inflação pode, lamentavelmente, diluir ou neutralizar os ganhos obtidos com o ajuste salarial. Não sou economista, mas eu acredito que qualquer economista diria que o que estou a dizer tem alguma lógica.

Neste Orçamento Geral do Estado, devíamos também avançar para o aumento dos beneficiários da assistência do Programa Famílias Carenciadas. Quando nós olhamos para o nosso país, sabemos que, dia após dia, há mais pessoas a viverem com muitas dificuldades, e muitas vezes esses programas, e eu aqui tenho que fazer essa análise com algum cuidado, porque são programas que o Estado, muitas vezes não consegue fazer da maneira mais justa, de modo a permitir que aqueles que mais precisam sejam capazes de serem beneficiados por esses projectos.

Quando nós falamos hoje de alargamento da base tributária, Sr. Primeiro-Ministro, alguns economistas me dizem que isto é uma autêntica falácia, porque dizem que há mais margem para o alargamento da nossa base tributária, porque não há novos investimentos capazes de gerar mais impostos.

Nós temos, por exemplo, dois contratos aqui no nosso país, contratos do Aeroporto e da energia, que têm todos isenção, e essa isenção vai até terceiros prestadores de serviços no quadro desses dois contratos.

Nós temos hoje as obras da Marginal, obras de reabilitação, recuperação, modernização da nossa Marginal, podemos dar todo nome que nós quisermos, mas esse projecto, essas obras, não vão contribuir para o aumento do IRS, pois são obras de engenharia, com recurso à utilização de pouca mão-de-obra. Quem olha para essas obras, vê que a mão-de-obra que se está a utilizar é muito limitada mesmo. Portanto, se nós estávamos a dizer às pessoas, vamos esperar o arranque das obras, porque vamos ter emprego, isto não é verdade.

É preciso analisar também com alguma profundidade, com algum rigor, o orçamento do Instituto Nacional de Segurança Social, Sr. Primeiro-Ministro, que também está anexado à Proposta do Orçamento Geral do Estado, porque é preciso se clarificar o que tem sido feito com a contribuição dos trabalhadores, se a utilização que se faz é verdadeiramente lícita, pois circula informações de que esta Instituição não tem feito a melhor gestão dos recursos que são originados justamente dos descontos feitos aos trabalhadores. Essa questão é muito preocupante, aliás já se fala de que esta Instituição deu empréstimos. Empréstimos como? É alguma instituição bancária?

Portanto, são questões que nós gostaríamos, Sr. Primeiro-Ministro, que nos ajudasse também a esclarecer. Eu acho que o Deputado deve ser aquela pessoa que não fala vonvom. Não. Deputado tem que falar com conhecimento das coisas, e nós neste quadro devemos aqui fazer essa análise.

Outra questão, quando nós olhamos para a Saúde no nosso Orçamento Geral do Estado, o que está orçado é qualquer coisa como 10,25% de todo orçamento. Nós estamos aqui claramente em contramão com aquilo que é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que nos diz que o mínimo deve ser 15%. Portanto, mais uma vez nós estamos um pouco desatentos com aquilo que devia ser a nossa prática.

Sr. Primeiro-Ministro, há muitas questões que nós devíamos aqui levantar, por exemplo, em relação àquilo que é a nossa diplomacia. Hoje, quando olhamos para o orçamento Geral do Estado e para as Grandes Opções do Plano, há muita atenção à diplomacia. Fala-se da diplomacia económica, fala-se do turismo, há uma atenção que é dada à diáspora, há uma atenção que é dada à nossa participação a nível internacional, à nossa integração regional, fala-se também de algumas inovações que devem ser feitas, mas nós temos uma preocupação, Sr. Primeiro-Ministro. É que é preciso combater, repito, é preciso combater a excessiva interferência política na diplomacia deste país. Temos que travar isto. Hoje, nós temos casos de pessoas que estão a exercer cargos de diplomacia que não estão habilitadas para o cargo, que não têm experiência suficiente para o exercício do cargo, e nós estamos a permitir. Entretanto, houve uma altura em que se decidiu remover os embaixadores. Nós temos embaixadores há 8 anos, Sr. Primeiro-Ministro, quando o Estatuto diz que são 4 anos. É preciso o Governo olhar para isso, por favor. É preciso olhar para isso e remover essas situações que causam, em certa medida, algum mal-estar, quando nós analisamos e quando nos colocam questões e nós não conseguimos responder.

Sr. Primeiro-Ministro, o MLSTP, enquanto maior Partido de oposição, não está aqui apenas para criticar. Queremos que fique bem claro isto. Nós vamos participar nesta discussão, vamos participar na análise destas duas Propostas de Lei de forma muito responsável, mas acima de tudo pensando nos superiores interesses do nosso povo e do nosso país.

Durante o debate, apresentaremos até propostas concretas, mas tendo sempre presente o País real, São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

*Aplauso do MLSTP/PSD.*

**A Sra. Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Raúl Cardoso, Líder Parlamentar do MLSTP/PSD. Tem a palavra a Sra. Deputada Itelmiza Pires.

**A Sra. Etelmiza Pires (ADI):** — Sra. Presidente e a Mesa, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, Caríssimos, Digníssimos e Ilustre Povo de São Tomé e Príncipe, Srs. Técnicos da Casa Parlamentar, Srs. da Comunicação Social.

O que me traz aqui, hoje temos mais um orçamento, mais uma esperança para o povo de São Tomé e Príncipe. Todos sabemos que em 1 ano não se pode fazer muita coisa. Por mais que o Governo queira fazer, não será possível.

Então, o que me traz aqui é apelar ao Governo e a cada ministério que façam uma grande reflexão. A reflexão que eu digo é: sentem numa mesa e busquem o essencial que o povo na realidade precisa, porque não vamos aqui dizer que em 1 ano vamos conseguir fazer tudo que queremos fazer. Não. Não, vamos mentir, porque não vamos conseguir. Por mais que queiramos fazer, não vamos conseguir fazer. Então, eu quero que cada ministro junto ao Governo, cada ministro mais Sua Excelência o Primeiro-Ministro, façam uma reflexão, o ponto focal que estamos a precisar, que o País precisa na realidade, vamos

atacar o tal objectivo, vamos assegurar esse projecto e arrancar. Assim, podem crer que vão fazer a diferença. Porque vão fazer a diferença, focando nos pequenos pontos, nas pequenas coisas que sabem que na realidade o povo precisa, que o povo espera dos Srs. Ministros.

O discurso de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro tem uma palavra que me marcou, que é a palavra «exige de nós responsabilidade». Na realidade, o povo exige de nós responsabilidade, exige mais uma vez dos senhores essa responsabilidade.

E também, como Sua Excelência disse, transformar. Vocês têm um desafio na mão e vão transformar esse desafio em oportunidade. Então, transformando esse desafio, podem crer que vamos ter oportunidade, e todos sairemos a ganhar.

Quando entrarmos na especialidade, claro que eu voltarei para dar a minha sugestão.  
Obrigada.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Deputada Itelmiza Pires.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Obrigado, Sra. Presidente.

Na minha primeira intervenção, eu queria dar uma informação triste, mas fiquei com algum receio, porque não tinha pedido autorização à pessoa devida. No nosso quadro regimental esta sessão não tem período prévio, mas há acontecimentos que se pode informar, pois não ferem o Regimento.

Faleceu na madrugada de ontem um dos nossos colegas, o ex-Deputado Francisco Lima Nazaré. Foi Deputado da Assembleia Constituinte, aliás, o mais novo Deputado da Assembleia Constituinte, e tem cá o filho, que é nosso colega já há alguns anos. E estando nós reunidos, sem enviar uma mensagem de condolências ou pelo menos um minuto de silêncio, seríamos conotados como alguém que não deu qualquer importância a esse acontecimento. Por isso, eu gostaria de propor à Sra. Presidente, se a Mesa assim permitir, ou a Mesa deve propor que nós concedessemos 1 minuto de silêncio, pela perca deste cidadão, que tanto prestou à nossa Nação.

Isto não fere o Regimento, porque não se trata de voto de pesar, é apenas um anúncio e 1 minuto de silêncio.

A Sra. Presidente: — Acredito que o assunto é de sensibilidade de todos, 1 minuto de silêncio, vamos prestar essa homenagem ao ex-Deputado.

*O Plenário guardou, em pé, 1 minuto de silêncio.*

A Sra. Presidente: — Antes, Sr. Deputado, a Mesa envia suas sinceras condolências ao Sr. Deputado Levy Nazaré e, através de si, a todos os familiares enlutados.

Muito obrigada, Sr. Deputado Delfim Neves, pela informação.  
Pode continuar, por favor.

O Sr. Delfim Neves (BASTA): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Quando pedia esclarecimento há algumas questões, era exatamente para não correr o risco daquilo que dizia o Deputado que me antecedeu, que nós não devemos falar vonvom. Por isso, antes de fazer a intervenção, se se tem alguma dúvida, coloca-se a questão a quem de direito, para se obter uma resposta, convincente ou não, para depois se fazer a intervenção.

Caríssimo Sr. Primeiro-Ministro, aquando da apresentação do seu Programa, nós aplaudimos, eu tive a oportunidade de ler os dois instrumentos, do princípio ao fim, inclusive os anexos das empresas públicas e as instituições autónomas. É um documento recorrente, naturalmente com algumas alterações, de acordo com a política que o governo defende. No entanto, eu esperava um pouco mais, um pouco mais de forma pontual, tendo em conta o tão curto espaço de tempo que este Governo tem à sua disposição. É por isso que nas medidas de política económica continuamos a fazer sempre a mesma coisa. Não vejo neste documento uma medida de política económica numa perspectiva de criação de riquezas distributivas e empregabilidade. Um país que não aposta de forma séria no empresariado nacional e estrangeiro, também na perspectiva de criação de riqueza nacional, dificilmente vai sair desse marasmo de consumismo, de o Estado ser sempre papá e mamã.

Na Primeira República, tínhamos o partido único que albergava toda gente, empregava toda gente. Mudamos para a Segunda República, pergunto, nesse capítulo, o que é que mudou? Absolutamente nada. O Estado continua a ser o maior empregador. Mesmo com recomendações dos nossos parceiros internacionais, continuamos sempre a engordar a Administração Pública, mesmo sem conteúdo de trabalho, em alguns casos. E não vejo neste documento esta política de criação de riqueza distributiva e empregabilidade.

Falemos também de uma questão que dificilmente se fala aqui, a questão de habitação. Qual é a política do Governo para atender à questão de habitação aos jovens quadro que pretendem organizar a sua vida e constituir a sua família? Qual é o incentivo que o Governo tem neste documento para que esta política seja atendida no quadro de uma perspectiva de garantias às bancas, ou o próprio Governo criar um incentivo para o sector privado construir casas e vender para os quadros com preços bonificados? Deixemos desta

questão de ser o Estado a construir casas sociais que nunca foram casas sociais e que nunca beneficiaram directamente às pessoas que mais precisam. Nunca. Então, o Estado tem que encontrar outra forma, e não vejo essa política no documento que nos foi apresentado.

Quero que o senhor deixe um legado, por isso o aplaudi aquando da apresentação do seu Programa com uma dezena de papéis. Porque gostaria que condensassem o vosso esforço em algumas questões que deixam marca e não fazer mais um leque de projectos e obras que de certeza não vão conseguir concluir, e continuaremos num manto de retalho de projectos e obras que nunca mais ficam concluídas.

Vejo um esforço do Governo na perspectiva de concluir as obras que estão em curso, então faça isso, mas quando vejo para a verba que estão a alocar, de certeza absoluta que não vai ser suficiente. Então, se for para construir novas só para atender a alguma apetência política, é melhor concluir o que está em curso.

A nossa saudosa poetisa, inesquecível Alda Graça, em tempos idos, num dos trechos poéticos da sua autoria, dizia «... mataram o rio da minha cidade,...». Naqueles tempos idos, era só o rio. Parece que agora matou-se a própria cidade. Onde é que está a nossa cidade capital, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados? Todos temos consciência que ela está descaracterizada, completamente descaracterizada. Quero alguém que venha dizer que não. Todos temos consciência disso. E uma forma de deixar também legado é resgatar a dignidade da nossa cidade capital. Só isso será uma marca sua também. Temos que considerar que a cidade capital de um país é o bilhete de identidade. Tal como aeroporto, a cidade capital. Temos constatado que alguns estrangeiros turistas que visitam o nosso país, estando no centro, pergunta onde é o centro. Logo, é porque ele não identifica o espaço onde está como o centro de uma cidade de um país que é São Tomé e Príncipe. Também não vejo neste documento algo que vá atender a esta necessidade, que é importantíssima, na minha perspectiva.

No programa de investimento, falando de forma transversal, todos os fundos externos, temos que confiar nos nossos parceiros, porque são pessoas de bem que vão atender aos compromissos que assinaram connosco, mas o fundo mais certo é o nosso esforço, é o que sai do Tesouro Público, e quando vamos ver a sua redistribuição, está muito desequilibrado em termos de necessidade prioritária. Depois vamos discutir isso na especialidade e com propostas concretas. Estou a falar do Fundo do Tesouro do Programa de Investimento Público. Na opinião do Movimento BASTA, que fique bem claro, o fundo que é seguro é o nosso. Não demos a maior prioridade às questões que queremos, e os fundos que vamos receber dos nossos parceiros, aí sim, é que colocamos em algumas questões prioritárias. Não é a melhor forma.

Se temos prioridades, atendamos com aquilo que temos em mãos. Como diz o velho ditado: «antes um na mão do que cinquenta mil a voar».

O tempo é curto, até já está no fim, falou-se aqui de reajuste salarial, estamos de acordo com o reajuste salarial, mas concordamos muito mais com uma nova grelha salarial. Tenham coragem de apresentar a esta Casa Parlamentar uma nova proposta de lei de grelha salarial que este país precisa. Todos lamentam nos corredores, nos cafés, mas ninguém tem a coragem de pôr o dedo na ferida.

**A Sra. Presidente:** — Não combinamos com o Governo a modalidade de trabalho, mas vamos fazendo intervenções. Assim que o Governo achar que já pode responder, está à vontade.

Tem A palavra o Sr. Deputado Eláckio da Marta.

**O Sr. Eláckio da Marta (MLSTP/PSD):** — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco governamental, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia. E gostaria de estender a minha saudação aos nossos irmãos na diáspora.

O Sr. Primeiro-Ministro, num dos seus discursos, concretamente na discussão do Programa do Governo, havia dito que nenhum sâo-tomense ficará para trás. O Povo ouviu, tomei boa nota e espero que o que disse não seja só escrito no papel, mas que seja executado.

Sr. Primeiro-Ministro, é pela terceira vez que analiso o OGE, faço menção à legislatura completa, de 4 anos. Este fará três orçamentos do governo do ADI que já aprovamos, mas infelizmente não vejo melhoria ao nível da Educação. O PIB baixou em relação aos outros anos, todavia, a comunidade educativa estranha a permanência da mesma Ministra. Sr. Primeiro-Ministro, já agora, gostaria de perguntar, os professores também não são funcionários públicos? Vendo o orçamento, ao nível da Defesa e Ordem Interna, houve melhoria, ao nível do Ministério da Saúde, houve melhoria. Volto a reforçar a mesma pergunta, os professores não são funcionários públicos?

Quero também dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que quando fez menção de que nenhum sâo-tomense ficará para trás, gostaria de pedir uma atenção especial ao povo de Cantagalo. Em Cantagalo temos um hospital denominado de *Hospital de Uba-Budo*, infelizmente não vejo neste OGE nenhuma rubrica fazendo menção a este hospital. Na especialidade, vamos tratar deste assunto, saber onde podemos tirar a verba para colocar, se for assim a vontade das Sras. e Srs. Deputados. Mas para dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que não podemos desprezar o bem público. É uma infra-estrutura que em 2006, se a memória não me falha, foi construída, e da forma como está, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro meu vizinho, vive a 1 minuto dessa mesma infra-estrutura, pelo estado em que se encontra, de facto merece uma atenção especial.

Sr. Primeiro-Ministro, sabemos que ao nível da zona Sul temos Hospital de Angolares e Posto de Água Izé, mas gostaria de pedir que esse mesmo hospital fosse transformado num centro Policlínico para a zona Sul, que albergaria a população de Caué e Cantagalo.

Sr. Primeiro-Ministro, Povo de São Tomé e Príncipe, este é o Governo do ADI, não vejo neste OGE a estrada que liga Água Izé a Claudino Faro. Todos sabemos que ao nível de produção e produtividade essa comunidade é a que tem abastecido mais o País.

De relembrar que de 2014 a 2017, período eleitoral, pediu-se voto, ganharam e até hoje a estrada, zero. Em 20216, eleições presidenciais do ex-Presidente da República, que Deus o tenha, Evaristo Carvalho, andou-se nessas comunidades, pediu-se votos, ganharam, e a estrada até hoje, zero. Em 2021, eleições presidenciais, em que o actual Presidente da República Carlos Vila Nova foi eleito, passou-se naquelas comunidades, pediu-se votos, ganharam, a estrada até hoje, zero. Em 2022, eleições legislativas, pediu-se também votos, votaram a favor, ganharam e a estrada até hoje, zero.

Excelências, para dizer que a Bancada Parlamentar do MLSTP/PSD exige que o Governo reveja o seu posicionamento, mas temos uma proposta para que possamos sair dessa. Essa mesma proposta será feita quando estivermos na especialidade.

Para terminar, a verba do PRIASA, no valor de STD 20.884.016,00 (vinte milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e dezasseis dobras) dará muito bem para tirar parte deste valor para fazer realizar essa mesma construção de estrada.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder às questões.

O Sr. Primeiro-Ministro (Américo Ramos): — Venho cá para responder a algumas questões aqui levantadas pelos Srs. Deputado, outras deixarei para os Ministros sectoriais responderem.

Antes de mais, gostaria de agradecer a participação e a colaboração de todos os Deputados, na melhoria deste documento tão importante para São Tomé e Príncipe. Reconhecemos que não é possível um documento inserir todas as prioridades do País, porque elas são várias, múltiplas, em vários domínios, mas neste Orçamento tentamos inscrever acções que pensamos que são prioridades das prioridades, muitas delas de continuidade. E como disse o Sr. Deputado Delfim Neves, estaremos atentos para executar aqueles projectos e acções que estão inscritos, mas também tentaremos iniciar alguns projectos novos.

Em relação à questão dos números, depois o Sr. Ministro das Finanças terá a oportunidade de esclarecer, mas acho que isso acontece normalmente e corrigiremos em função daquilo que será a orientação dos Srs. Deputados, de acordo com a Lei e os procedimentos orçamentais previstos.

Fez-se referência aqui à ausência de uma acção que fiz questão de referenciar no meu discurso, a capacitação dos técnicos de Saúde. Há acções que não encontrarão expressão directa no Orçamento, mas estão incorporadas no programa. Se formos esmiuçar os programas, veremos que dentro deste programa poderá ter equipamentos, capacitação e outros elementos que fazem parte do pacote todo. Por isso, na especialidade, então, poderemos explicar isso, uma vez que há acções com parceiros que não vêm expressas no Orçamento, mas fazem parte de programas de cooperação de temos com parceiros.

Também levantou-se a questão de identificação dos patrimónios históricos, a Sra. Ministra depois dará explicação, mas esse trabalho está a ser feito.

Há outras questões que certamente terei oportunidade depois responder no decorrer do debate.

O Sr. Deputado José Maria também falou da questão de incongruência dos números em textos orçamentais, tomamos boa nota.

Região Autónoma do Príncipe, sim. De forma expressiva não colocamos todos os projectos que o Governo tem em carteira para a Região Autónoma do Príncipe, muitos deles estão incorporados nos programas globais. Portanto, o montante inscrito como transferência para a Região Autónoma do Príncipe é o montante direcionado para questões directamente do Orçamento do Príncipe, mas há muitos projectos, por exemplo com o financiamento do BAD, com o financiamento do BAD através do PRIASA, sector de energia, da Saúde, Educação, que não inscrevemos directamente, mas no momento da especialidade teremos a oportunidade de esmiuçar e explicar o que está no pacote todo. A Região Autónoma do Príncipe claro que está.

Falou-se também da questão de isenção. Portanto, uma coisa é subvenção, outra coisa é isenção. As duas coisas existem dentro do nosso programa e estão no Orçamento.

O Deputado Raúl Cardoso fez uma abordagem genérica que concordamos e em relação a questões concretas sobre novos impostos, não, não existe, não está inscrito. Temos o imposto ecológico, que é um imposto que já está aprovado há muito tempo, são cêntimos que incorporação, é um imposto ecológico. Como sabem, se estamos a falar do ambiente, é bom que a gente crie condições para evitar a entrada de materiais e equipamentos que podem constituir poluição da natureza. Daí que não há dentro do Programa do Governo e nem tão pouco no Orçamento. Não há previsão de aumento de qualquer imposto. Pelo contrário, estamos a trabalhar no sentido de clarificarmos alguns aspectos a nível do IVA, a nível do IEC e outros impostos, de forma a aligeirmos a pressão fiscal sobre a população. Depois, na hora certa, faremos chegar essas medidas concretas.

Programa Família, há sim. Depois poderemos fazer chegar também os números. A ideia é alargarmos, para que o apoio chegue directamente às pessoas e a partir de 2025 tentaremos negociar, ou melhor, quando terminar este programa tentaremos negociar um programa não só assistencialista, mas de autocriação de rendimento. É um trabalho que estamos a fazer e a discutir com parceiros.

Sr. Deputado Eláckio, também foi levantada essa questão em relação às percentagens do Sector de Educação e Saúde. Se for para a classificação funcional das despesas públicas, verá que essa

percentagem, em termos de investimento, é muito superior, porque há investimentos que são transversais. Investimento em água e saneamento é também investimento na saúde; investimento em outras melhorias de condições de vida da população também se traduzem na saúde. São várias outras acções que podemos levar a cabo na estrutura e não só, no ambiente, que contribuem para a melhoria da saúde.

A classificação que temos aqui é uma classificação que não expressa todo o investimento transversal. Eles estão concentrados em sectores, mas se virmos o impacto que tem, atinge realmente o Sector da Educação, da Saúde, económico, e não só.

A estrada de Água Izé a Claudino Faro está no orçamento, está programada, está no pacote do PRIASA. Não vale a pena fazer-se reafectação, porque já há um trabalho feito a nível das infra-estruturas, para arranque em breve dessas obras.

Acho que de forma genérica respondi a algumas questões, mas há algumas questões específicas que convido os Srs. Ministros das Finanças e a Sra. Ministra da Educação, por enquanto, para responderem.

**Sra. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

**O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças** (Gareth Guadalupe): — Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Suas Excelências, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional, juntando a minha voz à do Primeiro-Ministro, para cumprimentar os sãotomenses residentes da diáspora. Bom dia a todos.

Primeiramente, a título pessoal, se me permitem, houve um voto de pesar em homenagem à Sra. Dona Antónia do Espírito Santo da Fonseca Guadalupe, minha mãe, e gostaria aqui de agradecer a todos os Deputados por este voto de pesar, em nome da minha família, e também estender o voto de pesar ao Deputado Levy Nazaré.

Naquilo que tem a ver com as incongruências de alguns números, muitas vezes é natural, porque trabalhar no Orçamento Geral do Estado tem muitos avanços e recuos e sempre que há avanços e recuo isso implica que muitas vezes nos quadros haja alguma diferença em termos de números, mas nós assumimos aqui esses erros e prometemos corrigir alguns.

Nem tudo aquilo aqui que foi elencado corresponde, mas não gostaríamos de aqui entrar nesses detalhes agora. Vamos sim deixar mais para frente, e falar em termos gerais daquilo que são as políticas do Governo.

Conforme disse aqui o Sr. Primeiro-Ministro, a questão da inflação é uma questão que nos toca a todos, qualquer tipo de discriminação, mais ainda aqueles que têm uma renda mais baixa.

Disse aqui o Deputado Raúl Cardoso que há introdução de novos impostos. Não há introdução de impostos. Temos aqui um imposto ecológico. Conforme vê, esse imposto ecológico é um imposto em termos de centavos, nesse caso é um imposto *ad valorem*, que depois recai em termos percentuais sobre as tributações aduaneiros. Portanto, são impostos em termos de 30,20 centavos de dobras, conforme aparece aqui na Lei. Naturalmente, isto não terá impacto nenhum, porque é um valor muito irrisório. E se nós queremos que o nosso país continue a ser observado como um país ambiental, como um país ecológico, que abraça causas ambientais, estamos a falar de um valor muito irrisório, porque na verdade a inflação, se formos ver o ponderador de preços, é mais naquilo que tem a ver com os produtos locais. É o que mais têm peso, e dentro destes produtos locais nós não podemos deixar de falar do nosso peixe, que é o que tem mais peso a nível de cabais de consumo das famílias e naturalmente qualquer variação tem impacto significativo em termos de inflação. Também há outros produtos locais como vegetais, tubérculos e por aí fora. Tudo isso é produzido internamente, e quem assim quiser pode consultar o índice de preços ao consumidor e verá quais são os produtos que têm maior impacto ao nível da inflação.

Por isso é que aqui na nossa estratégia para o Orçamento Geral do Estado de 2025 nós estamos a prever um significativo aumento, em termos da agricultura, não só naquilo que tem a ver com a produção agrícola, mas também aquilo que tem a ver com estradas que permitem o escoamento dos produtos. E o Deputado Elálcio fez aqui menção à estrada de Água-IZé e Claudino Faro, conforme disse aqui também Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro. Está contemplado no Projecto PRIASA III. O Sr. Ministro da Agricultura, quando estiver aqui no púlpito, poderá falar com mais detalhes.

O Deputado Delfim Neves falou que o País que não aposta de forma séria, que não vê neste documento nada que tenha a ver com a criação de riqueza e empregabilidade. Eu creio que houve aqui, se me permite, com um certo respeito, Sr. Deputado Delfim Neves, uma certa contradição da sua parte, porque falou dos tempos socialistas e nós estamos agora num tempo capitalista. Nesta altura, o que o Governo deve fazer é criar condições para o sector privado e não continuar a trabalhar, porque o sector privado, através da Câmara do Comércio, através de outros encontros que poderão ter com o Ministro da Economia e Finanças, certamente terá a ver várias questões que possam permitir ao Estado criar condições para o alavancar do sector privado. E um deles que nós pretendemos criar é aquele a que eu já fiz aqui menção aquando do Programa do Governo, que tem a ver com o facto de nós termos um imposto definido para aqueles que são operadores económicos organizados ao nível das Alfandegas. Portanto, isso permitirá dar algumas margens aos operadores económicos, para fazer a sua importação, ter um período de graça até pagar esses impostos e com isso ter margem para operar o seu negócio sem criar distúrbios ou distorções económicas.

Mas nós vamos falar de outras questões. Se eu bem percebi, está a falar de investimentos, mas quando nós criamos estradas, estamos a criar condições para o sector privado. Quando nós fazemos a transição

energética para energias renováveis, estamos a criar condições para o sector privado. Quando nós construímos um novo hospital, não deixamos de estar a deixar de criar condições para o sector privado, porque a saúde é um bem essencial para todos nós. Quando nós investimos num liceu técnico-profissional, por exemplo no Distrito de Caué, para que nós possamos alavancar o empreendedorismo local e possamos apostar em formações profissionais direcionadas para o mercado de trabalho, nós estamos a alavancar o sector privado, entre estas e outras questões, quando nós criamos todas as condições, para que o investidor sinta que há um direito de propriedade sempre que faz um investimento, nós estamos a criar condições para o sector privado. Por conseguinte, há aqui várias políticas que nós queremos implementar neste novo OGE de 2025, que permitirá alavancar o sector privado e vamos continuar a trabalhar com o sector privado nesse sentido.

Aqui o Deputado Elácio perguntou se os professores não têm nada, conforme disse aqui Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, naquilo que tem a ver com as despesas, de acordo com a classificação funcional. A Classificação funcional é a finalidade das despesas. Portanto, nós podemos ter em termos de orgânica um investimento grande no Ministério das Infra-Estruturas, mas isso não quer dizer que os investimentos que nós encontramos ali são só direcionados para a questão de infra-estruturas e obras públicas. São também investimentos que podem estar direcionados para a Educação, a Saúde e por aí fora, e a classificação funcional é que vem dizer efectivamente quais é que são as políticas do Governo relativamente ao Sector da Saúde, da Educação e da Agricultura e Pescas.

Se nós olharmos para o OGE de 2024, por exemplo, no que tem a ver com a classificação funcional para a Educação, nós tínhamos para funcionamento que inclui as escolas, a alimentação escolar, os professores, e por aí fora, STD 641.651.000,00 (seiscientos e quarenta e um milhões, seiscentos e cinquenta e um mil dobras) e neste OGE de 2025 nós temos um aumento para STD 738.293.000,00 (setecentos e trinta e oito milhões, duzentos e noventa e três mil dobras). No que tem a ver com os investimentos direcionados para a Educação, nós temos no OGE de 2024 STD 140.472.000,00 (cento e quarenta milhões, quatrocentas e setenta e duas mil dobras) e temos no OGE de 2025 STD 177.872.000,00 (cento e setenta e sete milhões, oitocentos e setenta e duas mil dobras), ou seja, há aqui um claro aumento não só com as despesas de funcionamento para a Educação como também com as despesas de investimentos para a Educação. E no total nós tínhamos para a Educação 789.123.000,00 (setecentos e oitenta e nove milhões, cento e vinte e três mil dobras), naquilo que tem a ver com a classificação funcional, e para 2025 nós temos um aumento de até 916.154.000,00 (novecentos e dezasseis milhões, cento e cinquenta e quatro mil dobras). Bem, eu não gostaria de continuar a entrar em alguns detalhes. Conforme disse aqui a Sra. Presidente da Assembleia, no que tem a ver com a discussão na generalidade é bom nós evitarmos entrar em números e falar mais em termos daquilo que são políticas.

Muito obrigado.

**Sra. Presidente:** — Muito obrigada Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças.  
Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma interpelação à Mesa.

**Sr. Delfim Neves (BASTA):** — Para nos orientarmos realmente, porque a última intervenção do Sr. Ministro dizia que temos que entrar em números depois. Na questão política, a responsabilidade primária dos Deputados é aprovar a Lei do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano para o ano 2025. Portanto, é na base disso que nós abrimos uma discussão. Quadros com números é para outros cenários, porque nós temos estado sempre a falar muito de números, projecto, estradas da minha zona. As pessoas esquecem-se de que a responsabilidade maior da Assembleia é a Lei que o Governo apresentou. É na base dessa lei que nós estamos a discutir, que vem a dar às políticas.

Já agora que estou a falar, se me permitir, parece que houve um mal entendido. O que eu disse foi exactamente aquilo que o Sr. Ministro veio cá responder. Estábamos no período anterior, socialismo, onde o Estado era papá e mamã. O que eu questionei é, se mudamos alguma coisa em termos de aumento de quadros na Administração Pública, é exactamente isso, não há contribuição nenhuma.

Obrigado.

**Sra. Presidente** — Muito obrigada, Sr. Deputado Delfim Neves.  
Vamos continuar.  
Tem a palavra a Sra. Ministra da Educação.

**Sra. Ministra da Educação, Ciência e Ensino Superior (Isabel Abreu):** — Muito bom dia, Sra. Presidente, Caríssimas e Caríssimos Deputados, Caros Técnicos da Assembleia Nacional, Caros Espectadores e Auditores da nossa Comunicação Social, muito bom dia, eu vim responder ao problema de património nacional, em relação às roças. É uma actividade direcionada pelo Sector da Cultura.

Para recuperação das roças, existe uma parceria com a UNESCO, e que as roças já foram identificadas, é um trabalho que está a ser feito há alguns meses, para que as roças identificadas passem a ser património mundial da UNESCO.

Foram identificadas 5 roças, dentre elas 3 em São Tomé, que são Monte Café, Água-Izé e Diogo Vaz, e na Região Autónoma do Príncipe foram identificadas duas roças, sendo Sundy e Belo Monte. Há um trabalho em curso com a Direcção Geral da Cultura, as Câmaras Distritais e, em representação da Região

Autónoma do Príncipe, está o Sr. Francisco, e as comunidades residentes. Já existe termo de referência, o trabalho está a ser feito nas roças e esperamos os resultados. A lista indicativa das roças foi entregue, é um trabalho feito pela UNESCO, com o ponto focal da UNESCO em São Tomé e o Presidente nacional da UNESCO, por inerência de funções, que é a Ministra da Educação, Cultura, Ciências e Ensino Superior. Agora, aguardamos a classificação das roças da UNESCO.

Em relação ao Museu Nacional, eu quero esclarecer o seguinte: com o financiamento da Cooperação Portuguesa, Universidade de Évora de Portugal, está em curso a recuperação do Museu Nacional, que é o único que temos em São Tomé. Mas há uma previsão de um trabalho que tem estado a ser feito para a identificação de mais dois museus, sendo mais um em São Tomé e mais um na Região Autónoma do Príncipe. Em São Tomé, será a Igreja de Bom Jesus, que está ao lado do Ensino Secundário. Há uma proposta da Religião Católica, já pediram...

*Murmúrios.*

...não é bom despacho, é a igreja que está no largo da praça da UCLA. Sim, é a Igreja Bom Jesus.

Sim, a pedido da Congregação Católica, foi feito um pedido para a UNESCO, como forma de transformar aquela igreja num museu de arte sacra. O pedido já foi feito, o trabalho está em curso, agora aguardemos a avaliação do mesmo pedido.

Na Região Autónoma do Príncipe, é a igreja da Roça Sundy que será transformada no museu da Região, porque neste momento a Região Autónoma do Príncipe não tem nenhum museu. Nós só temos o Museu Nacional, o Príncipe não tem museu. Então, estamos a trabalhar com a UNESCO, para vermos se aquela igreja da Roça Sundy será transformada em museu nacional.

*Murmúrios.*

Obrigada, Sr. Deputado, nós estamos a trabalhar pra tal.

Muito obrigada.

**Sra. Presidente:** — Muito obrigada, Sra. Ministra da Educação, Ciência e o Ensino Superior.

Não sei se há mais Ministros.

Sr. Primeiro-Ministro, há mais?

Então, vamos continuar com as nossas intervenções. Para o debate temos 5 inscritos.

Na altura, quando eu estava a chamar o Sr. Deputado Osvaldo Abreu, estava assim meio céptico, porque só Deputados da sua Bancada estavam a fazer intervenção, mas eu só tenho uma inscrita do Grupo Parlamentar do ADI, que é a Sra. Deputada Izilda, que vem depois de duas inscrições do MLSTP. Então, para balancear, chamo a Sra. Deputado Izilda Amaral.

*Murmúrios.*

**Sra. Izilda Domindos (ADI):** — Sra. Deputada, Sra. Presidente, Mesa, Sr. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Técnicos, Governo, Ministros e Ministras, São Tomé e Príncipe e aqueles que estão na Diáspora, eu vim falar em nome de São Tomé e Príncipe. Eu espero e acredito que nós estamos em São Tomé e Príncipe. O que estou a dizer, muitos têm estado a criticar a maneira que alguns Deputados e Deputadas vêm com informações da sua comunidade. Eu sei que qualquer Deputado tem que trazer informações da sua comunidade, vir explicar o que está a acontecer na sua região, ou o que está a acontecer na sua zona e vem com a sua linguagem. Por que é que estou a falar assim, porque em Cabo Verde os Deputados, quando discutem, discutem na sua língua. E nós sabemos que a cultura de São Tomé é o «dialecto». Nós estamos num país em que se fala «dialecto», e o povo precisa ouvir o que é transmitido na Assembleia Nacional. E às vezes há uma diferença de linguagem, as pessoas tentam corrigir, para nós podermos falar um português melhor. Sim senhor, mas nós não estamos em Portugal, nós estamos em São Tomé e Príncipe. Eu tenho estado a assistir aos debates de Cabo Verde, Nigéria e Angola, cada um fala na sua língua, conforme a sua comunidade. Vai ouvindo, porque toda gente tem que prestar atenção aos debates de países da sua comunidade.

E também vim para dizer que há um deputado que falou sobre infra-estrutura...

**Uma voz:** — Qual deles?

**Sra. Izilda Domindos (ADI):** — Eu não vou falar o nome de nenhum deputado, eu só quero lembrar, porque acho que ele se esqueceu que ele foi o Ministro de Infra-estruturas que quebrou passeios e não construiu. Eu só vim lembrar, porque nós esquecemos do nosso erro. Eu gostaria que pudéssemos sentir qualquer remorso, quando já fomos ministros e não fizemos nada. E às vezes vem colocar ordem naqueles que estão a governar e a lutar para fazer mais rápido eu só quero agradecer a todos muito obrigado pela intervenção.

**Sra. Presidente:** — Muito obrigada, Sra. Deputada Izilda Amaral.

Tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Abreu.

**Sr. Osvaldo Abreu (MLST/PSD):** — Muito boa tarde, Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Mesa, Excelentíssimo Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e o seu Elenco, Caras e Caros Funcionários da Assembleia Nacional, Técnicos da Comunicação Social, Povo que nos escuta, dentro e fora da nossa geografia.

Trago algumas preocupações sobre as políticas aqui inseridas nas Grandes Opções do Plano, e gostaria de ser esclarecido.

Começaria pela importância das questões aqui existentes, pelo falado novo Hospital Central, não sei se vamos ter dois hospitalais centrais, porque quando se fala de novo Hospital Central, já temos um, e a tentativa de deslocalizar este mesmo empreendimento de infra-estrutura hospitalar para Ferreira de Governo. Eu me pergunto, primeira questão, se este Governo vai seguir com esta mesma lógica, e ser esclarecido se nós temos ideia do que significa montar um hospital de raiz, num espaço como aquele. Todos os estudos tidos até agora foram feitos com base numa instalação existente. Os orçamentos estão relativamente inseridos para que o hospital fosse uma reestruturação do hospital já existente, com a construção de novas frentes, novos serviços, novos edifícios e a ocupação efectiva do Ayres de Menezes. Agora se fala de deslocalização. A própria geografia da localização contradiz com aquilo que nós queremos ter em termos de redistribuição geográfica das infra-estruturas, porque na rota de Ferreira de Governo ela ficaria localizada na mesma geografia de Aires de Menezes, deixando muito distante as populações de outras zonas. Mas o mais grave é a reflexão que eu gostaria que nós fizéssemos, da nossa capacidade e incapacidade para manter coisas, gerir coisas, principalmente quando se trata de bens sociais. Nós reabilitamos o Hospital de Monte Café, voltou a se destruir. Nós temos o Hospital Ayres de Menezes, que apenas conseguimos manter. Temos vários serviços que apenas funcionam, e vamos construir um outro, num outro local, com todos os estudos de geologia, estudos de terreno e não só? E depois, o que fazer com o hospital Ayres de Menezes? Temos a capacidade de gerir dois hospitalais centrais desta envergadura. O que nós temos mostrado até agora, com todos os outros que nós deixamos cair, vamos metermos nisto novamente? E depois é o tempo. Começar de raiz, todos os estudos novamente, todas as escavações geológicas de base até a construção da infra-estrutura e a sua locação em termos de sua funcionalidade hospitalar. Temos ideia de quanto tempo isto vai levar? Nós temos urgência de ter um serviço de saúde razoavelmente de qualidade para a nossa população, temos que agir de conformidade. Os estudos estão feitos, o pré-projecto já existe, o local está disponível e temos que avançar com Ayres de Menezes, no mesmo lugar, Ayres de Menezes. E lá naquele local existem vários contentores e vários serviços supostamente que funcionam, mas nós sabemos como estão. Uma nova infra-estrutura no mesmo local daria mais vida e nos permitiria avançar para a recuperação desta mesma infra-estrutura.

Eu peço encarecidamente aos decisores de agora, do momento, que repensem bem este assunto, chamem as pessoas que sabem disto, os engenheiros, os técnicos de Saúde, os projectistas e as pessoas que trabalharam nisto já há algum tempo, desde 2016, salvo erro, 2017, depois para tomarem rapidamente uma decisão neste sentido, para que nós, de forma urgente, tenhamos esse projecto em andamento.

Segundo ponto, também na área social, Sr. Primeiro-Ministro, nós temos na pagina 34 das Grandes Opções do Plano um programa que disse chamar de melhoria de qualidade, equidade e inclusão do Sistema de Educação. Excelentíssima Sra. Ministra da Educação, Dra. Isabel Viegas d' Abreu, educadora, professora experiente, eu fui investigar o que é ERGUES fui investigar, porque me chamou atenção o nome do gestor do projecto, Instituto Marques de Vale Flôr, que é o mesmo que geriu o Projecto Escola+ desde 2009. Sensivelmente 2009. Dá-me alguma emoção falar disto, porque sou docente desde 1998 e fui vendo a entrada de alunos do Liceu Nacional no ISP e a degradação que nos fomos assistindo, em termos de qualidade de ensino até hoje. Nós não temos pessoas para sentarmos à volta de uma esteira, aquela geração antes da Sr. Ministra, como a professora Ester Will e outros, e vermos o que é que a nossa Educação precisa, e termos os outros talvez como meros assessores e financiadores, porque sei que um dos nossos grandes problemas é o financiamento. Aqueles projectos que vêm com dinheiro, vêm com outras coisas como viaturas e uma série de coisas e vêm com um pensamento lá de outros lados, e têm nomes muito bonitos. Os objectivos do ERGUES não distam muito daqueles que eram os objectivos do Escola+. Desde 2009 até agora o resultado da nossa educação, do nosso ensino, onde é que foi parar? E queremos repetir depois da finalização do Projecto Escola+? O que fazer com a nossa educação? Aceitar um projecto deste com essa mesma moldura? Nós de facto estamos a velar pela melhoria da qualidade e equidade da nossa educação, tomando a experiência que vivemos e estamos a viver até hoje, estudantes a estudarem no ensino superior que não sabem distinguir o género? Nem sequer falo de Matemática ou Gramática. Simples género, não sabem distinguir masculino do feminino, com a 12.<sup>a</sup> classe feita. Eu tenho de facto muitas situações aqui sobre políticas e voltarei mais tarde, se assim for permitido pela minha Bancada.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

**A Sra. Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Osvaldo Abreu. Foi o meu professor de Álgebra no então ISP, e na altura nós saímos com o 11.<sup>º</sup> ano do Liceu, mas o que se vive hoje realmente é de

lamentar. Eu digo isso porque também sou docente. Há que se colocar o dedo na ferida e repensar algumas situações.

Vamos continuar, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe de Governo:** — Obrigado, Sra. Presidente.

Venho cá para responder às questões de fundo que foram levantadas pelo Sr. Deputado Osvaldo Abreu, que merecem respostas mais urgentes, porque delas depois várias questões poderão ser levantadas e nós nos perdermos nas perguntas.

O Sr. Deputado sabe quanto custa o hospital para mim? Sabe né? Foi no seu governo que eu fui detido, acusado de ter desviado 17 milhões de dólares.

**Uma voz do ADI:** — *Ka fade ô!*

**O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe de Governo:** — Por isso, este Governo ao pegar neste dossier, pegou-o com seriedade, nada de política. O governo anterior e outros governos tiveram iniciativas e têm estudos comparativos de localização do hospital em Ayres de Menezes ou num outro lugar. Há vantagens e desvantagens. Esse trabalho foi feito, nós estudamos o dossier completo e aceitamos a mudança para Ferreira Governo, baseada em todos estudos já feitos, porque esse é um projecto urgente. E queremos, quando vierem os financiadores, *Kuwait Fond* e agora também BADEA, não percamos tempo. Por isso, nós não tomamos isso de ânimos leve.

Quanto à questão relacionada com o projecto ERGUES, também temos elementos suficientes para justificar a adopção ou a continuação do mesmo, que eu gostaria que a Sra. Ministra da Educação trouxesse aqui para esta Assembleia.

*Aplauso do ADI.*

**A Sra. Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Ministra da Educação.

**A Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciéncia e Ensino Superior** (Izabel Abreu): — Sra. Presidente, Caríssimas e Caríssimos Deputados.

Caríssimo Deputado Osvaldo Cravid Viegas d' Abreu...

*Aplausos do ADI e do MCI-PS/PUN.*

**Vozes do ADI:** — Muito bem.

**A Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciéncia e Ensino Superior:** — Eu quero dizer-lhe muito sinceramente que, como disse, somos primos, sim, em São Tomé e Príncipe somos todos primos. Como disse e disse muito bem, eu concordo consigo sobre o Projecto Escola+. Eu sou uma profissional da Educação, e quero dizer-lhe que o Projecto ERGUES vem estancar e acabar com o Escola+. Se leu, não sei onde o leu, mas eu quero esclarecer o seguinte: o Instituto Vale Flôr concorreu e ganhou, São Tomé e Príncipe não tinha como impedir o concurso. Eles ganharam, porque quem o lançou foi o Instituto Camões. O Instituto Camões é que lançou o concurso, de acordo com as necessidades apresentadas pelo Ministério da Educação à Cooperação Portuguesa. Lançou-se concurso, Vale Flôr ganhou e, posto isso, sentou-se à mesa com a equipa toda do Projecto ERGUES de Vale Flôr e delineou-se o trabalho feito. Não sei onde é que foi buscar a continuidade de Escola+. Isso é falso. Desculpe-me, mas eu quero garantir-lhe que é falso. Qual é o objectivo do Projecto ERGUES? Projecto ERGUES, o que é que se vai fazer? O Projecto ERGUES, neste momento, está a fazer um trabalho de actualização dos currículos escolares, da 1.<sup>a</sup> à 12.<sup>a</sup> classes, incluindo até a utilização do acordo ortográfico. E quem faz parte da equipa? São os técnicos nacionais e estrangeiros da Universidade de Évora, Universidade Católica de Lisboa, Universidade de Aveiro e Universidade de Coimbra. Os técnicos vêm trimensalmente, para trabalhar com os técnicos nacionais e as direcções pedagógicas têm um, dois técnicos que estão a trabalhar na revisão dos currículos escolares. Está a rever todo o currículo, para acabar com o problema de Escola+.

Eu sou professora de Matemática e eu quero dizer-lhe que também sou quadro da Universidade de São Tomé e Príncipe. Sou professora de Matemática e aos meus alunos todos sempre mandei fazer cópias, pode perguntar-lhes, no ISEC. Mandava fazer cópias, embora sendo professora da área de Matemática, porque eu também me apercebi das dificuldades que os alunos têm na implementação da língua portuguesa. E no Projecto ERGUES está em curso, há deputados aqui na Sala que podem responder, a implementação dos cursos de formação técnico-profissional em Caué, em Lembá e na Região Autónoma do Príncipe, na área de Didáctica. Nós, a Educação, escolhemos esta área da Didáctica como forma de suprir as dificuldades que temos no enquadramento de professores em cada início do ano lectivo, professores residentes. Na Região Autónoma do Príncipe, sabemos que 80% dos professores não têm formação pedagógica de base. E neste momento, na Região, temos 30 estudantes a frequentarem essa formação técnico-profissional na área da Didáctica. Em Caué, tínhamos 20, hoje temos 11, por causa do espaço físico que não é adequado, porque não vimos espaço em Caué para a implementação, e recorremos à residência

das irmãs, que têm um espaço normal, mas elas pediram um arrendamento de dois mil euros mensais. Eu fiz uma análise e disse não, tirar o dinheiro do projecto para pagar renda, é melhor construir de raiz. E neste momento já há um projecto com o financiamento do ERGUES, para a construção de três salas de aulas em Caué, três em Lembá e, na Região Autónoma do Príncipe, a minha sugestão muito pessoal é para a reabilitação do Centro Profissional Protásio Pina, em vez de construir uma escola de raiz, porque já temos em curso uma escola padrão e não há alunos suficientes. Então, o edifício de Protásio Pina está muito degradado. Visitei o espaço várias vezes e, na minha opinião, em vez de construir de raiz, é melhor requalificar aquele espaço com equipamentos e tudo.

Em Lembá nós temos também um projecto para a construção de três salas, com equipamentos adequados para a formação técnico-profissional, na base do Projecto ERGUES. Mas eu convido-lhe para um encontro comigo, especificamente para nós vermos todos os dossiers do Projecto ERGUES.

Obrigada.

Aplausos do ADI.

**A Sra. Presidente:** — Sr. Deputado, está a pedir o quê? O Sr. Deputado fez uma intervenção e veio a Sra. Ministra esclarecer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Abreu.

**O Sr. Osvaldo Abreu (MLSTP/PSD):** — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Agradecer o Sr. Primeiro-Ministro e a Sra. Ministra da Educação, pelos esforços de esclarecimento, e complementar que, em primeiro lugar, os projectos estão, parte deles, disponíveis *online*, como perguntou onde fui buscar, os objectivos e os financiadores. Investiguei e fui lendo, tanto Escola+ como ERGUES. Eu não disse que é continuidade. É suposto, tendo em conta aquilo que teve, tendo em conta os actores e os antecedentes. É isso que estou a citar que é uma continuidade. Claro que não pode ser. Está ali, mas eu aceito o seu convite para aprofundar melhor sobre isso e, se quiser a minha contribuição, continuo a dizer que nós temos que fazer isto por nós mesmos. Nós temos que fazer a nossa educação, de acordo com a nossa cultura e a nossa realidade.

Em relação ao hospital, agradeci já o Sr. Primeiro-Ministro. Eu conheço o projecto do hospital. Conheço o primeiro projecto e o segundo projecto, conheço os detalhes.

Só isso que eu posso dizer agora.

Obrigado.

**A Sra. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

**O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças (Gareth Guadalupe):** — Obrigado, Sra. Presidente.

Conforme falou aqui Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, o projecto do hospital é um projecto que ele fez sua bandeira. Eu assumi as funções no dia 22 de Janeiro e a primeira instrução que me foi dada pelo Sr. Primeiro-Ministro é a questão do hospital. A primeira correspondência oficial que fiz, quando cheguei no gabinete, foi enviar mensagem para o Fundo do Kuwait e o BADEA.

O Deputado falou que conhece o projecto e conhece os detalhes. Então, vamos falar de detalhes. O primeiro deles, a primeira vantagem para mudar para Ferreira de Governo é a qualidade do ar, que é fundamental num hospital. Já existe estudos geológicos e estudos de impacto ambiental que provam que Ferreira Governo tem condições para o novo hospital. Fala várias vezes que nós temos urgência relativamente ao projecto do hospital. Este Governo tem emergência, em relação ao novo hospital. Vamos falar de algumas questões de detalhes, porque nós também tivemos a oportunidade de estudar o projecto. Há dois projectos. Há o primeiro, de dezassete milhões e tal, e o segundo, de trinta e dois milhões e meio. Primeira vantagem, garantia de continuidade e qualidade dos serviços de saúde. A construção de novo hospital no local onde actualmente funciona o Hospital Ayres de Menezes exigiria a demolição de edifícios essenciais como edifício de Medicina Geral, que é onde são internados a maioria dos pacientes sem capacidade financeira para poder pagar os internamentos. Ter-se-ia que demolir, porque naquele segundo projecto, conforme vê, há uma zona vermelha, que são todos de demolições. Além desses, onde funciona o edifício de Cardiologia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Estomatologia, entre outros serviços especializados, todos teriam que ser demolidos, para se construir o novo hospital, ali mesmo no hospital Ayres de Menezes. Faz parte do segundo projecto que o XIX Governo herdou e que teve a oportunidade também de estudar. Naturalmente essa intervenção com a demolição comprometeria seriamente os serviços de Saúde e causaria perturbações significativas para os pacientes e profissionais de Saúde. A manutenção dos serviços de internamento e urgência e consultas especializadas ficaria severamente comprometida durante o período de construção.

A nova localização em Ferreira Governo permite uma transição bem organizada às novas instalações, garantindo a continuidade dos serviços de saúde, sem grandes interrupções.

A segunda vantagem, melhoria da acessibilidade e capacidade de expansão. O Hospital actual nós sabemos que se situa no Bairro do Hospital, uma zona urbana de alta densidade populacional, o que cria dificuldades no acesso de ambulâncias e veículos de emergências, além de limitar a mobilidade dos pacientes. A nova localização oferece mais espaço. É tudo isso que o XIX Governo foi estudar. A nova

localização oferece mais espaço disponível para a melhoria do planeamento urbano, incluindo áreas de estacionamentos adicionais, melhores acessos rodoviários e espaços verdes. A transferência do hospital para Ferreira Governo reduz a pressão sobre o centro da cidade, criando um ambiente mais adequado para a prestação de serviços de qualidade.

Outra razão, conformidade com os padrões internacionais de infra-estruturas hospitalares. O novo hospital será projectado com as melhorias práticas globais no Sector da Saúde. Esse mesmo *design* hospitalar que nós temos no segundo projecto é que queremos transferir para Ferreira Governo, mas garantindo o seguinte: um *design* hospitalar centrado no paciente, assegurando eficiência operacional, conforto e segurança, fluxo interno optimizado, para minimizar o risco de contaminação cruzada e melhorar o controlo de infecções. Infra-estruturas resilientes sustentáveis preparadas para responder às necessidades futuras do serviço de Saúde e aos desafios impostos por doenças emergentes. Espaço verde e infra-estrutura bioclimática.

Agora, a última que eu já vinha falando, é adesão deste novo hospital em Ferreira Governo ao estudo geotécnico e ambiental. Os estudos geotécnicos confirmam que Ferreira Governo apresenta condições geotécnicas e ambientais ideais para a construção de novo hospital. O local oferece características naturais, eu já tinha falado da qualidade do ar, permitindo a construção de infra-estrutura hospitalares resilientes e eficientes, minimizando riscos ambientais, garantindo a sustentabilidade do projecto ao longo prazo. A escolha dessa localização também reduz os custos de medição ambiental e possibilitam um planeamento mais eficiente da nova unidade hospitalar.

Portanto, tudo isso nós já demos a conhecer ao Kuwait Fund e ao BADEA, e estamos à espera que na segunda quinzena de Abril estejam aqui para nós concluirmos e vermos quando é que nós podemos lançar de novo o hospital.

**A Sra. Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças.

São 13 horas, é o nosso horário de intervalo, mas deixem-me só contextualizar com relação ao tempo restante. Nós temos o ADI com 1 hora e 55 minutos, o MLSTP/PSD com 44 minutos, o MCI-PS/PUN com 21 minutos e o Movimento BASTA já não tem tempo. Então, vamos retomar às 14 horas. Eu ainda tenho inscrito os Srs. Deputados Arlindo Barbosa, Gabdulo Quaresma, Conceição Moreno, Elísio Teixeira, Jorge Bom Jesus e Nito Abreu. Então, quando nós retomarmos, vão se inscrevendo, se faça favor.

Então, vamos suspender a sessão para intervalo.

*Eram 13 horas.*

**A Sra. Presidente:** — Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar a sessão e peço ao serviço que convide o Governo a entrar, se faça favor.

*Eram 14 horas e 10 minutos.*

Já temos connosco o Sr. Primeiro-Ministro e todos os membros do Governo.

Mais uma vez, muito boa tarde.

Nós, antes do intervalo tivemos uma lista de inscritos e vamos começar esta sessão da tarde, chamando o Sr. Deputado e Vice-Presidente, Arlindo Barbosa, para uma intervenção.

**O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP):** — Sra. Presidente da Assembleia, permita-me saudar as Sras. e os Srs. Deputados, Sras. e Srs. Ministros, Destintos Membros do Governo, Equipa Técnica da Assembleia, Comunicação Social. Essa saudação também é extensiva ao povo, naturalmente residente cá e na diáspora.

Bom, tivemos, logo no início do período da manhã, algumas questões que foram colocadas, algumas delas não vou repetir e penso que o meu líder parlamentar, na sua intervenção inicial, deixou claro aquilo que são as nossas preocupações. Todavia, a nossa visão e perspectiva crítica em relação ao Orçamento é sempre para melhoria, porque tudo que nós esperamos, tanto o povo como os deputados, é que seja um documento no final que venha dar resposta aos anseios da população. Por isso é que estamos cá, para de facto dar também a nossa contribuição construtiva ao Governo e esperar do Governo essa abertura, para permitir que as nossas contribuições ou propostas sejam aceites para a melhoria do documento. Como já se disse, é um Orçamento que cresceu e que representa 32% do PIB. E estamos a falar de um documento que ronda cerca de 6 milhões com despesas de investimento e de funcionamento, quase metade daquilo que é o próprio Orçamento. Cresceu. Houve um aumento de cerca de 15,6%, penso, em relação ao período homólogo. Naturalmente, o que nós percebemos desse aumento é que deve melhorar em todos os sectores. Aqui já se disse, e eu começaria por impostos, e nós estaremos aqui, Sr. Primeiro-Ministro, tudo que diz ou que faz relação com inverter a tendência fiscal. Acho que temos que falar e corrigir, porque o povo já não pode estar numa perspectiva orçamental que vai agravar mais as suas vidas.

Não sei se foi o Primeiro-Ministro ou o Ministro das Finanças, no período da manhã, é a apreciação que eu tive, que disse que não há novos impostos. Palavras do Primeiro-Ministro. E vem o Ministro das Finanças dizer, não, que é um imposto insignificativo que fala em centavos. Então, é preciso clarificar isso, Sr.

Primeiro-Ministro. E vou ler a Lei do Orçamento que diz, na página 6, ponto 6 do artigo 8.º: «É instituído o imposto ecológico sobre a importação adiante designado IEI que incide sobre as embalagens e componentes de mercadorias importadas que apresentem impacto ambiental negativo, nos termos seguintes.» Das duas, uma, e é essa clarificação que eu quero que o Governo precise, estamos a instituir novo imposto ou não? E quando o Ministro das Finanças faz referência a cêntimos, não, não é só cêntimos. Há produtos que o imposto é de 25 dobras por quilo, e falo de baterias e pilhas. Há imposto que vai até 80 dobras por unidades. Mesmo os cêntimos são multiplicados por unidades. Por isso é que eu gostava que clarificasse, porque a redacção que está trata-se, pela interpretação que nós temos, de um novo imposto, sim. A não ser que este texto seja melhorado. É uma primeira questão.

Outra questão, Sr. Primeiro-Ministro, quando falamos de imposto o senhor terá dito, no período da manhã, que cada dobra representa uma satisfação, um apoio ao cidadão. E pego essa expressão para dizer que cada dobra também para o agravamento do imposto compromete a vida do cidadão em vários *itens*. Por isso é bom que, naquilo que o próprio Sr. Primeiro-Ministro faz referências,... porque se vamos mesmo cobrar cêntimo a um cidadão estamos a agravar naturalmente o custo de vida e a situação do cidadão. É uma constatação nossa e o Governo naturalmente saberá como responder depois.

Há uma outra questão que vejo neste orçamento, também constatação, muitas obras que já tinham sido inscritas nos orçamentos anteriores não constam neste orçamento, e o Governo introduz novas obras. Lanço algumas: Escola de Diogo Simão, é uma obra importante, não está neste orçamento, vinha de outros orçamentos. Creche de Changra também vinha noutros orçamentos, não está. Caldeira, Santa Luzia, também não está. Polo Desportivo de Monte Café, Boa Morte, só para citar alguns exemplos.

E no Sector da Saúde, Sr. Ministro, nos orçamentos passados havia uma rubrica em relação ao posto de Diogo Vaz, penso que era financiamento do BADEA. Aquela estrutura está lá. Não fica bem para o Estado, por isso é que chamamos de continuidade. Está lá aquela obra a sol e chuva.

Não estou contra que se inscreva novas obras, mas que se conclua aquela, como muitas outras que eu aqui fiz referência. É uma constatação. Queremos obras novas, mas o Governo também tem que se preocupar, no quadro da continuidade de Estado, poder concluir ou dar sequência às obras que vinham inscritas noutros orçamentos.

Sr. Primeiro-Ministro, estou e fiquei muito preocupado com a distribuição de transferências de valores para as autarquias locais. Antes do alcance da minha intervenção, gostaria de saber que critério o Governo usou para fazer essa distribuição pelos distritos e a Região Autónoma do Príncipe. Densidade populacional? Necessidades? Prioridades das prioridades? Também não sei.

Não posso perceber que no quadro dessa distribuição para as autarquias Lembá é o único distrito que o valor é muito reduzido, representa 0,1 de investimento, quando tem 17 000 habitantes. E o Governo corta verba de investimento de 6.5 para 2.5. O que é que se passa com Lembá? Vejo outras autarquias com valores crescidos. Por isso preciso uma justificação, porque Lembá parece até um parente muito pobre neste Governo. Sei que o Sr. Primeiro-Ministro é amigo de Lembá, ainda esteve ontem em Lembá, mas o que justifica? Vejo valor de 11 000 para outros distritos, 9 000, 5.8 000 quase 6 000 para outros distritos, Lembá nem chega 3. Tem 0,1 daquilo que é o investimento. Se queremos um país onde cada um não possa ficar para trás, então da riqueza que o País tem, saber distribuir. É outra constatação que vimos.

E aqui se defende a questão do Sector da Saúde, da Educação, é verdade e aqui os pareceres são claros. No Sector da Educação, para investimento em 2024, a previsão era de 12.6, hoje caiu para 7, é uma constatação. Por mais argumentos que trouxerem, que os investimentos que fazem noutros sectores possam abranger também a Educação. Mas caiu, é o que está no parecer, é o que está escrito aí. Com as medidas do Governo para o programa de combate ao insucesso escolar, melhoria de qualidade de ensino, e com essa redução significativa, como é que o Governo vai dar resposta a essas medidas?

E quando falo do Sector da Educação, falo também da Saúde, e é parecer, faço referência tomando como base aquilo que foi o trabalho da 3.ª Comissão. Cai também de 13.9 em 2024 para 13%. Como é que o Governo pretende ou vai dar resposta, sabendo que é um orçamento para 7 meses e que cresce muito?

Como o Governo vai mobilizar, em 7 meses, quando em Setembro, Outubro já estaremos a discutir novo orçamento, para dar resposta a essa listagem de prioridades ou de acções que o Governo pretende para 2025?

Por último, Sr. Ministro da Saúde, na 3.ª Comissão tivemos encontro com a UNICEF e a GAVI, são parceiros do Governo em matéria social e colocaram-nos de facto uma preocupação. No quadro do programa para 2030 sobre a vacinação, porque temos recebido apoio de parceiros internacionais, e em função das medidas que os Estados Unidos está a tomar agora, até 2030 esses apoios serão cortados. Então, o Estado tem que se auto-sustentar sobre a questão da vacinação.

Só para 2025, o custo de vacinação ronda cerca de 275 000 dólares e a contribuição do Estado é cerca de 1%. Então, desde agora e espero que na especialidade haja abertura total, porque teremos propostas concretas, sobretudo a questão da vacinação, para poder fazer essa cobertura ou essa reafectação de verba em relação ao Sector da Saúde, no capítulo da vacinação.

São essas as minhas contribuições, já não tenho muito tempo, há outros Srs. Deputados, fica aqui esse apelo, e desejar ao Governo boa sorte.

Vi na inauguração de uma agência do BISTP o Sr. Ministro das Finanças a falar e vi também o Sr. Presidente da Câmara, até com mais detalhes, e gostaria de saber em que pé está o projecto da estrada que liga Neves,....

**Uma Voz:** — É especialidade?

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — ...não é especialidade, porque não está no Orçamento. Porque o Governo anunciou Guadalupe, Neves e Santa Catarina, mas não vejo qualquer enquadramento disto no Orçamento.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Ilustres Colegas Deputados, Srs. Técnicos, Povo de São Tomé e Príncipe, boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, ouvi a sua intervenção e retive algumas palavras-chaves como desenvolvimento, preocupação com o ambiente, e deixa-me dizer que o senhor tem um sector muito importante que é o Ministério do Ambiente, devidamente separado, e apraz-me discutir o orçamento com alguém que é sãotomense. Muito obrigado por ser sãotomense e estar aqui connosco a discutir o Orçamento.

Como dizia, este sector, Ambiente, é transversal a muitos outros sectores, Infra-estrutura, Saúde, Educação, e por aí vai. Neste Sector, não é muito bem perceptível projectos que realmente estejam voltados para a questão ambiental. Temos aqui o Projecto de Resiliência Costeira, estava à espera para ver também o Projecto para Resiliência Climática. Sabemos que hoje o clima é um elemento propulsor de pobreza, mexe com a família, é um factor propulsor de doenças, até mesmo doenças crónicas, mexe com a saúde, e não vejo aqui projectos voltados para a resiliência climática. Para quem não sabe, resiliência climática tem a ver com a capacidade de nos habituarmos ou sabermos lidar com as alterações provocadas pelas mudanças climáticas.

Apesar da resiliência costeira, que é um projecto do WACA, que transfere para este Orçamento, aliás, para este ano, gostaríamos de ver também algo voltado especificamente para a questão do ambiente.

No sector de Infra-estruturas, Sr. Ministro, também nos sectores como Aeroporto, ENASA e INAC, falou-se muito do projecto de requalificação e modernização do Aeroporto. Fico com a impressão de que não aparece no Orçamento. Se estamos a falar de desenvolvimento, era bom que olhássemos para o Aeroporto que temos e requalificássemos o Aeroporto, para atender às demandas e às solicitações que advêm desta intenção de desenvolver o País.

Da mesma forma, quem fala de INAC fala, provavelmente, da saída do nosso Aeroporto da lista de segurança europeia, ICAO, a tal lista negra, e deveria haver projectos aqui também que pudessem mitigar ou lidar com isso.

No sector de água, Sr. Primeiro-Ministro, segundo as GOP, que acompanha este Orçamento, há uma captação de cerca de 100% da água captada. 41%, à volta disso, é perdida na distribuição. Vejo no Sector de Infra-estruturas a construção de reservatório, provavelmente o problema pode não estar na captação, mas na distribuição. Mas mesmo assim a quantidade de reservatório que se pensa construir é apenas um reservatório, segundo este orçamento que está cá. Acho que deveria haver mais reservatórios ou provavelmente melhorar a rede de distribuição que temos. *Ba pia ploblema na sa awa fá, problema na sa txila awa fa. Ploblema sa di non patxi awa, distribuirmos água.*

#### Risos gerais.

Quem fala de água também fala de energia. Está no Orçamento realmente a questão de transição energética, e sabemos que 89% da nossa energia hoje é termo-eléctrica. Então, era importante que houvesse realmente neste Orçamento uma injecção séria para a produção de energias renováveis, se calhar subir essa percentagem que é de apenas 5% para mais de 5%, *quiçá* 20%. Mas sabemos que este Orçamento é muito arrojado, o senhor poderá não ter tempo para o implementar na sua totalidade e nem ter disponibilidade financeira para tal. Portanto, esta questão de energia é uma questão séria.

E mais ainda, aproveitar o momento para pedir, falou de transparência e muito bem, os acordos que foram feitos com os turcos, para que saibamos realmente o que está nesse acordo, para o Aeroporto e para a EMAE. Porque neste momento sabemos que dos cinco geradores que fizeram parte do acordo com os turcos apenas um está a funcionar, e continuamos a disponibilizar a mesma quantidade de combustível e a pagar aos turcos a mesma coisa como se os cinco estivessem a funcionar. Gostaria de ter esse esclarecimento também do Sr. Primeiro-Ministro.

Em relação às infra-estruturas rodoviárias, Sr. Primeiro-Ministro, não vi aqui nenhuma intervenção na Região Autónoma do Príncipe. Sei que o Sr. Ministro das Infra-estruturas sabe, porque participamos desses estudos. A Ponte sobre o Rio Papagaio é uma preocupação. Então, acho que deveria estar também neste Orçamento.

Falando da Ponte sobre o Rio Papagaio, falamos aqui de arruamento da Cidade Capital, também é importante o arruamento da Cidade de Santo António. Deveria estar, mas não está.

Por exemplo, como disse o meu colega Deputado que me antecedeu, Arlindo Barbosa, realmente algumas obras não estão, obras que estão contratadas, tiveram o adiantamento inicial, deveriam transitar de um orçamento para outro, mas pura e simplesmente desapareceram neste Orçamento. Por exemplo, falo da estrada que liga o Bairro Verde à Quinta de Santo António. Não está no orçamento, não aparece aqui.

Falo da estrada que liga a EN3 ao Bairro Dolores, não está neste orçamento. Lucumi está, eram dois lotes. Fico com a impressão de que não se terminou a estrada que liga Trindade ao Palácio de Morro. É uma oportunidade também para ser esclarecido, se me puderem brindar com esse esclarecimento.

A outra preocupação que tenho é que, como disse o meu colega e bem, a Estrada Nacional n.º 1, que deve ser requalificada também deve integrar, segundo informações que tenho, o lote 1 do Aeroporto para CKDO, mas também não aparece no Orçamento. Era importante que tivéssemos informações, para sabermos também como enquadrar a nossa intervenção na especialidade.

Há meses ouvimos falar de problemas com navios que foram apreendidos nas águas internacionais com a bandeira de São Tomé. Gostaria de ver neste Orçamento, se fosse possível, algo para a certificação dos navios com a nossa bandeira, ou algo que pudéssemos usar para também nos beneficiar, navios que usassem a nossa bandeira indevidamente.

São algumas preocupações que tenho.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nito Abreu.

O Sr. Nito Abreu (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e a estrutura governativa, Sras. e Srs. Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe, residente no País e na diáspora, boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, trago aqui algumas questões e, como Deputado, representante do Povo santomense, dar a minha contribuição para que de facto isso seja notório, a minha função como deputado.

Sr. Primeiro-Ministro, sou membro da 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, tive contacto com o Orçamento. Como todos aqui sabem, como disse já um deputado aqui, é o maior orçamento da nossa história, calculado em 265 milhões de dólares. Daí que eu gostaria de perguntar o Sr. Ministro que, tendo em conta o cenário catastrófico financeiro que o mundo tem apresentado e que não é de hoje, temos visto a questão de guerra e de ameaças de guerras, temos a situação do isolacionismo, ou seja, onde estamos situado, a própria região em que o País se encontra, continente africano, daí que lhe pergunto, qual a possibilidade de isso ser de facto um orçamento exequível, sobretudo na mobilização dos recursos para a sua materialização.

Falou-se aqui da questão do turismo, ou seja, o investimento no sector turístico, e é certo. Não há como falar de turismo sem falar de um aeroporto em condições e de reparar que somos uma ilha. Recentemente, o anterior governo implementou uma taxa que viria a contribuir para a obra do novo aeroporto, ou dar uma nova roupagem ao aeroporto.

O Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD): — Outra vez?

O Sr. Nito Abreu (ADI): — Sou Deputado e devo falar aquilo que penso,...

O Sr. Conceição Moreno (MLSTP/PSD): — Muito bem, Nito.

O Sr. Nito Abreu (ADI): — ...não falo o que os outros me dizem para falar.

*Aplauso do ADI.*

Sr. Primeiro-Ministro, quando isso aconteceu, ainda em Dezembro, reparo, houve uma propalação dessa situação, até pareceu o prenúncio da III Guerra Mundial em São Tomé.

Daí que não vi no Orçamento a questão ligada ao Aeroporto. Sr. Primeiro-Ministro, como falar de turismo sem tocar neste aspecto do Aeroporto?

A questão também das obras do novo hotel na zona Sul e na zona Norte do País, sobretudo em Monte Forte. Gostaria de saber em que pé está essa situação ou que informação tem o Sr. Primeiro-Ministro para esclarecer este assunto ou devidamente nos informar.

Relativamente ao Aeroporto, circula informações de que a China não irá apoiar a obra do Aeroporto, e isso também não vem no Orçamento. Gostaria de saber se é devido isso que não vem no Orçamento. Se tiver outra informação, para esclarecer este assunto.

O Governo, ainda no início das suas funções, tomou uma medida que eu gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro pudesse esclarecer. Tendo em conta que também sou um artista, então devo defender o interesse do grupo, uma vez que as pessoas têm sofrido muito com uma das decisões que o Governo tomou, e é muito boa, de retirar as pessoas que reparam viaturas nas vias. É correcto, isso tem efeito altamente prejudicial para as pessoas que circulam nas vias e não só. Mas se devia ter em conta também a questão de cedência de espaço para que essa gente pudesse trabalhar. Porquê? O País, toda gente sabe, tem vivido a questão de emigração, e muitos viajaram, temos escassez de artistas profissionais para trabalhar. E esses que ficaram têm dificuldade de exercer as suas funções, tendo em conta a escassez de espaço.

Penso que devemos dar uma contribuição, o Governo deve contribuir para que efectivamente eles possam ter um espaço para gerar algum rendimento e contribuir também para o País.

Vi também aqui no Orçamento a previsão de 3,3 de crescimento económico, está no Orçamento. Penso que o crescimento económico é motivado por aquilo que já se tem. Como fazer uma previsão de 3,3 daquilo que ainda não se tem? Enfim!

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (BASTA): — Sra. Presidente, eu gostaria de usar da palavra neste debate, mas o Movimento BASTA já não tem tempo. Daí que eu gostaria de pedir a Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro que me concedesse 4 ou 5 minutos do tempo do Governo, para eu usar da palavra.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Bom Jesus.

O Sr. Jorge Bom Jesus (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional e toda a Mesa da Assembleia, Sr. Primeiro-Ministro e o elenco governamental, Caras e Caros Deputados, boa tarde.

Naturalmente que não venho aqui falar nem da Educação, nem da Saúde. Entendi que o debati no período da manhã foi bastante acalorado e interessante, estamos a falar de projectos extremamente complexos, controversos e que têm que ser enquadrados num quadro próprio, naturalmente que estarei sempre disponível para contribuir, em nome de São Tomé e Príncipe.

Mas o que me traz mesmo aqui foi que depois de ouvir a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, no discurso introdutório ao debate do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano, ocorreu-me duas citações poéticas: «*Deus quer, o homem sonha e a obra nasce*». «*O risco comanda o sonho e o sonho comanda a vida*». Este Orçamento traduz o sonho do Sr. Primeiro-Ministro, para a transformação de São Tomé e Príncipe e naturalmente é legítimo que nos tenha persuadido, que nos tenha tentado contagiar com este sonho de sensibilização e de mobilização. Todavia, por de trás dos números, que aqui nós estamos em presença e aqui já foram várias vezes repetidos, enfatizados, nós estamos em presença de um orçamento gordo, sem precedentes, alguns talvez poderão apelidá-lo de original, eventualmente inovador, mas isso eu deixo para os escrutínios da história. Portanto, como eu dizia, atrás dos números estão as pessoas, e essas pessoas, que é a população são-tomense, têm aspirações e têm expectativas. Espero que de facto o Governo, com todo o seu traqueio, a sua capacidade de trabalho, de eficiência, de diálogo, de concertação a todos os níveis, consiga de facto concretizar este sonho em realidade, volvidos 8 meses. Porque de facto o Governo está numa luta contra o tempo. O maior adversário do Governo neste momento é precisamente o tempo, é uma espécie de corrida de 100 metros, para ser concretizado em 10 segundos, ou menos. Não se trata de uma corrida de fundo.

Se este sonho for realizado naturalmente no final do ano, estaremos todos de parabéns, é o que mais desejo ao Governo, para que de facto a decepção não tome conta, sobretudo daqueles que acreditaram de facto no embarque deste sonho.

Sr. Primeiro-Ministro, por razões de tempo, vou tentar encurtar.

O que me traz aqui também é o sector privado, que já foi aflorado por outros Deputados que me antecederam. Não vamos falar das virtudes do sector privado para a nossa economia, para a criação de emprego, de receitas fiscais, entre outros, mas eu eu gostava de questionar relativamente ao crédito que foi concedido ao sector privado pelo XVII Governo Constitucional, num teto de cerca de 3 milhões de dólares. Portanto, a nossa preocupação é saber do processo de reembolso, porque é um processo dinâmico, à semelhança dos que têm acontecido ao nível das pescas, das palaiês entre outras, em que as pessoas reembolsam para que depois haja retorno e que de facto novos utentes possam beneficiar.

Portanto, se tiver alguma informação a esse respeito, nós gostávamos de obter.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Jorge Bom Jesus.

Tem a palavra o Sr. Deputado Conceição Moreno.

O Sr. Conceição Moreno (MLSTP/PSD): — Boa tarde, Sra. Presidente da Assembleia, apresento os meus cumprimentos, também cumprindo a ordem protocolar. Espero ter cumprimentado todos os Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro e a população de São Tomé e Príncipe em geral.

Sr. Primeiro-Ministro, eu de facto acompanhei a sua intervenção, independentemente de ter estudado a proposta do Orçamento que o Governo apresentou. Quero dizer-lhe que, nas Grandes Opções do Plano, Sr. Primeiro-Ministro, eu penso que só é possível combater a inflação no mercado interno, estabilizá-lo em 2029 em 5%, conforme está proposto no Orçamento, através de políticas assertivas, tais como:

Melhorar a política fiscal aduaneira, impostos e taxas alfandegárias, reduzindo consideravelmente o aumento brusco registado na Lei do Orçamento Geral do Estado de 2023.

Foi com a Lei do Orçamento do Estado de 2023 que nós vimos as taxas dos impostos a aumentarem de maneira agressiva, naquela aprovação do Orçamento.

Penso que o Governo deve cumprir rigorosamente a lei de subvenção das mercadorias deslocadas à Região Autónoma do Príncipe, para compensar e reduzir o custo de vida e melhorar a qualidade de vida das pessoas que residem no Príncipe.

Penso que o Governo deve isentar o IVA dos produtos da cesta básica, pelo menos para a Região Autónoma do Príncipe. Pelo menos para a Região Autónoma do Príncipe, porque a tendência do preço é triplicar. A falta de subvenção complica e também se agrava um pouco com o IVA.

É preciso melhorar a política de aumento de produção, para fazer face à lei de procura e oferta no mercado interno. Nós estamos a depender bastante de importação, e de 2023 para cá temos prestado atenção e temos dado conta de que o Governo está sempre aumentando o imposto de importação. Como a produção é baixa, tem um impacto bastante forte na gestão de inflação a nível do mercado. Portanto, os dados apresentados nas Grandes Opções do Plano e na lei do Orçamento, que se situam na redução da inflação em 11% não se refletem nos preços praticados nos mercados, nas lojas, nos quiosques, etc. Até hoje compramos a preços tendencialmente caros. Portanto, esses dados que dizem que baixaram não estão a refletir bem no nosso dia-a-dia. Ainda continuamos a viver e a comprar com preços bastante altos.

Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção o senhor falou de garantia de subvenção para a Região Autónoma do Príncipe (RAP), nota positiva e felicito-lhe também. Porque tomou medida bastante assertiva, quando tratou da questão de isenção de taxas para uma companhia aérea, isto tem impacto na redução de preços e vai aproximar São Tomé do Príncipe, alias, Príncipe/São Tomé. Estamos bastante distante e queremos aproximar-nos, e as pessoas têm direito de vir à Capital. Portanto, aqui há nota positiva, o Governo agiu bem. Mas também é preciso que esta medida crie espaço para que haja concorrência, e preço concorrencial é sempre mais proveitoso para a população.

Sr. Primeiro-Ministro, os doentes que proveem do Príncipe para São Tomé continuam a sofrer e a sofrer bastante. A situação que os doentes de São Tomé e Príncipe passam em Portugal é quase semelhante à que os doentes do Príncipe passam aqui em São Tomé. A questão de taxa de pagamentos das análises, diagnósticos, consultas e medicamentos, e a própria estadia aqui em São Tomé é bastante pesada para as pessoas no Príncipe, que ainda sobretudo não têm dinheiro para suportar essas despesas.

Este Orçamento não atribui garantia de acções que permitam à Região do Príncipe e os distritos introduzirem melhorias nenhuma nas suas acções concretas no investimento. A distribuição de riqueza previsional, conforme já havia sido dito aqui pelos Deputados que me antecederam, põe os distritos e a Região Autónoma do Príncipe em desvantagem, com destaque para a Lembá, sendo o Distrito mais lesado.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Muito bem.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Não é possível, Srs. Deputados de Lembá, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. Presidente da Assembleia, numa distribuição de riqueza em que o investimento atinge valor tão elevado como cerca de 105 milhões de euros, e Lembá ser beneficiado apenas com cerca de 104 000 euros para investimento, sem de facto nenhum detalhe sobre aquilo que esse dinheiro vai financiar.

Mas vou fazer uma intervenção, portanto, quando estiver na discussão na especialidade. Precisamos discutir esses assuntos mais de perto, porque os distritos não podem continuar a ser lesados da forma como têm estado.

A falta de definição de projectos a serem financiados para o Príncipe constitui uma grande lacuna orçamental para este Orçamento de 2025. Há uma previsão de transferência de verba, mas não sabemos para financiar o quê. Tem-se que os definir no Orçamento, para haver um comprometimento directo, alguma responsabilidade.

As inscrições dos projectos nos ministérios para os distritos e para a Região Autónoma do Príncipe não satisfaz a Região Autónoma do Príncipe. Todos os projectos destinados ao Príncipe, não queremos que sejam inscritos nos ministérios. Não, não, não. Os projectos devem ser financiados para que o Governo Regional os execute ali. Todavia, é preciso que haja uma coordenação nacional. Conhecemos isso, mas há um governo e é necessário que fique plasmado no Orçamento do Estado o que é que está a ser feito, o que nós precisamos e planificarmos, para realizar, para executar, mas também que haja condições para que o governo de proximidade, lá no Príncipe, possa ter condições de fazer melhor trabalho.

Sr. Primeiro-Ministro, é preciso os projectos ficarem plasmados directamente. Caso contrário, deixa muita dúvida sobre o que de facto essa transferência de cerca de 36 milhões de dobras, ou cerca de 1.5 milhões de euros, poderá servir ao Príncipe. Portanto, fica muito vago.

É nesta perspetiva que nós, se calhar na especialidade, também vamos apresentar as nossas propostas, como forma de tentar ajudar a corrigir essas assimetrias.

Posto que o tempo é curto, portanto, ficarei por aqui.

Muito obrigado pela vossa atenção.

*Applausos do MLSTP/PSD.*

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Conceição Moreno.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Cabral.

O Sr. **Carlos Cabral** (ADI): — Boa tarde, Sra. Presidente, Mesa, Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, todo povo de São Tomé e Príncipe e também na diáspora, os meus cumprimentos.

Sra. Ministra do Turismo, eu estava a analisar as Grandes Opções do Plano, na página 39, que fala um pouco de turismo, constatei de bom grado algumas propostas do Governo no que toca à promoção do turismo, que passo a citar: «O turismo é a principal componente de exportação de serviços, e a sua contribuição como fonte de divisa é superior à das exportações de produtos. No entanto, a contribuição do turismo no Produto Interno Bruto (PIB) mantém-se ainda deficiente.

A pergunta que eu deixo aqui é, por quê?

Apesar das potencialidades naturais e das diversidades culturais do País, e abaixo o Governo elenca várias propostas de promoção, nomeadamente, criação de programa de diplomacia económica; promover a instalação do Gabinete de Promoção do Turismo e Investimento nas embaixadas e consulados; promover o País como destino turístico e parceiro de negócios, através do fortalecimento da marca São Tomé e Príncipe no exterior; expansão de cooperação com países estratégicos e organizações regionais africanas; reforçar os mecanismos de coordenação de diversos sectores, os parceiros de desenvolvimentos para melhor optimizar os projectos, assistências técnicas e o financiamento em prol do desenvolvimento coordenado e sustentável.

Portanto, muito bem, o Governo pretende publicitar o nosso turismo a nível internacional, mas o que eu pergunto: O que é que o Governo pretende fazer de imediato para mitigar alguns aspectos muito negativos que ainda continuam em São Tome?

Por exemplo, continuamos ainda com problemas sérios de saúde, a capital do País, como alguns Deputados que me antecederam disseram, está altamente degradado, tarifas de bilhete no voo da TAP e STP-Airways, por aí fora exorbitante, são apenas 5 horas e 50 minutos, São Tomé/Lisboa cobram 1000, 2 000 euros e que a tendência é sempre aumentar comparando com outros destinos turísticos que São Tomé nem chega seu calcanhar são por aí 500, 600 euros, incluindo alojamento.

Estamos só a falar dos turistas que pagam só bilhetes mil e tal euros mais o alojamento. E ainda chegam em São Tomé, encontram algumas infra-estruturas totalmente danificadas, estamos a falar das antigas roças, que são alguns pontos de interesse turístico que são propalados a nível internacional, os turistas chegarem aqui um exemplo, o marco do descobrimento está à sua sorte, está abandonado, totalmente destruído, marco do equador que o nosso marco histórico do turismo é onde cruza as linhas imaginárias do equador, boca do inferno, cascata São Nicolau, etc., etc.

Estamos agora a promover muito bem, é de bom grado que eu vejo essas promoções todas, muito bem, é de bom grado que eu vejo essas promoções todas, muito bem.

Podemos as vezes estar nas feiras Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), feira do turismo em Lisboa a promover o São Tomé. O quê que estamos a fazer?

Por vezes estamos a vender coelho para os turistas, e quando os turistas chegam aqui encontram lebre.

Um Deputado que me antecedeu disse, que nós não temos capital, de facto é. Eu por inherência de minhas funções, quase 75% dos turistas que visitam São Tomé passam por mim, e eu muitas das vezes e dialogo com muitos deles, e vocês nem imaginam o que os turistas dizem, até dá vergonha.

Eu não vou entrar aqui em detalhes, mas no momento de especialidade poderei trazer mais contribuições para fortalecer e ajudar o governo a melhorar algumas coisas.

Há certas coisas que temos ao nosso alcance que podemos fazer de imediato, não promover o turismo, e depois quando os turistas chegam cá encontra o que não foi vendido.

Obrigado a todos.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada Sr. Deputado José Carlos Cabral.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rui Cardoso.

O Sr. José Rui Cardoso (MLSTP/PSD): — Boa tarde, Sra. Presidente, Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional e de Comunicação Social, e também saudação será extensivo especialmente para população de Lembá.

Desculpe, esqueci de saudar o Sr. Primeiro-Ministro e os Membros do Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, por acaso, no Orçamento, não constatei nada sobre água da cidade de Neves. A enxurrada que houve levou o reservatório que estava colocado na cidade de Neves e por esta razão não temos água, mas pagamos água todos os meses. Todos os meses a EMAE cobra água, e nós não temos água. Se não pagarmos água, cortam energia. Então, temos que pagar.

Também não constatei no OGE, relativamente ao desassoreamento dos rios Provaz e Contador. Sabem que todo o ano se faz desassoreamento desses rios, porque são rios que estão dentro da cidade de Neves, e sempre transborda nas residências da população.

Também dizer que todos os aquedutos que foram construídos já há muitos anos estão praticamente desaparecidos, e quando vem alguma enxurrada entra na área de Saúde de Lembá.

Então, gostaria de ouvir do Sr. Primeiro-Ministro ou do Ministro de tutela relativamente a água da cidade de Neves e o desassoreamento dos rios Contador e Provaz.

Muito obrigado.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado José Rui Cardoso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (BASTA): — Sra. Presidente, cumprimentos aos Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e todo elenco governamental, muito boa tarde, e todos aqueles que nos escutam também.

Fui recebendo umas mensagens pelo sucedido, por estar aqui nesta Casa hoje. E eu respondi que umas das coisas que o meu pai nos deixou imaterialmente é trabalhar. Já que se reportou o momento fúnebre para Quinta-feira, para que os outros filhos pudessem estar presentes, eu decidi vir cá e dar o meu contributo neste momento tão importante para a vida da Nação.

O Sr. Deputado Delfim Neves fez aqui a apresentação do meu pai, eu gostaria também de referir aqui que de todos os Deputados Constituintes, salvo erro, só um ainda está em vida, que é Sr. Deputado Silvestre Balduíno Dias de Barros Umbelina. Eu perguntei ao Deputado do Príncipe, disse que ainda é vivo e está no Príncipe. É único, todos já morreram, e o penúltimo se foi ontem.

Isto para dizer que pelo menos para este, Sra. Presidente, a Assembleia deve fazer uma homenagem em vida. E aproveito para explicar um pouco a todos os Deputados e a todo o povo de São Tomé e Príncipe. É normal nós não sabermos tudo, mesmo como Deputados há coisas que aprendemos com o tempo. Um deputado constituinte é aquele, no nosso caso, que em 1975 elaborou a primeira Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Eles foram eleitos em dia 7 e 8 de Julho de 1975, antes de 12 de Julho, para elaborar a primeira Constituição da República, que depois viria a ser aprovada. Por isso, é função de deputados constituintes criar as bases para a criação de um Estado.

Dito isto e o que nos interessa hoje, nós que já andamos há alguns anos nesta Casa, este é um momento especial, político, desculpem-me a expressão, bungle, bangulê, que na nossa língua traduz-se em blá, blá, blá, ou flá, flá, flá, outros dizem flá só. Porque é o momento político que todo o povo está a prestar atenção sobre o que vai ser o ano orçamental, ano económico, para o País.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, nós que somos das Finanças sabemos que há várias fases do OGE. Há a fase de elaboração, aqui estamos na fase da aprovação, há contactos já prévios. Um Deputado falou aqui da mobilização, que é outra fase. Eu dou mais importância à fase de mobilização de recursos, de fundos, e à fase de execução. Porque aqui estamos a aprovar uma projecção, algo que foi elaborado que achamos que e muitas vezes não conseguimos, por várias razões e depois as pessoas não entendem. Quando falamos de milhões e milhões, dizem «anton nancê xká kume gelo muntu, tudu gelu sé», onde está o resultado? Por isso é preciso explicar. Não tenho muito tempo, mas vou tentar ser mais curto possível nesta minha intervenção, dizendo ao Sr. Primeiro-Ministro que desejo, em nome do Movimento BASTA e do Povo de São Tomé e Príncipe que represento, que o Governo consiga de facto mobilizar todos os recursos necessários para fazer face às necessidades mais gritantes que o País necessita.

Não sei porquê, estou com uma esperança que poderá conseguir grande parte desses fundos, porque é o momento de nós nos unirmos para o Povo de São Tomé e Príncipe. Daqui a pouco saberemos os resultados, mas acredito que sim.

Com a aprovação deste Orçamento os nossos parceiros também poderão ver e perceber que há uma vontade do povo de São Tomé e Príncipe em se unir para os grandes desafios da Nação. A nós, enquanto Deputados, o que nos cabe é controlar a execução desses fundos que o Governo conseguir mobilizar, esta que é a parte mais importante.

E muitas vezes não conseguem mobilizar 100% daquilo que está no orçamento, um orçamento, como todos já disseram, mais alto de sempre, ambicioso, neste sentido em termos numéricos, mas é preciso saber qual será a capacidade de mobilização e principalmente o que o Governo irá fazer com os recursos mobilizados. Aí seremos todos chamados para fazer a nossa parte, que é a fiscalização da execução orçamental, o que não acontece. É o momento que temos que chamar,... não me recordo de termos chamado o Governo aqui, e o Sr. Ministro das Finanças, três em três meses, e o Regimento nos permite fazer isso, permite-nos chamar os ministros sectoriais para virem explicar rubrica a rubrica aquilo que o Governo fez. Primeiro, se conseguiu as tais verbas mobilizadas ou não, e aquelas que foram mobilizadas, o que é que o Governo já fez em 3, em 6, em 9, em 12 meses. Essa é que é a parte, para mim, mais importante. Não desempenhamos bem as nossas funções, mea-culpa também.

Espero que o Governo tenha uma prática diferente e, se não tiver, que nós os Deputados tenhamos a nossa prática também diferente, de chamar o Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro das Finanças, para virem cá dizer-nos o que fazemos.

Já sabemos, Sr. Primeiro-Ministro, já andamos nisso de algum tempo a esta parte, aqui também tem pessoas que foram primeiros-ministros e membros de governos. As dificuldades são tantas, o País não tem recursos, a gestão orçamental, desculpem-me a expressão, és vezes é uma batota, porque temos que tirar daqui para meter ali, coisas que não são permitidas pela Lei SAFE. Mas temos que fazer uma gestão, porque há situações gritantes que vão acontecendo e que o Governo tem que tirar verba daqui para meter ali, para tapar esse buraco. Porque aconteceu isto, aconteceu uma calamidade, uma ponte caiu, doente que na rede social está a pedir para ser evacuado, essa verba tem-se que tirar daqui para mandar, e chega um ponto que a execução fica uma bagunça completa, para aqueles que já foram membros de governos.

Mas espero, pelo menos, que faça com algum critério e com alguma responsabilidade e, acima de tudo, faça uma governação transparente.

Sr. Primeiro-Ministro, uma coisa muito, mas muito, muito importante é desse dinheiro que se conseguir arrecadar, acredito que este Governo terá condições suficientes para ir à busca desse valor para nos ajudar no Orçamento, temos as chamadas fontes garantidas, fontes seguras, são aqueles parceiros que nos dão

dinheiro sempre. Mas há outros que pomos só no Orçamento, mas o dinheiro nunca vem. Todos os anos vamos pondo, mas sabemos que no momento de mobilização não conseguimos nada. Mas que esse valor que vem, Sr. Primeiro-Ministro, seja bem, bem e bem executado, para o povo acompanhar e ver, pelo menos aquele que se conseguir. Não à corrupção desse dinheiro, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros! Não à corrupção do dinheiro que conseguirem arrecadar, por favor! Mas quando falo não à corrupção as pessoas olham,... há a ideia de que só os ministros praticam a corrupção, porque são os rostos visíveis. Mas não é verdade. A classe intermédia da Administração, as DAF, é lá onde muitas vezes as práticas de corrupção. Por isso, para também estarem atentos às vossas administrações inferiores: os directores, directores-gerais, DAF, etc., para não mexerem no dinheiro que vocês todos foram trabalhar para ir buscar, e que nós aprovamos aqui.

É esse pedido que faço e termino dizendo para não pensarem que é um favor ou troca de favor, quanto ao tempo que o Sr. Primeiro-Ministro me deu, e agradeço, para não pensarem que o meu voto é por causa do tempo que me deu. Mas o outro governo também já me deu minuto aqui, vocês recordam. O Dr. Patrice já me deu uns minutos, para eu falar, e a Bancada do ADI também já me deu minutos, o MLSTP/PSD também. Ao contrário do que acontecia com o MCI/PS-PUN que na altura pouco gente lhes dava minuto, quando tinha dois deputados. Talvez porque o BASTA tem deputados mais vistosos,...

*Risos.*

... e com isso termo.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Sousa Pontes.

O Sr. **Honório Sousa Pontes** (ADI): — Sra. Presidente e Mesa, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos, Assessores, Povo de São Tomé e Príncipe, cá e na diáspora, boa tarde.

Venho primeiramente parabenizar o Governo por este material, esta é uma ferramenta vossa de trabalho.

Não é responder aos deputados, mas vejo alguns deputados a quererem exigir muito, quando a gente sabe que este Governo é de um ano e poucos meses. Portanto, acho que não devemos instigar muito o Governo.

Houve deputado aqui, tomei alguma nota, que falou de Lembá, não vou citar o nome, disse que o Governo não lembrou de Lembá, mas pelo menos, se a visão não me está a enganar, vi qualquer coisa aqui como Ponte de Brigoma. Há Brigoma e há Lembá, sim. Mas este Governo, de certeza absoluta, não vale a pena estarmos aqui a enganar a população, não vai conseguir fazer a ponte de Brigoma e de Lembá. Não sei.

Depois ouvi Lembá, sim tem a Ponte de Brigoma.

Ainda sobre infra-estruturas, acho que há até especialista em construírem pontes aqui, estão a falar muito de infra-estrutura, mas sabendo que o Governo tem pouco tempo. Devemos demonstrar nossa especialidade às vezes quando estamos a ocupar alguma função e não estar aqui a botar piripiri no olho do outro, fingindo que é refresco.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Falta de respeito!

O Sr. **Honório Sousa Pontes** (ADI): — Não estou a faltar respeito a ninguém. Não estou...

*Murmúrios.*

... e não permito quando qualquer deputado faz a sua intervenção... não tenho nada a ver, não estou a faltar respeito. Estou no meu direito, estou a falar. As pessoas, se quiserem, que prestem atenção ou saiam da Sala.

*Aplausos do ADI.*

Também agradecer ao Governo, o Sr. Primeiro-Ministro como cabeça. Quando se fala aqui do Ministério da Educação, reabilitação de algumas infra-estruturas escolares, é verdade que temos algumas escolas degradadas e quando se fala de oito salas de Conde, como sabem, a Escola Secundária de Conde, porque aquilo não foi preparado para ser escola, era um mercado que se aproveitou para salas de aulas. O que temos lá até é uma vergonha. Se o Governo conseguir fazer isso para a população de Conde e arredores, estaremos todos de parabéns, o Distrito de Lobata estará de parabéns.

Quando pedem tanto, devíamos estar a pedir ao Governo que faz 4 anos. Às vezes já no fim do mandato lança pedras e mais coisas,...

*Risos do ADI.*

... até parece que fazem isso para gozar com a população. Porque vi muitas pedras a serem lançadas no fim de uma legislatura que fez 4 anos completos, em que não exigiram tanto do governo.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, lembrou e muito bem do reservatório de água potável para Conde e Guadalupe. Quero dizer que estamos bem posicionados, Conde e Guadalupe têm boa estrada e boa energia, graças a Deus, mas temos um bocado de problema de água, também por cauda da distribuição que não está muito bem-feita. Precisamos de água. Se puder concluir esse projecto, será muito bom para nós, a população agradece. Estou cá em nome da população, que agradece. Temos sofrido com a falta de água.

Urge também que seja feita em betão betuminoso a via que sai de S. Amaro a Saton. Há necessidade de se preparar esta via, tendo em conta que é uma via alternativa. Portanto, fez muito bem colocar no Orçamento. Espero que Deus ajude o Governo a resolver essas situações.

Dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que às vezes, quando estamos fora da coisa, vemos todos os erros. Quando estamos dentro, não vemos nada disso. Por essa razão, muitos que estavam dentro e não conseguiram fazer, hoje querem exigir que o Governo faça não sei quê, faz não sei o quê. Mas é bom a gente entender que é obrigado o Governo fazer, sim, mas também devemos pôr a mão na consciência. É um Governo que vai fazer um ano e poucos meses. O pouco que fizer será muito.

Aliás, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor é muito corajoso em assumir um governo para um ano e pouco, com essas necessidades que São Tomé e Príncipe tem.

Desejo-lhe e a todo o elenco governamental muita força.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Defesa da honra.

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Deputado fez a sua explanação, mas a Mesa não registou, em momento algum, o nome de alguém. Disse um deputado, isso é o que apuramos. Ele não dirigiu directamente palavras ao Sr. Deputado Arlindo Barbosa e nem menos o ofendeu pessoalmente.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — *Falou fora do microfone.*

A Sra. **Presidente**: — Disse o seu nome?

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — *Falou fora do microfone.*

A Sra. **Presidente**: — Estava tão bom para ser verdade, não é. Acha que é preciso responder? Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — O Sr. Deputado não fez referência a Arlindo Barbosa, mas na minha intervenção eu falei de Lembá e ele disse que, em relação a Lembá, está-se a enganar o povo.

Sr. Deputado Honório, tenho uma trajectória política e peço que reveja bem a cassette da minha trajectória política. Naturalmente, quando faço intervenções, estudo o documento e depois coloco as questões. Não falei da obra de Brigoma. É que há uma redução drástica de investimento, que sai de 6 000... Não vê Lembá apenas como a obra da ponte de Lembá.

Quando quer fazer a sua política aqui no púlpito, eu não uso o púlpito para esse tipo de atitude.

*Murmúrios.*

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado Honório, se quiser fazer intervenção, pode inscrever-se. Quer se inscrever?

Não vou passar a palavra. Vai-se inscrever?

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro e Chefe do Governo**: — Pedi a palavra, porque foram muitas as questões levantadas e gostaria que o Governo respondesse, porque depois perderíamos o fio. Muitas dessas perguntas estão interligadas, mas o Governo está preparado para as responder. Se elas forem repetidas várias vezes, depois na resposta podemos nos perder.

Todas as perguntas técnicas serão respondidas pelos Ministros. Só gostaria de responder a uma questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Jorge Bom Jesus. Sr. Deputado, não se trata de sonho. Trata-se de previsão baseada no anseio da população. É um orçamento ambicioso.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Infra-estruturas.

O Sr. **Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais** (Nelson Cardoso): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Colegas Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Eu pude registrar com alguma atenção algumas questões que foram aqui colocadas pelos Srs. Deputados. As questões se convergem e eu iria falar da Região Autónoma do Príncipe, para que não fique aos olhos dos Srs. Deputados como parente pobre das Ilhas, porque não é verdade.

É verdade que enquanto dirigentes somos chamados a fazer opções e definir prioridades. Num país em que tudo é prioridade, é preciso, na verdade, por vezes, fazermos algumas opções.

Vou tentar ser cauteloso, para não extrapolar o âmbito da generalidade e ir para a especialidade, mas tendo em conta o alinhamento daquilo que os Srs. Deputados colocaram, não há como não tentar haver alguma similaridade com a tal especialidade.

Na Região Autónoma do Príncipe, temos sim projectos bastante estruturantes. Pensamos levar a fibra óptica para a Região Autónoma do Príncipe. Então, isto de qualquer forma é um exercício e é um engajamento, na verdade, com fonte de financiamento garantida. Isto, sim, é levar ao Príncipe melhorias ao nível de telecomunicações.

Tendo em conta que é que nem uma febre e toda gente fala de transição energética, nós nos engajamos há muito. Estamos engajados, sim, na transição energética. É lamentável apenas, por quê só agora? Porque não descobrimos o sol agora. Já há algum tempo que se sabia que temos um potencial de sol, mas é verdade também que houve um apego, já que estamos a falar abertamente, houve um apego para a fonte de geração de energia através de diesel. Houve. E é preciso também, de vez em quando, fazermos uma introspecção, por quê só agora? É para efectivar o quê? É para na verdade despoletar de que para um governo com,... normalmente costumo a dizer que temos até Dezembro, porque o próximo ano é ano eleitoral, e essa chamada de atenção muitos Srs. Deputados já fizeram relembrar neste palco. É verdade que estamos a fazer 50 anos. Li um artigo de um Sr. Deputado que falava do *reset*, se calhar temos que fazer *reset* e começar.

Este Governo, na verdade, sozinho não pode fazer, e aproveito este palco para pedir a todas as instituições, porque precisamos de líderes ou pessoas fortes, precisamos de instituições fortes, porque esse pouco tempo que temos, todos nós, as direcções, as instituições públicas, devemos arregaçar as mangas, para se efectivar na verdade a tal transição energética. Nem sempre o problema é dinheiro. O problema está na capacidade de resposta de podermos implementar essas acções.

Por isso, Srs. Deputados Messias Ferreira e Conceição Moreno, o Príncipe poderá vir a contar com fibra óptica, e não só.

Sobre questão energética, estamos a todo gaz, para tentar resolver.

Não sei se tem conhecimento de que já temos fonte de financiamento segura, inclusive todos os pressupostos que antecedem o processo de licitação e afins já estão em curso, em que pretendemos obter energia hidráulica através do Rio Papagaio, na verdade estamos a falar de 0.6 megas e que poderá adicionar a um parque solar de 1.2 MW de potência e 3 megas de bateria. Então, não podemos dizer que na verdade o Príncipe está esquecido.

É verdade que isso nos impõe, se calhar, fazer alguma opção, mas acho que a questão de estradas que levantou o Sr. Deputado Gabdulo, também percebo que há toda necessidade, as estradas asfaltadas no Príncipe precisam, sim, de intervenção. Estamos a falar de uma extensão de aproximadamente 15 Km. Lembro-me de que, no passado, quando tive o privilégio de cá estar no Programa do Governo, falei que a questão de agregados é um problema no Príncipe; questão de extração de materiais é um problema, mas de qualquer forma acreditamos que ao longo do percurso essa questão pode vir a ficar solucionada.

Isto é apenas para fazer uma abordagem de que o Príncipe não está nada esquecido, e mais, vamos conseguir, não sei se é na Ponta do Sol, onde teve as casas que incendiaram, brevemente fazer nove casas sociais para aquelas pessoas. Poderiam até perguntar o porquê de alguma morosidade.

E para responder o Sr. Deputado Conceição Moreno, quando diz que é preciso abrir para que a Região Autónoma possa conduzir eles próprios algumas actividades, mas a razão do atraso foi que quando recebemos todo o processo de licitação, facilitamos para que o Governo Regional assim o fizesse, mas tem sido necessário fazer algumas correcções, porque como sabem o Governo não pode decidir tudo, há instituições competentes que têm que se pronunciar, falo do COCIL, do Tribunal de Contas, e se o processo de licitação começa com alguma irregularidade é preciso fazer saneamento. Já estamos a trabalhar nisso, o financiamento é do GDA e possivelmente essas nove famílias poderão vir a conhecer dias melhores.

O Sr. Deputado da zona Norte, Lembá, falou do desassoreamento e falou de que a água de Neves não consta do Orçamento. Se nós pegamos o código do projecto 5509, está lá reabilitação e extensão do sistema de abastecimento de água da cidade de Neves. Está.

É verdade que não vamos correr o risco de negligenciar o desassoreamento, até porque em 2021 já fomos fustigados com as cheias, que fez cair duas pontes, Lembá e Brigoma. Felizmente, ainda na primeira quinzena do mês de Abril, já vamos começar a lançar pedras.

Para dizer até que as obras complementares já estão em curso e há intervenção em cerca de 12 pontes ao longo do itinerário do percurso Neves a Lembá. Então, diria que sim, Lembá estará bem servido, sem falar da questão da estrada, da secção 2, neste caso, porque já fizemos a secção 1 da EN1, de São Tomé a Guadalupe. Fizemos os 13 Km, vamos fazer mais 15 Km, para a cidade de Neves, e estamos a todo gás. Inclusive já temos a garantia de financiamento. É verdade que nós não podemos saltar etapas. O dinheiro não é nosso e nós temos que nos engajar aos procedimentos. Mas a garantia que temos é em Dezembro, possivelmente, podemos vir a lançar pedras para esta obra. O mais difícil conseguimos, o financiamento está garantido.

O Sr. Deputado, meu colega Eng. Gabdulo, falou também da transição energética. Falei do Príncipe e tenho que falar de São Tomé. Como eu disse, nós precisamos de fazer essa transição como precisamos de pão a boca, porque todos nós sabemos que nenhum governo sobrevive a isto, trimestralmente ter que

desembolsar por volta de 10 milhões de dólares. Eu nem sei, até por vezes eu pergunto, há momentos quando eu acordo e digo, por que é que nós fomos persistindo tanto tempo e não fizemos essa tal transição? Mas enfim, nunca é tarde, e eu comungo igualmente aquilo que falaram os outros Deputados, até doutras bancadas, se calhar o momento é agora. E este momento é agora, contando com o apoio de todos nós, da oposição, do ADI e a população em geral. Então, para essa transição, nós já estamos a dar sinais, estamos a fazer as linhas de transmissão de Guadalupe a Água Casada, de Água Casada vamos chegar a Santo Amaro. Já que nós estamos a tentar abrir para o privado, nós vimos que é necessário criar algumas bases para facilitar inclusive o privado, e as bases que nós estamos a criar, com financiamento também garantido, vamos poder fazer a via de acesso, fazer a terraplanagem do local, deixar os pontos de conexão, para permitir na verdade que os privados possam vir instalar.

Na verdade tem havido muita solicitação, há muita gente que quer participar connosco, para que consigamos atingir essa desejada, não imposta, transição energética. Mas é preciso dizer a esses nossos senhores privados que nós vamos estar aqui para decidir pela proposta financeira mais vantajosa. Nós, enquanto servidores públicos, queremos tanto que venham tantos e tantos privados, para entrarem connosco nesta maratona, mas é preciso que nos tragam boas ofertas, porque aquilo que nós pagamos para produção térmica é de esquecer.

O Estado já é um Estado frágil e com muitas dificuldades, que já vêm há muitos anos, e é um Estado que nós podemos dizer, sou mais velho deste Estado talvez na democracia, 1 ano apenas, homem de 50 anos já começa a ficar.... por vezes é preciso cuidar-se bem, senão pode até ficar coxo. Então, nos 50 anos, vamos ver se conseguimos. E este Governo elegeu como desafio a transição energética, que é preciso nós termos as bases. E nós não estamos a falar apenas da energia solar. Nós também temos um potencial hídrico. Mas é verdade e compreenderão que, por vezes, nós quando saímos para discutir com os parceiros, saímos numa posição de fraqueza. Porque se nos perguntarem se temos projecto daquilo que querem, nem temos. Nós agora mudamos uma abordagem com os nossos parceiros. Normalmente os que não são tradicionais de nos dar dinheiro para nós podermos avançar, nós vamos pedir, vocês têm tecnologia, têm peritos, têm tudo, façam-nos o projecto, dêem-nos o projecto que nós partimos em busca de financiamentos.

Por isso, nós ainda acreditamos que o potencial hídrico será explorado e também poderá vir a impulsionar a tal transição energética resiliente e sustentável.

O nosso Deputado, meu amigo, falou também da questão de navios com a nossa bandeira. É verdade que isso já é uma ferida velha que por vezes cicatrizou, mas a gente sabe, quando está velha, se cicatrizou, basta um roço, pode abrir. Nós vamos sim, enquanto tiver a proliferar essa onda de navios que serão abordados, arvorando a nossa bandeira, nós vamos suspender, nem que seja temporariamente, e nós já estamos a trabalhar numa comissão mista de instituições, que envolve o Ministério, o Instituto Marítimo e Portuário (IMAP), a Procuradoria, a Polícia Judiciária (PJ), isto para quê, se for preciso.

#### *Murmúrios.*

Não, não, não se assustem, porque nós não estamos a fazer sindicância nenhuma. Isto penas é para quando os navios forem apreendidos, para nós arrogarmos aquilo que temos direito. Porque se estão a utilizar a nossa bandeira de forma fraudulenta, então nós poderemos ganhar alguma coisa com isso. Então, para isso, os senhores compreenderão que, não sou jurista, mas é preciso normativos que permitam que nós possamos dar passos subsequentes neste domínio.

É que fui fazendo cábulas, porque como disse, já com a idade de 50 anos, as coisas por vezes falham e é preciso na verdade fazer cábulas.

Eu também não falei de que a obra que se vai fazer de Guadalupe a Neves, incluiu e já tem fonte de financiamento garantida o lote 1, que liga Super Ckdo ao Aeroporto. Se calhar não está inscrita, mas nós temos aqui transporte e proteção costeira, requalificação N1, Guadalupe/Neves, proteção de erosão costeira. Estamos a falar da Marginal, lote 1.

Só para terminar, o Sr. Deputado Honório falou das vias alternativas, que é preciso criar. Sim, é preciso criar, razão pela qual nós colocamos o troço de Saton, pela importância também que tem. Seria uma ligação que nos ia facilitar de Santo Amaro, passando pela Central Térmica, e não só, a zona do Aeroporto, porque todo o JET-A1 podia inclusivo utilizar aquele acesso, para abastecer os reservatórios no Aeroporto.

Meus senhores, como falei da vez passada, normalmente, quando nós não temos dinheiro, nós por vezes somos forçados a criar narrativas, e é verdade. Temos que criar narrativas para conseguirmos inclusive convencer os financiadores. Então, vamos fazer mais vias de acesso, porque nós assim dissemos que nós estamos a fazer uma marginal que atenda aos pressupostos turísticos. Isso implica nós abrandarmos o tráfico na nossa Marginal.

Por isso, não se surpreendam pelo perfil transversal, muito contestado. Mas de qualquer forma o nosso Governo trabalhou para que ganhássemos um pouco mais de largura, e zonas de estacionamento, que podem ser por aí quase 286 zonas de estacionamentos ao longo do itinerário, que será intervencionado.

Em resumo, a razão que muitos têm vindo a evocar que o Orçamento parece um orçamento muito avultado. Avultado sim, porque se nós todos conseguirmos, com os parceiros, implementar o que nós temos em carteira, e os projectos que estão já com financiamento garantidos, poderemos, se calhar, nesta legislatura, dar sinal de que é possível nós sermos ambiciosos, e temos que ser.

Então, o que a nós se requer é que todos juntos vamos, na medida do possível, trabalhar para que sejamos inclusive dignos dos tais 50 anos de independência. Chamo a todos juntos, para nós trabalhamos, para vermos São Tomé e Príncipe a crescer, porque nós ainda estamos muito, muito lá no fundo, e é preciso nós mudarmos inclusive até a nossa forma de fazer política.

Muito agradecido.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Tem a palavra Sra. Ministra da Educação.

A Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciências e Ensino Superior (Isabel Abreu): — Sra. Presidente, mais uma vez, muito boa tarde.

Eu vim responder às preocupações do Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

Sr. Deputado, as suas reclamações são legítimas, mas eu quero dizer-lhe que este Orçamento foi trabalhado 2025, atendendo ao Orçamento de 2024. Há 6 anos que o Ministério da Educação, Cultura e Ciências, antes de obter Ensino Superior, não executava, ao nível do OGE, nenhuma das obras. Não se conseguiu fazer obras há 6 anos, apenas obras efetuadas com o financiamento do Banco Mundial. Do OGE, nada. Por isso mesmo, nós elaboramos um orçamento exequível, atendendo às prioridades, de acordo com a garantia das fontes de financiamento. Porque não valeria a pena, dentro deste ano, o Governo tem pouco tempo, falta muito pouco tempo, ter um orçamento ambicioso e não conseguir executar.

Por isso é que foram retiradas algumas obras do orçamento, por exemplo como a obra de S. Marcos, retirou-se, porque a diferença. Não é possível nós conseguirmos o financiamento. Retirou-se também a obra de Diogo Simão, porque a escola de Diogo Simão não é prioridade das prioridades para o Ministério da Educação, neste momento. E também tirou-se a construção do Jardim de Santana, porque também não é prioridade, porque a cidade de Santana tem um jardim, embora com deficiência, algumas dificuldades, mas não é prioridade.

Mas atendendo às prioridades, nós vimos que a escola de Milagrosa, já há muitos anos, funciona num hospital já em ruínas. Então, viu-se como prioridade lançar o início das obras de construção de raiz para escola básica de Milagrosa.

Jardim de Ponta Figo, eu acho que o Sr. Deputado é de Lembá e tem conhecimento de que Ponta Figo não tem jardim de infância. O Jardim de infância neste momento em Ponta Figo está no rés-do-chão dum edifício muito antigo, em que o soalho já tem faixas abertas, todo o lixo dos residentes do primeiro andar caem sobre as crianças que estão no jardim.

Para mim, constitui prioridade lançar neste ano a construção de um jardim em Ponta Figo.

Nós temos também como prioridade a construção de um jardim em Folha Fede. Porque para quem é de Mé-Zóchi e conhece o Jardim Olof Palme, não está em condições de ter nenhuma criança, mas neste momento lá deve ter 400 crianças. O que é que o Ministério está a fazer neste momento? Lançar a construção de um jardim de infância em Folha Fede, que vai descongestionar o Jardim Olof Palme na cidade da Trindade, e terminar as obras do jardim de Santy que vai albergar as crianças dos arredores da Trindade. E na nossa opinião é fechar o Jardim Olof Palme, porque para quem conhece não está em condições de ter lá nenhuma criança, porque o Jardim está muito mal localizado, está encostado à parede da rua que vem do Morro, e toda enxurrada de chuva cai sobre o Jardim, e esses dias todos de chuva o Jardim torna-se impraticável, fica inundado.

Outra situação que o Deputado levantou sobre a verba para Educação que baixou, eu analisei e, talvez no meu ponto de vista, acho que o Sr. Deputado fez análise na classificação orgânica. Porque na classificação funcional, cumpre os objectivos da Educação. Porque para 2024 foram orçamentados 641 milhões, e para 2025 estão orçamentados Dbs. 738.293.000,00 (setecentos e trinta e oito milhões, duzentos e noventa e três mil dobras). E também estavam orçamentados, em 2024, 140 milhões e para 2025, 177 milhões. Houve um acréscimo a nível da Educação.

O Sr. Arlindo Barbosa (MLSTP/PSD): — Isso é em termos de investimento.

A Sra. Ministra da Educação, Cultura, Ciências e Ensino Superior (Isabel Maria Correia Viegas de Abreu): — Sim, classificação funcional.

Obrigada, Sra. Presidente.

*Aplausos gerais.*

A Sra. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. Ministro da Saúde e Desporto (Celso Matos): — Muito boa tarde, Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Membros da Mesa, Sr. Primeiro-Ministro, mais uma vez, Caros Colegas Ministros e Ministras, Excelências, Deputados e Deputadas, Povo de São Tomé e Príncipe.

Estamos aqui a discutir na generalidade, uma experiência nova para mim, estamos a falar agora das GOP, e o que eu vejo é que legitimamente os Deputados têm tendências a puxar a brasa para a sua

sardinha, como se costuma dizer, representar o povo do seu distrito. Então, o Governo aqui fez opções, e é uma questão que é transversal.

Grande parte de nós, quando está numa situação mais difícil, tem que se deslocar para Portugal. Aquele que está em Lembá, aquele que está em Cantagalo ou Caué, o Governo decidiu investir num hospital que lhe dê garantias para resolver os problemas do país. Isto é para o povo de toda a região de São Tomé e Príncipe.

Nós temos a questão de que o mundo está controverso, os apoios certamente vão escassear-se, a OMS já fez alerta e outros parceiros também já fizeram alerta, nós temos que fazer opções.

Quando eu pequei no Orçamento pela primeira vez, o Orçamento de 2024, vi uma lista de acções e projectos que já lá estavam há 10 anos ou mais, e nunca avançaram. Então, vamos colocar de novo, porque temos que colocar? Se nós continuarmos a triturar os valores para dar resposta a cada um, continuamos com todos os problemas de todos. Temos que fazer grandes opções.

Recentemente, o País foi colocado como país de desenvolvimento médio, isto traz-nos outros desafios, nós temos que dar sinal disto. Passaram-se 50 anos, continuamos com os hospitais coloniais em ruínas ou destruídos, o Ayres de Menezes com problemas. Nós não queremos que as futuras gerações venham herdar o mesmo hospital Ayres de Menezes com os mesmos problemas. Optamos por um hospital novo, onde está projectado também equipamentos e, no nosso plano, aos poucos, porque em 1 ano não se pode optar por tudo. A formação de quadro especializado em várias áreas, em várias classes, tem que também estar incluída.

Eu falei com o Ministro das Finanças, que dos vários problemas que a Saúde tem, que é de conhecimento de todos, um deles é a garantia de medicamentos, consumíveis e reagentes. Disse-lhe claramente, resolva-me isto. Podemos continuar a fazer mais um posto, aliás deixem-me dizer-lhes, São Tomé e Príncipe, se calhar um dos motivos para estar neste país de desenvolvimento médio é a nossa saúde também, mas pode parecer que não. Somos um país em que qualquer cidadão tem, até 30 minutos, um posto de Saúde, 30 minutos. Isto não acontece na África. É difícil encontrar. Então vamos construir mais um posto de saúde aqui, para cada pessoa ter agora, a cada 5 minutos, um posto? Não faz sentido!

Então, disse ao Ministro das Finanças que me garantisse um orçamento com financiamento para a compra anual de medicamentos, reagentes e consumíveis. Isto é uma grande opção.

Nós não podemos continuar a fazer compras mais caras constantemente e ter sempre as mesmas dores de cabeça, riscos para os doentes. Isto foi uma grande opção. Poderemos até ter tirado algumas obras, mas havia que se fazer alguma coisa diferente.

E outra questão é que, ligado a isto, existe há muito tempo um acordo dos países Pequenos Estados Insulares de Irem fazendo uma compra conjunta de medicamentos. Há um valor, se calhar 10 ou 15 vezes mais barato daquilo que temos estado a comprar. Com um valor alocado para um ano podemos fazer uma compra que nos dê garantias. E nós vamos implementar isto.

Um dos grandes problemas que temos também na Saúde chama-se recursos humanos. Neste momento, qualquer chega ao hospital ou centro de saúde, não encontra médico, não encontra enfermeiro, pronto, é o fim de mundo, pior país do mundo, pior saúde do mundo. Deixem-me dizer-vos que grande parte dos enfermeiros do nosso país emigraram. Uma parte também de santomenses, médicos jovens, também emigraram, maqueiros emigraram, auxiliares de limpeza emigraram, então temos grande dificuldade em conseguir dar resposta actual, em qualquer serviço do hospital e nos centros de saúde. Vão para qualquer centro de saúde, encontram um enfermeiro que sabe fazer tudo. A realidade nos distritos é resumida a isso. O Centro de Saúde de Mé-Zóchi, podemos dizer que é novo. O Centro de Saúde de Lobata está em ruínas, já existe financiamento para fazer um novo centro de Saúde de Lobata. Para o Centro de Saúde de Caué existe já um financiamento para reabilitação. O Centro de Saúde de Lembá, para mim, arquitetonicamente, é o melhor que temos, e que a sua estrutura nem está danificada. Poderemos implementar algumas melhorias. Em Cantagalo temos problemas, sim. O Centro de Saúde de Cantagalo não é operacional e muito pequeno. Portanto, precisa ser melhorado. Isto também já é de conhecimento de todos os membros do Governo, e vamos atrás para conseguir rever essa situação.

Mas falava ainda sobre recursos humanos. Temos que gerir os recursos humanos, e eu peço aqui aos Srs. Deputados, Caros Ministros, todos dirigentes do País, deixem de me dirigir recursos humanos. Não me façam pedidos. Não estou a dizer que tenham feito, mas eu sei que é hábito pedidos daqui e de lá, coloque-me fulano, coloque-me fulana. Temos que acabar com isso!

Depois enchemos o lugar onde não deve estar e depois continuamos com problemas. Então, uns dos grandes problemas é a gestão dos recursos humanos. Eu não vou colocar um médico novo diretamente no Ayres Menezes, porque ele é clínico geral. Ele vai para o Distrito de Caué ou Distrito de Lembá. Não há necessidade de se colocar um quadro recém-formado num nível terciário, mas as pessoas pedem, porque é primo, família, vamos lá para Ayres Menezes. E quando a gente diz não, é não sei o quê. Então, temos que mudar a maneira de fazer as coisas. E eu vos peço que me permitam dirigir-me a vós.

A Região Autónoma do Príncipe tem um grande problema, que é a questão do novo bloco operatório, que está externamente, se podia dizer, finalizado há muitos anos, cuja intervenção actual vai exigir, se calhar, muitos derrubes, derrubes de estrutura, porque está danificada. Então, nós tínhamos previsto um valor, mas fomos ver que a obra vai custar muito mais que aquilo que tínhamos previsto, tendo em conta que se vai ter que fazer várias intervenções. Portanto, provavelmente vão fazer uma nova avaliação ao valor actual que nos apresentaram, para ver como é que conseguimos uma solução.

Mas para o Príncipe nós temos que melhorar, se calhar, o acesso a consulta de especialidades, para diminuir a necessidade de evacuação para São Tomé. Então, iremos elaborar um plano que permita que, com maior regularidade, os especialistas possam fazer consultas lá na Região Autónoma do Príncipe.

Portanto, esta é minha primeira intervenção, não sei se respondi a tudo.

A situação de vacinação é sim uma grande preocupação, obviamente que o Governo tem toda vontade de contribuir, seguir o plano já projetado para o nosso auto financiamento da compra da vacina, mas, como eu disse, quando se faz uma opção a gente às vezes tem que dar um passo atrás, para dar dois para frente. Então, temos que ir com calma. Estamos comprometidos, conhecemos a realidade das exigências que nos foram feitas, mas com tempo iremos sair desses problemas.

*Aplauso do ADI.*

A Sra. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Ministra do Ambiente.

A Sra. **Ministra do Ambiente, Juventude e Turismo Sustentável** (Nilda da Mata): — Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr. Primeiro-Ministro, Caras e Caros Colegas, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Venho cá responder a duas questões, a primeira levantada pelo Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.

Relativamente à questão de adaptação, é para deixar claro que o Projecto WACA, começamos com WACA agora temos WACA+, é um projecto de adaptação a mudanças climáticas, mas focado, sim, como fez aqui referência o Sr. Deputado, a resiliência costeira. Mas trata-se de um projecto de adaptação às mudanças climáticas. Se acompanharam a execução do Projecto WACA, por exemplo, foi-se construindo zonas de expansão segura, permitindo retirar as populações que estavam nas zonas consideradas de risco. Estamos aqui a trabalhar na adaptação às mudanças climáticas.

Outro projecto que também dá resposta a esta problemática é a requalificação da Marginal. A requalificação da Marginal também deve ser considerada como um projecto de adaptação às mudanças climáticas, e deixo aqui bem claro que o Sr. Ministro de Infra-estruturas depois poderá também confirmar que o País conseguiu financiamento, por se tratar de um projecto ambiental.

Como sabem, ouvimos falar sempre que ambiente tem dinheiro, tem sim. Para questões ambientais, tem sim, a nível mundial esse compromisso.

Como todos sabemos, os efeitos das mudanças climáticas não têm fronteiras. Como não tem fronteiras, todos nós estamos, sim, comprometidos. E como estamos comprometidos, a comunidade internacional tem feito esforço no sentido de mobilizar financiamento, para que os países todos possam dar resposta aos efeitos nefastos, em particular São Tomé e Príncipe que, tratando de um país insular, ainda é muito mais vulnerável aos efeitos nefastos das mudanças climáticas.

Portanto, há sim projectos em relação à adaptação climática. Aproveitar para dizer que, no quadro de compromissos de São Tomé e Príncipe em relação ao Acordo de Paris, para além de medidas de adaptação, também temos medidas de mitigação. E quando falamos, por exemplo, de reflorestação, estamos a falar também de adaptação, porque acaba por ser transversal. Mitigação, ok. Vamos reflorestar as áreas que foram degradadas e estamos a dar resposta aqui a duas preocupações.

Portanto, Sr. Deputado Gabdulo, estamos a fazer, sim, vamos continuar a fazer, tem que ser um trabalho permanente, há outras acções em curso, são pequenas acções, mas que têm também o seu impacto.

Para dar resposta de facto a mudanças climáticas, cada gesto conta, temos várias ONG no terreno, vários parceiros a colaborarem connosco. Portanto, esta preocupação é nossa, estamos numa emergência climática e este Governo não podia deixar de lado a questão de adaptação às mudanças climáticas.

Relativamente ao turismo, o Sr. Deputado tem toda a razão, viu lá nas GOP algumas actividades, estamos a propor implementar. Tendo em conta o factor tempo, claro, questionamos, mas também concordo consigo, e o Governo, internamente, com os meios próprios, tem que fazer pequenas acções. Não podemos estar a vender, concordo mais uma vez, São Tomé e Príncipe. Ainda recentemente, o País participou na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) Feira de Lisboa, infelizmente não pude lá ir, mas tivemos lá uma delegação, e pedi ao nosso Embaixador em Lisboa que fosse lá me representar. Não podemos estar a vender gato por lebre. Temos que, de facto, melhorar aqui alguns pontos que temos, e não precisamos depender de projectos.

O Governo está a trabalhar no sentido de melhor gerir o fundo do turismo, que foi criado desde 2007. Agora perguntamos, o que se fez com o fundo? Se formos fazer um levantamento, subsídios, combustível, viagens, basicamente. Por exemplo, tem-se falado muito das escadas da cascata de S. Nicolau. Não precisamos de um projecto, não precisamos de Portugal, que é o nosso parceiro, com todo o respeito, para podermos realmente melhorar ali as condições. Com o fundo do turismo, podemos. É uma questão de gestão, e o Governo está empenhado em melhorar a gestão do fundo do turismo. Se formos ver o exemplo de Cabo Verde, tem o fundo do turismo e utiliza muito bem o seu fundo de turismo. Os municípios também recebem uma parte desse fundo para poderem fazer outras actividades.

Por exemplo, gestão de resíduos. Estamos com problemas sérios de lixo, vamos dizer as coisas como são. Até tenho dito às pessoas que sou ministra do lixo, porque desde que assumi as minhas funções, para além de as pessoas me felicitarem, «Sra. Ministra, como a gente resolve o problema do lixo?» Pronto, cada instituição tem as suas competências, as câmaras têm as suas competências, mas a Câmara sozinha não

vai conseguir. Deve trabalhar em coordenação com as câmaras distritais. E também poderia ser canalizado uma percentagem desse fundo para as câmaras poderem dar resposta a esta problemática.

Só para dar aqui um exemplo, tratando-se de uma questão urgente, através do fundo do turismo, retomamos, depois de uma deliberação do Conselho de Ministros, o contrato com a empresa que trabalhava já com a Câmara, que colocava aqueles contentores. Após deliberação de um dos Conselhos de Ministros, o Ministério de Ambiente foi mandatado para que, em coordenação com a Câmara Distrital de Água Grande, retomasse o contrato com a empresa. Se repararem bem, alguns contentores foram colocados, cerca de 21 contentores, para serem pagos com o fundo do turismo. A questão do lixo não é só uma questão ambiental, é uma questão de saúde pública.

Estamos a falar do turismo, claro, o turista, como falou bem aqui o Sr. Deputado Delfim Neves, nós todos estamos preocupados com a nossa cidade. É triste, ela é pequena e está no estado em que está. Para além da questão do lixo, temos esses edifícios, alguns que precisam de serem recuperados, mas sabemos que é só começarmos a tomar medidas que os donos vão aparecer. Toda gente aqui é sãotomense, vive em São Tomé, sabemos todos como é que as coisas são, mas temos que continuar a trabalhar para melhorar.

Boca de Inferno, também dizer ao Sr. Deputado que, através do fundo do turismo, iremos fazer um esforço para melhorar a imagem dali. Aquilo ali pode ser vendido. Aquilo tem uma história, o senhor que no seu cavalo branco entrava na Boca de Inferno e saia em Portugal.» Podemos vender isso, os turistas vão pagar. Eles pagam cinco euros nas outras paragens. Nem precisamos cobrar 5 euros. 1, 2 euros e conseguíramos ter então internamente, porque temos que organizar a nossa casa. Não devemos estar sempre a depender de parceiros para essas pequenas acções. Então, isto está, sim, acautelado. Governo, eu mais os colaboradores faremos tudo para que possamos dar resposta a essas pequenas actividades. Fiquem tranquilos que o Governo está a trabalhar no sentido de podermos melhorar também essa imagem da nossa cidade. Infelizmente, volto aqui a dizer, por razões que sabemos, há politiquices, de vez em quando, de pessoas que já passaram por vezes na governação, mas temos que mudar isso. Vamos pensar em São Tomé e Príncipe, porque o País é nosso. Queremos realmente ter um país em melhores condições, e há outra questão também a trabalhar com o cidadão, a sensibilização quanto a essa questão de lixo.

Vou vos dar um exemplo. Neste momento, estou a viver no Campo de Milho, numa das entradas tem ali um contentor. Os trabalhadores dos residentes põem lixo no chão, e o contentor está vazio. Domingo passado fez 8 dias, paguei três senhores para retirarem o lixo do chão e meter no contentor. As pessoas que vivem no Campo do Milho são de um nível que a gente considera uma classe média alta. Não estou a dizer que são eles, mas têm que orientar os seus colaboradores que não devem depor o lixo no chão, sabendo que o contentor está vazio.

Outro exemplo, Prédio do Banco. O Prédio do Banco, se repararem bem, tem ali uma árvore, há um tempo havia um contentor e a Câmara decidiu tirar, e fez muito bem, não condono a Câmara, porque as pessoas que estão lá podem contribuir para comprar um ou dois contentores, terem lá um espaço reservado, fazer um contrato com a Câmara e a Câmara vai retirando. Só que as pessoas não querem pagar, minha gente, 150, 350 dobras mensais. Diz-me se isso é normal.

Não é só uma questão de o Governo fazer o esforço financeiro, mobilizar financiamento, trazer parceiros. Temos que contribuir, cada um de nós devemos contribuir, a situação é essa.

Falando ainda de contribuição, no período da manhã houve aqui intervenções devido a taxa ecológica de importação. Quero dizer-vos que a Lei Base do Ambiente, que data de 1999, Lei 10/99, já tem como um dos princípios poluidor/pagador, mas só que nunca aplicamos. O cidadão quer, nós todos queremos ter realmente o lixo tratado, a cidade limpa, saneamento, mas não queremos contribuir. Essa taxa ecológica de importação, devemos dizer as coisas como elas são, as intervenções acho que deveriam ter esse cuidado de elencar aqui realmente os produtos que terão essa taxa. É insignificante. Por exemplo, refrigerante e bebidas alcoólicas, 8 centavos de dobras por litro. Vou só fazer aqui um exercício convosco. Estamos a falar de 0,8 centavos de dobras. Nem são euros, nem dólar. Um contentor traz em média 65 000 latas de refrigerante ou cerveja. Em litros, estamos a falar de 19,5 000 vezes 0,8 centavos. Isso dá 150 dobras por contentor. O que é isso? Não irá reflectir tanto no consumidor final. Por vezes tratamos as coisas com alguma ligeireza. Vamos fazer um esforço. Quando terminar a sessão hoje vai ficar que o XIX Governo está a criar mais uma taxa. Coitada da população!

E deixar bem claro que essa taxa, se formos ver a linha h), diz o seguinte: «Ficam isentas do imposto ecológico as seguintes importações: produto incluído na cesta básica, produtos com taxa de importação livre, produto sobre o regime simplificado, etc. Vamos dizer as coisas como elas são, não induzir o cidadão em erro, porque não nos leva a lado nenhum. Estamos aqui todos em nome de São Tomé e Príncipe, para o bem de São Tomé e Príncipe.

*Aplauso do ADI.*

**A Sra. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro da Economia e Finanças.

**O Sr. Ministro de Estado da Economia e Finanças** (Gareth Guadalupe): — Sra. Presidente, boa tarde a todos.

Queria começar a minha intervenção, dizendo que *Deçu fé nom montxi*, porque aqui já foram pedidas muitas coisas ao Governo e muitas delas depois se contradizem. Por exemplo, foi lançado desafio ao

Governo para apostar na questão da grelha salarial. Ao mesmo tempo se diz que com a introdução do IVA, em 2023, encareceu muitas coisas, mas sabemos que o IVA é um imposto que vem aumentar as receitas internas, para que possamos dar cobro ao ajuste salarial.

Foi aqui falado também de isenção do IVA para a Ilha do Príncipe. Esse tipo de discriminação, não pode haver, temos que ter um outro tipo de política. Foi também dito aqui que o OGE é sem precedentes, foi dito pelo Sr. Deputado Jorge Bom Jesus. Gostaria de começar por aqui e dizer que sempre que cada governo vem aqui apresentar o OGE, sem precedentes, nunca é inferior a do ano anterior, é sempre superior.

Foi aqui dito pelo Deputado Nito Abreu que este é o maior orçamento da história. Bem, deixe-me dizer que o Orçamento que o XIX herdou do XVIII Governo, aprovado já em Conselho de Ministros e acordado com o FMI era de 294 milhões de euros e diminuímos em 29 milhões de euros.

O Sr. Deputado Arlindo Barbosa disse que o Ministro teria falado da estrada de Guadalupe, Neves, mas que não vê no Orçamento. Creio que o Sr. Ministro das Infra-estruturas já esclareceu. É logo o primeiro projecto ao nível do Ministério das Infra-estruturas.

Tinha perguntado como é que a gente pensa implementar isso. Naturalmente, estamos a trabalhar com o parceiro Banco Mundial, e a nossa próxima reunião com o Banco Mundial será precisamente para tratarmos deste projecto.

Se hoje se vê Lembá e se diz que teve uma diminuição considerável de investimento, amanhã, como quem diz, quando tivermos esse investimento que ronda trinta e tal milhões de euros, Sr. Ministro das Infra-estruturas, naturalmente Lembá será claramente beneficiado, e todo o País.

Deixe-me fazer uma clara distinção entre aquilo que é classificação funcional e classificação orgânica. Por exemplo, posso fazer transferência de capital para Lembá, classificação orgânica. O Deputado Arlindo Barbosa dizia que estava 6,5 milhões de dobras e que agora baixou para 2 milhões e qualquer coisa, mas essa transferência de capital que faço para Lembá, em termos de classificação orgânica, pode ser por exemplo para reabilitar o edifício da Câmara de Lembá. Isto pode não ser necessariamente um investimento que beneficie de forma muito clara a população de Lembá, mas onde é que vemos o que é a distribuição de riqueza a nível nacional?

E chamo atenção aos Srs. Deputados para, quando olharem o Orçamento, olharem sempre este aspecto. É a distribuição geográfica das despesas, é aqui onde vemos a distribuição da riqueza. É preciso não fazermos essa confusão. O orçamento tem a classificação funcional, classificação orgânica e classificação por natureza económica das despesas. E quando olhamos aquilo que é a classificação funcional, que é o que de facto mede a avaliação do impacto das despesas ao nível das várias regiões do País, vemos que Lembá não diminui, muito pelo contrário, Lembá aumentou e muito. Não olhemos para a classificação orgânica, porque é transferência de capital que fazemos para a Câmara de Lembá, e ela pode decidir utilizar, por exemplo, como eu disse aqui, para reabilitar o edifício da Câmara.

Olhemos para os projectos estruturantes que beneficiem Lembá. Desde logo, já falamos aqui de Guadalupe e Neves, mas quando olhamos para o total dos investimentos, em termos de classificação funcional. Vemos que há um aumento, em comparação com o Orçamento de 2024. Há um aumento de 734 000 euros para 4,7 milhões de euros em Lembá. Por isso, claramente em termos de investimento inclui a questão da estrada de Guadalupe, Neves e inclui também a questão de abastecimento de água, que o Sr. Deputado Rui dizia que não estava no Orçamento, entre isso e outras coisas. É preciso fazermos essa distinção entre aquilo que é a classificação orgânica e a classificação funcional.

O Sr. Deputado Arlindo Barbosa falou dessas várias taxas ecológicas de impacto ambiental, deixe-me dizer que nenhuma delas incide sobre produtos da cesta básica e quase toda elas incidem sobre produtos nocivos. Se forem ver a lista que está no Orçamento, no artigo 8.º, quase todas elas incidem sobre produtos nocivos e a única que diz género alimentícios, estamos a falar daqueles produtos de género alimentícios que não fazem parte da cesta básica e que já têm um IVA baixo mais reduzido de 7,5%.

Existe uma taxa de impacto ambiental que é de 5% sobre o valor aduaneiro. Isto sim é que teria um grande impacto, se tivéssemos que implementar essa taxa. Este Governo decidiu não implementá-la. Esta Lei foi criada em 2013, e não era o Governo do ADI. Essa taxa sim, se tivesse sido aplicada, teria um grande impacto a nível de inflação.

O Sr. Deputado Gabdulo falou aqui de lista negra da ICAO. Nós o XIX Governo decidimos fazer listagem daquilo que faz parte das acções que temos que tomar para que o País saia da lista negra. Desde logo, uma delas é a questão da retoma do terminal de cargas. Isto de facto é importante para a nossa diáspora, e não só, mas também para aqueles que aqui fazem a transformação dos nossos produtos agrícolas e pesqueiros para poderem ter um terminal terra-ar, ar-terra, que possa facilmente fazer a exportação dos seus produtos.

Sabemos, e deixa-me dar um exemplo, temos aquelas senhoras que enviam *quibutos*, mais conhecido por *quibutes*; tínhamos o Sr. Dória falecido, que enviava flores, mas que depois teve que suspender o envio de flores, porque não temos um terminal de cargas; temos vendas de baunilhas e de pimentas, que muitas vezes saem por via ilegal. Tudo isso, com terminal de cargas estaremos a resolver esse problema, porque as companhias áreas estão proibidas de transportar isso, enquanto não tivermos um terminal de cargas.

Também decidimos ver com a ENASA à semelhança do que o Serviço de Emigração fez, para aquisição dos passaportes, que depois conseguiu pagar tudo. Também estivemos a ver com a ENASA o que podemos fazer para sair do nível três, em que nos encontramos hoje, para o nível oito.

Para além da questão do terminal de cargas, temos aquisição de carros de bombeiros de 10 000 litros e um de 12 000 litros de água. Temos uma ambulância totalmente equipada; temos um tractor com charrua e atrelado e uma carinha de cabine dupla para a Região Autónoma do Príncipe e temos também pequenas obras de intervenção na pista. Portanto, estamos a propor que a ENASA possa recorrer à banca, resolver esses problemas e facilmente conseguirmos sair da lista negra e passar para o nível oito.

O Sr. Deputado Conceição Moreno falou de um IVA reduzido para Região Autónoma do Príncipe. Aqui na intervenção do Sr. Primeiro-Ministro já tínhamos falado, para além da isenção da taxa da ENAPOR que este Governo vai implementar, já temos a *Lei de Subvenção dos Transportes Marítimos*. Agora, o que temos que trabalhar é na aplicação da mesma. Ela foi suspensa e queremos retomá-la. Quais são as principais vantagens disso? E aí o Príncipe tem que se organizar, porque esta subvenção que o Governo quer fazer tem que ter de facto impacto na população, tem que se reflectir. E para o Príncipe se organizar neste sentido, primeiro, temos que ter a lista de todos os operadores e armazenistas da Ilha do Príncipe, temos que ter a média dos produtos importados em 2024 e temos que ter a lista de produtos que fazem parte do cabaz da cesta básica. O Príncipe tem que trabalhar e organizar-se neste sentido, para que de facto essa isenção que o Governo pretende trabalhar através do fundo de estabilização de preços possa de facto permitir que essas medidas tomadas pelo Governo reflictam no bem-estar da população.

Creio que em traços gerais era isso que eu gostaria de aqui trazer à consideração.

*Aplauso do ADI.*

A Sra. **Presidente**: — Antes de passar a chamar os Deputados, ainda tenho 7 Deputados inscritos, deixem-me só fazer uma contextualização.

A Conferência de Líderes agendou para estes dois dias 360 minutos, equivalentes a 6 horas. Podem dizer, até porque muita gente que nos ouve não sabe, mas 6 horas, desde as 9 até esta hora? Marcamos 6 horas corridas, mas existem horas mortas, intervalo para almoço também já estava previsto, porque é das 9 às 16, mas o tempo que um deputado leva a sair do púlpito para o outro entrar, essas coisinhas, o tempo de esclarecimento, porque não é contado, e tudo isso nos trouxe até aqui.

Há quem esteja a sugerir suspensão, mas não o posso fazer, porque tenho Deputados e Deputadas inscritos e os respectivos Deputados e Deputados ainda têm o seu tempo. Portanto, não posso suspender. Só poderia suspender se não houvesse mais inscritos e se não houvesse mais tempo. Havendo tempo e havendo inscritos, vamos seguir até terminarmos o tempo. Por imperativo regimental, temos que cumprir. Vamos ver se conseguimos concluir.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde, essas saudações são extensivas aos Srs. Funcionários da Casa Parlamentar, Técnicos da Comunicação Social, a População São-tomense residente e também na diáspora, e todos os nossos seguidores.

São cerca de três preocupações que trago, mas primeiramente gostaria de me dirigir ao Governo, com relação ao Sr. Ministro da Agricultura, falando sobre a segurança alimentar. Claro que é prioridade falarmos da saúde, do hospital, mas também temos que falar do alimento. Falando de Segurança Social, na sua apresentação Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro debruçou-se muito sobre a segurança alimentar, as minhas felicitações, tocou muito nos produtos locais. Deixa-me feliz, é uma forma de promover os nossos produtos. Daí que, falando de segurança alimentar, estamos a falar da disponibilidade dos produtos, estamos a falar da qualidade dos produtos, da acessibilidade dos produtos com relação aos preços.

Vendo as brochuras do OGE e das GOP, não consegui ver ali as tecnologias para agricultura. Como vós sabeis, a nossa agricultura, em São Tomé, é mais manual. Portanto, ao falar de segurança alimentar, precisamos de ir buscar, junto aos nossos parceiros, novas tecnologias de pequenos calibres, para conseguirmos desenvolver a nossa agricultura. A nossa agricultura tem sido manualmente, por isso que às vezes também encarece os nossos produtos.

Tive a oportunidade de abordar com alguém, uma senhora, a quem questionei por que é que a batata inglesa tinha um preço elevado. E a resposta da senhora feirante e agricultora é que, com a emigração, não é possível lavrar a terra. Ela não consegue lavrar a terra, porque dependia de alguns recursos humanos masculinos. Daí que, com essa saída, ela vê-se bastante limitada, não consegue lavrar a terra e os produtos tinham naquela altura um preço bastante elevado.

Portanto, esse fenómeno de emigração tem estado a nos criar algum problema, daí que é preciso o Governo pensar em tecnologias com relação a agricultura. Tecnologias, máquinas de pequeno calibre, para lavrar a terra, porque senão, com esta saída toda, nós vamos ter algum problema com relação a segurança alimentar, principalmente, a segurança alimentar com os nossos produtos. E esperemos que um dia consigamos ser soberanos na linha alimentar.

Portanto, gostaria de ouvir do Sr. Ministro ou do Governo, qual é o vosso pensamento com relação às máquinas para lavrar a terra.

Bom, eu vinha também para falar com relação a saúde preventiva. Nós falamos muito de saúde curativa, mas é preciso pensarmos e criarmos também investimentos na saúde preventiva, porque nós sabemos das limitações que nós temos, dos problemas, dos flagelos que nós temos com relação à salubridade pública.

No entanto, ouvi a explanação da Ministra do Ambiente, então eu fiquei um pouco mais calma, porque entendi que é preciso haver uma coordenação entre as instituições. Não depende só do Ministério da Saúde. É preciso haver uma coordenação. Essa questão de salubridade pública é uma questão que tem que nos preocupar bastante.

Alguém falou aqui, no período da manhã, com relação à nossa cidade limpa. É preciso ver a nossa cidade limpa, que é o nosso espelho. É preciso ver o nosso mercado Bobo-Foro, as valas aí de drenagem, é preciso vermos tudo isso. Daí que é preciso nós investirmos ou trabalharmos mais com relação a estes sectores.

Aquando da apresentação do Programa, o Sr. Ministro da Saúde disse, disse bem, apelou, apelou bem à população, com relação à epidemia que tem estado a assolar os países vizinhos, que é a cólera. Felizmente, graças a Deus, não temos, e eu acredito que nós não vamos ter, vamos pensar positivo. No entanto, era bom saber também, aí é que me faz tocar na saúde preventiva. O Sr. Ministro apelou para não se vender os produtos no chão, mas até hoje os produtos continuam a ser vendidos no chão, e continuamos também a comprar os produtos no chão.

Daí que, Sr. Ministro, o que é que o Sr. Ministro pensa em fazer? Na coordenação das instituições, é preciso pôrmos um basta a isto. Falamos, falamos, estamos sempre a falar, mas as coisas não mudam. Daí que eu peço uma mão dura, para que se consiga mesmo, e não esperar que as coisas aconteçam, depois é que vamos colocar pédiluve, mãodiluve, um monte de coisas ali.

E para dizer que eu tive a oportunidade de participar na defesa do relatório da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e (CDC) Convenção dos Direitos da Crianças e também Convenção dos Direitos contra Descriminação das Mulheres, e que foram colocadas variadíssimas questões sobre a problemática dos lixos. Perguntaram-nos ali, em Genève, no Comité, o que é que dizemos com relação ao lixo que está a assolar a nossa cidade. Portanto, houve muitas perguntas à volta disso, e qualquer dia se calhar vamos exibir essas recomendações que eles extraíram, para depois mostrar o País. Porque daqui a bocado vamos ter que apresentar o novo relatório da implementação da CDC e da CEDEAO.

Daí que é preciso vermos esta questão de lixo, foram muitas perguntas, e perguntas preocupantes. Tivemos que nos virar, para depois defender, enfim.

Sr. Primeiro-Ministro, Sra. Ministra da Educação, ouvi atentamente aqui das reabilitações, das construções das escolas, dos jardins-de-infância. A Sra. Ministra, professora Belinha, conhece a escola de Bombom e sabe da existência das barracas que adaptaram em sala de aulas. Quando há chuva, as crianças têm que abandonar. Mesmo no período de ponto, testes, as crianças têm que abandonar, as crianças sentem preguiça, crianças, adolescentes, sentem preguiça de sair de casa, quando há chuva. Basta haver mau tempo para desistirem. Isto é um bocado complicado, e eu gostaria de saber por que é que não está no Orçamento Geral do Estado, ou qual é o vosso plano.

Muito obrigada.

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sra. Deputada Alda Ramos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jozino Veiga.

O Sr. Jozino da Veigas (ADI): — Sua Excelência Sra. Presidente da Assembleia, muito boa tarde, Membros da Mesa, Caros Colegas, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco governamental.

Estamos hoje aqui para discutirmos um documento importante para a governação do nosso país, que é o OGE, este documento que deve definir as prioridades, estratégias e compromissos do Governo para o presente ano económico. Como Deputado eleito no Círculo Eleitoral da Diáspora, sinto-me na obrigação de garantir que os interesses dos cidadãos no exterior não sejam esquecidos. Estar cá observando as rubricas, assim como também fazer com que o que está no Orçamento possa ser viável, seguir e fiscalizar, porque este é o nosso papel. O Orçamento deve refletir a realidade económica do País. O Orçamento não deve criar falsas expectativas, por isso é que devemos garantir que cada rubrica orçamental tenha um impacto real na melhoria das condições de vida de cada cidadão, tanto em São Tomé e Príncipe como na diáspora.

A diáspora deve ser parte essencial da economia nacional, de forma que os são-tomenses no exterior, neste caso os são-tomenses na diáspora, contribuam significativamente para a economia do País, principalmente através da chamada remessa de emigrantes. No entanto o Orçamento precisa prever mecanismos que facilitem o investimento da diáspora em São Tomé e Príncipe, tais como mecanismos que facilitem o investimento da diáspora em São Tomé e Príncipe, garantido segurança e retorno sustentável, porque muitas das vezes os são-tomenses na diáspora têm vontade de investir no País, mas ficam com medo de certas coisas. Por isso, é bom nós garantirmos essa segurança e um retorno sustentável.

A melhoria no acesso de serviço público para cidadãos no exterior, como consulados eficientes.

Na especialidade, nós poderemos entrar em detalhes, para falarmos daquilo que a nossa população na diáspora muitas das vezes pedem, solicitam, que muitas das vezes não são questões financeiras, às vezes é pela força de vontade. Então, vamos pedir ao Governo para que dê uma atenção especial a este assunto.

Aproveitando para deixar aqui uma solicitação ao Governo, tendo em conta que na Inglaterra já existe um número considerado de são-tomenses. Eu queria saber da parte do Governo como é que está a questão da criação de um consolado. Eu até podia pedir embaixada, mas se tivermos condições para termos um consolado em Inglaterra, eu acho que nós estaríamos a dar um passo significativo.

Obrigado.

*Aplauso do ADI.*

**A Sra. Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Jozino Veiga, eleito no Círculo Eleitoral da Diáspora Europeia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Sousa Ponte.

**O Sr. Honório Sousa Ponte (ADI):** — Sra. Presidente, eu só queria voltar a frisar aquilo que havia dito. Eu, quando falei, deixei bem claro que o Governo tem muito pouco tempo, que não deveria escrever tanta coisa no Orçamento, porque um governo de responsabilidade não escreve para enganar a população. Acho que o Deputado me entendeu mal, achou que eu disse que o Deputado é que vai enganar a população de Lembá. Não foi isso.

Outra coisa também é que me deixa um bocado triste ver a infelicidade de alguns deputados. Há deputado um bocado infeliz aqui nesta Sala. Eu pude perceber um deputado com complexo de superioridade. Minha gente, homem com complexo de inferioridade é muito infeliz, é homem infeliz. É infeliz, sim. Quando algum deputado acha que nós não estamos no mesmo barco, e dizer isso escancaradamente, eu acho que esse deputado deveria chamar o seu suplente para ocupar o lugar, porque ele é infeliz aqui nesta Sala, ao achar que é superior a outro deputado.

Obrigado.

**A Sra. Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Honório Sousa Pontes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

**O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD):** — Sra. Presidente da Assembleia, boa tarde, Membros da Mesa, Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Comunicação Social, Técnicos da Assembleia, boa tarde.

Sra. Presidente, eu queria fazer uma nota prévia, porque o Sr. Ministro Gareth Guadalupe falou aqui, numa das suas intervenções, que realmente pode ter havido algumas gralhas, algum lapso nas Propostas do OGE e das GOP, por questões de organização. Eu sei que o Orçamento às vezes tem muitas versões e há coisas que falham, e gostaria que o Governo, se pudesse, se quisesse, se tivesse interesse, me desse 2 minutos, porque eu detetei aqui algumas gralhas, no sentido de ajudar, apoiar a melhorar o documento. Se conceder naturalmente, eu passo a minha intervenção, porque eu tenho pouco tempo, e este é um documento que depois vai ficar nos anais da história, vai ser executado, e há pequenas falhas que eu considero pertinentes. Se o Sr. Primeiro-Ministro me conceder 2 minutos.

**A Sra. Presidente:** — Sr. Deputado, mas eu acho que, sendo situação de gralha, pode-se ver isso na especialidade. Pode-se acertar na especialidade.

**O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD):** — Não é bem assim, há coisas aqui importantes.

**A Sra. Presidente:** — Importante, sim, e nós sabemos, mas eu aconselharia o Sr. Deputado a registrar tudo e submeter aquando da análise na especialidade.

**O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD):** — São questões que têm a ver com política, mas se deixa, paciência, quem perde é o Governo, e pronto.

*Murmúrios.*

**A Sra. Presidente:** — Pode usar o seu tempo e fazê-lo.

**O Sr. Wuando Castro (MLSTP/PSD):** — Não, não, o meu tempo é pouco e não vou usar.

Bom, passemos então a diante.

Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, eu começava também a minha intervenção na lógica daquilo que disse o Sr. Deputado Honório, com uma citação, atendendo alguns comportamentos que eu vi aqui nesta Sala hoje. Era bom trazer alguma coisa à memória, e há uma situação que diz: «A humildade não te faz melhor do que ninguém, mas te faz diferente de muitos». Queria deixar esta citação, em primeiro lugar.

Depois também uma outra situação: «O tempo deixa perguntas, mostra respostas, esclarece dúvidas e acima de tudo o tempo traz verdade».

Eu não resisti, tinha que fazer esta introdução aqui em relação àquilo que foi o passado e que muita gente disse do passado. Eu vou ler aqui só um parágrafo da Proposta do OGE, na página do contexto macroeconómico nacional. «O contexto económico nacional continua a refletir os efeitos de médio e longo prazos, dos últimos choque registado no iato de 21 a 23, nomeadamente Covid 19, as mutações registadas em Dezembro de 2021, e os danos infra-estruturais da produção alimentar». Estão aí os resultados: o choque sobre os preços internacionais das matérias primas, desencadeados, numa primeira fase, pelo

aumento extraordinário da procura, resultante da retoma económica pós *lockdown*, 2021, no segundo momento pela guerra da Ucrânia, desde o início de 2022, e recentemente pelo conflito no médio oriente. Neste âmbito, porque os efeitos de alguns desses eventos adversos não são transitórios, espera-se uma recuperação económica lenta a médio prazo». Portanto, fico satisfeito, enquanto membro do anterior governo, que foi catalogado de incompetente, que essas razões que nós alegamos na altura hoje ainda fazem sentido colocarem no OGE de 2025.

Passando agora, hoje naturalmente não tenho tempo, vou-me concentrar numa parte das GOP, fazendo também uma breve introdução. Segundo a linha 3 do artigo 23º da Lei 3/2007, Lei SAFE, a Proposta do OGE submetida pelo Governo, para aprovação da Assembleia Nacional, deve sempre ser acompanhada das respetivas GOP, enquanto um dos elementos justificativos da política orçamental. Neste sentido, as GOP constituem um documento de política fundamental no processo orçamental, na medida em que delineia as políticas económicas e sociais, fornecendo um enquadramento para decisões orçamentais. Trocando por miúdos, o Orçamento tem que refletir ou estar alinhado com as GOP. E o que nós vemos, já foi dito aqui nos pareceres das várias comissões, há algum delineamento claro, e eu vou chamar aqui atenção para alguns pontos. Perguntar ao Governo se realmente está correcto ou não, e qual é a justificação que tem para esses factos.

Primeiro, deixa dizer que as GOP têm cinco eixos fundamentais, subdivididos em 22 programas ou planos sectoriais, digamos assim. Sr. Primeiro-Ministro, é estranho que nestas GOP continua a haver chamados parentes pobres do Estado. Não há nenhuma referência a Comunicação Social, Cultura, Desporto e Juventude. Nenhuma referência específica de política específica, dentro dos 22 programas das GOP.

Se calhar aqui eu abria parênteses rápido, nessa lógica de reflexão dos 50 anos, nós temos que evoluir para criar umas peças de orgânicas fixas dos governos. Porque realmente há sectores que, atendendo à sua complexidade, a carga de trabalho que tem devia ser um ministério virado só para esses sectores, proposta minha, nomeadamente: Educação, Justiça, Saúde e Finanças. São sectores que, diariamente, os ministros lidam com fogos para apagar. E quando a gente mete alguns sectores acoplados a estes ministérios, acabam por ser parentes pobres, e vai acontecendo naturalmente aqui.

Comunicação Social, acho que está no Gabinete do Primeiro-Ministro, o senhor não vai ter tempo para lidar com isso.

Cultura está na Educação. Provavelmente, a Sra. Ministra da Educação tem tantos problemas na Educação que a Cultura vai ficar para trás.

Desporto na Saúde, acho também que foi um erro crasso.

Juventude, coitada da minha colega Ministra do Ambiente e Turismo, vai ter tanta coisa para cuidar que a juventude também pode ficar para trás.

Voltando às GOP, vou falar do eixo número 5, integração regional e diplomacia proativa. E nos programas que vem subsequentes, falamos aqui em promoção e instalação de gabinete, promoção de turismo, investimentos nas embaixadas ou postos consulares. Eu gostaria que me dissessem como é que vamos instalar esses gabinetes, se toda dotação orçamental para as embaixadas e postos consulares, são iguais ou menores que o orçamento passado. Onde que se vai buscar a verba para instalar esses gabinetes de promoção de turismo, investimentos das embaixadas.

Expansão e cooperação com países estratégicos, organização regionais, sobretudo africanas.

Vamos ver também o que está dotado para a nossa participação, sobretudo na União Africana, e a nível da organização subregional que nós pertencemos, a Comunidade dos Estados da África Central (CEAC). A verba também se mantém, no caso até que diminuiu.

Falar nisso, na página 40, quando falam aqui, «aprofundamento da participação de São Tomé e Príncipe na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), acredito que seja CEEAC e não CEDEAO. Até onde eu sei, nós não somos membros da CEDEAO.

Depois temos outros aspectos, criação de gabinetes das comunidades no Ministério de Negócios Estrangeiros. Nós já temos uma Direcção de Assuntos Consulares e Comunidades. Vai-se transformar em gabinetes ou vai continuar a haver esta direcção e vai-se criar um gabinete?

Se se vai criar, não está reflectido no OGE.

Implementação do fórum da diáspora são-tomense. Mesma questão, está nas GOP, mas não há nada reflectido, nenhuma verba para o processo de instalação deste fórum da diáspora são-tomense.

E por último, «maior envolvimento do País nas Nações Unidas, na União Africana, reforçando a presença são-tomense nos debates globais sobre a mudança climática, desenvolvimento sustentável e segurança». Vamos outra vez ao OGE, a verba destinada para a nossa representação na União Africana diminuiu, e a verba destinada para a nossa representação em Nova Iorque mantém-se igual.

Portanto, volto a dizer, o que está explanado nas GOP não corresponde ou não tem reflexo naquilo que vem nas verbas dotadas no OGE.

Não tenho mais tempo, o resto fica para amanhã, muito obrigado pela vossa atenção.

*Aplauso do MLSTP/PSD.*

A Sra. Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado Wuando Castro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sólito Lisboa.

O Sr. **Sólito Cunha Lisboa** (ADI): — Muito boa tarde, Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, boa tarde.

Eu faço uso da palavra neste momento, somente para dizer que depois de ver o envolvimento, o empenho do Sr. Primeiro-Ministro no sector produtivo, notei uma diferença muito grande que me faz tomar em consideração, porque isto vai reflectir no Orçamento, de maneira que cumpre com algumas orientações internacionais. Esta política produtiva deste Governo vem ao encontro da declaração saída da Cimeira de Malabo, em 2003, pelos Ministros da Agricultura dos países africanos, que foi ratificada em 2014 pelos Presidentes da República dos mesmos países. Onde dizia que todos os países africanos deveriam alocar no mínimo 10% do seu bolo orçamental para o sector de agricultura. E vejo neste Orçamento 12% ponto alguma coisa, e é o primeiro orçamento, daquele que eu pesquisei, ao nível dos governos sucessivos que chegou a esta cifra.

Eu quero assim dizer que o mais importante, como disse um deputado que me antecedeu, importante é conseguir, conseguir o financiamento para a realização dessas actividades, o engajamento do financiamento.

E com isso, Sr. Ministro da Agricultura, eu quero também deixar aqui, em jeito de sugestão, que o Sr. Ministro use a sua magistratura, a sua influência com outros ministros, no sentido de usar o fundo de contrapartida do Japão para os pequenos projectos de agricultura. Temos o projecto de implementação de batata doce, matabala, mandioca, milho, são pequenos projectos que não levam muito valor. E o fundo de contrapartida do Japão, nós sabemos que tem sido utilizado para outros fins. Eu gostaria que a partir de agora este fundo de contrapartida do Japão fosse também alocado para apoiar esses pequenos projectos de agricultura. Isto no sentido que o mercado esteja abastecido de produtos localmente produzidos, disponíveis a todo tempo e a preço acessível.

Muito obrigado.

*Aplauso do ADI.*

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Sólito Cunha Lisboa.

O Sr. Deputado Conceição Moreno já não tem tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Baltazar Quaresma.

O Sr. **Baltazar Quaresma** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Técnicos desta Casa Parlamentar, Povo de São Tomé e Príncipe, que reside internamente e na diáspora, boa tarde, especialmente uma saudação para a população de Caué.

Sr. Primeiro-Ministro, aquando da apresentação do seu Programa, onde elencou cinco eixos, eu tomo em consideração principalmente o eixo três, que fala sobre a promoção de justiça social e inclusão, e ainda o senhor fez um refrão, enfatizando que «ninguém fica para traz». Portanto, isto ficou muito na minha memória e tomei muito boa nota.

Li e reli o OGE e as GOP para o Ano Económico de 2025 e gostaria de saber, através do Sr. Primeiro-Ministro e o Ministro sectorial, aliás uma vez que estamos a falar de saúde, o senhor prioriza Saúde e Educação. Sabemos que o desporto está ligado à saúde. Então, nesta linha de pensamento, eu gostaria de saber, através do Sr. Primeiro-Ministro, por que é que a construção do campo de futebol de Angolares não se encontra inscrito neste Orçamento.

Ainda no eixo três, promoção de justiça social e inclusão, no que diz respeito à construção de casas sociais, gostaria de fazer um apelo, exortar ao Governo que mude de paradigma. Como tem sido hábito aqui em São Tomé, infelizmente, quando se constrói casas sociais, a sua distribuição vai sobretudo para aquelas pessoas que já têm, ou seja, os que não têm necessidade é que recebem essa casa. O próprio nome diz casa social. Portanto, é para as pessoas que demonstram alguma vulnerabilidade económica e social. Temos que mudar isso de uma vez por todas. Há muitos cidadãos que padecem de algum meio e que de facto são vítimas de incêndio, sinistralidades, que deveriam beneficiar dessas casas sociais, mas elas são direcionadas para membros do governo, directores e companhia limitada, que fazem parte do poder. Deputados também.

Gostaria que o senhor fizesse diferença, e agradecemos.

Ainda no eixo três, como os Srs. Deputados de uma forma geral sabem, o Distrito de Caué é considerado o mais pobre, aliás é paradigma. Podemos ser considerado mais pobres a nível de infraestrutura, mas temos potencialidades que não sabemos muito bem aproveitar, nomeadamente o turismo. Normalmente, quando fazem transferências para a Câmara Distrital de Caué, tendo em conta essa consideração, que é um Distrito distante e pobre, pergunto, por que é que a transferência que se faz para a Câmara do Distrito de Caué nunca é superior a 2 milhões? É sempre 1 milhão de dobras, que muitas vezes a Câmara dá apoio a outro sector, muitas vezes que não é afecto ao seu sector, Ministério da Saúde, Ministério da Educação.

Já pude acompanhar a Delegada de Educação ir lá para a Câmara solicitar um apoio para transporte escolar e o Presidente, com a sua boa vontade, disponibilizou este apoio à Delegada.

Quem fala da Delegada de Educação também fala do Hospital de Angolares, no que concerne a meios rodoviários, ambulância. Podemos dizer que a Câmara já recebe uma transferência muito ínfima por parte do Governo e distribui o seu recurso muitas vezes para outro sector, que já tem o seu orçamento.

Daí que peço que na próxima transferência se possa aumentar um bocado mais a percentagem. É esta a preocupação que trago para este púlpito para o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco.

A Sra. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Sras. Ministras, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que nos escutam em suas casas, como o lema é não deixar ninguém para trás, para aqueles que residem na diáspora, boa tarde a todos.

Tomo a palavra para poder também dar a minha contribuição. Apesar de muitas que já foram aqui elencadas, não poderia deixar também de trazer algumas preocupações ligadas a este instrumento tão importante e valioso para o nosso país.

Primeiramente, agradecer o Governo pela prontidão e dizer, como já foi aqui dito pelos meus colegas, que é pouco tempo, mas todos sabemos que OGE é para um período de 1 ano. Sendo para um período de 1 ano, é igual a todos os outros que já passaram por esta Casa Parlamentar.

Dizer que nós da Bancada Parlamentar do MCI/PS-PUN estivemos atentos àquilo que são as GOP. Foram aqui elencados cinco eixos e também o OGE, falando daquilo que é o fortalecimento ligado ao género, ou seja, o orçamento sensível ao género, Sra. Ministra da Educação não sei se a senhora se lembra do meu apelo como mãe, como avó, como mulher, ligado ao Jardim do Centro de Angolares. É com tristeza, mais uma vez, que procurei de uma ponta a outra e não vi inscrito, nem nas GOP. Vi alguns jardins inscritos, mas não vi o da Cidade de Angolares.

A Sra. Ministra já teve a oportunidade de passar de visita, viu a situação que as crianças daquele jardim estavam, o risco de vida, não só para aquelas crianças, mas também para o quadro que lá exercem as suas funções. Não vendo inscrito, fico à espera na especialidade, a fim de elencarmos algumas propostas para que principalmente o tecto do Jardim de Angolares que ao longo dos anos, quando cai a chuva, aquilo é uma tristeza, e para a casa de banho também, que é prioridade para aquelas crianças.

Sra. Ministra do Ambiente, os meus colegas também falaram do lixo e saneamento do meio. Gostaria de perguntar, onde vão parar os lixos que as câmaras recolhem? Sei para onde vão parar, porque ao longo desses anos fui batendo de forma que cada distrito procurasse um lugar para poder colocar os seus lixos, mas isso cada dia que passa, se sairmos daqui da cidade para o Sul do País, vamos ver onde os lixos são colocados.

Estamos a preparar um país para a turismo, é à berma das estradas que os lixos são colocados, e os turistas passam, tiram fotografias, e é bonito para São Tomé e Príncipe.

A nível daquilo que toca com o lixo, não sei, não vi no Orçamento projectos para que cada distrito consiga ter um aterro para lixos, nem nas GOP, nem no OGE, está elencado.

A outra questão que me traz aqui tem a ver com o GIME. Sr. Ministro das Infra-estruturas, também não vi elencado o projecto do GIME. Vimos que o GIME é um grupo de manutenção de estradas, que ajuda na limpeza das valas, dos aquedutos, mesmo para aquelas árvores que aproximam muito e fazem assombramento a nível das estradas, e cada dia que passa, pelo menos na Região Sul, há muito tempo que não vejo o pessoal do GIME a fazer essa manutenção.

Ultimamente, quando houve enxurrada, quem foi para o Distrito de Caué viu como a água circulava no meio da estrada, porque os aquedutos já não tinham espaço para a água da chuva poder passar. Essa também é uma preocupação e não vi nada elencado ao nível do GIME. Se é um projecto que já acabou, o que é que o Governo pensa em fazer com a manutenção das estradas em São Tomé e Príncipe?

O que também me faz vir a este púlpito tem a ver com o programa de fortalecimento, isso está no eixo 1, «Fortalecimento da Governação e Proximidade com o Povo». Vi aqui algumas medidas que o Governo pensa em tomar, mas só para poder esclarecer-me também, não sei como o Governo irá fazer menção a essas medidas, porque também não vi no OGE.

Para o Sr. Ministro da Saúde, vi nas GOP e no OGE dizendo aquisição de ambulâncias especializadas e não quantifica. Será uma e será para que distrito? Para Água Grande ou para outros distritos? Trago essa preocupação porquê? Porque é do conhecimento de todos que as duas ambulâncias que estavam afectas ao Distrito do Caué tiveram acidente, a primeira mais nova, segundo informação do Governo passado, disse que desde que a ambulância foi entregue à Área de Saúde de Caué não sofreu manutenção e quando começou a apontar algumas avarias essa ambulância tinha que vir, e o mecânico depois informou que a ambulância tem tido vários problemas, superior àquilo que tinha quando veio, e tinha que ser deslocada da Área de Saúde de Caué para a cidade, e até hoje a ambulância não subiu. A Câmara Distrital de Caué pegou numa outra ambulância que era afecta à Câmara, para apoiar na deslocação de doentes, infelizmente teve acidente e até hoje não se resolveu os problemas. A única ambulância que fazia cobertura à Comunidade de Porto Alegre para Angolares retiraram de Porto Alegre, colocaram na Cidade de Angolares e as pessoas de Porto Alegre, Malanza, Ponta Baleia, Ilhéu das Rolas e Monte Mário, que tinham aquele veículo para uso, tinham que trazer para a Cidade de Angolares e colocaram uma carinha aberta para transportar os pacientes dessas localidades que referi.

Sr. Ministro, vi aquisição de ambulância, mas não vi orçamento no OGE verba para reparação dessas mesmas ambulâncias que se encontram inoperantes.

Sobre o Programa de igualdade e equidade de género, o Governo elencou algumas actividades que passo aqui a enumerar que são:

Um, melhorar a qualidade de atendimento e seguimento da vítima de VBG.

Dois, garantir o acesso gratuito à justiça e assistência às vítimas e sobreviventes de violência baseada no género.

Três, criar uma base de dados uniformizada para a Polícia, Ministério Público e Tribunais que permita o acesso a informação sobre casos de VBG.

E coloquei uma observação naquilo que diz o ponto 4, construção, reabilitação de um centro de acolhimento integrado para vítimas de VBG.

A minha questão é, onde esse centro será construído e onde está elencada a verba para a construção desse mesmo edifício?

**A Sra. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

**O Sr. José António Miguel (ADI):** — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Primeiro-Ministro e o elenco governamental, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Esta saudação é extensiva a todos que nos acompanham, quer em São Tomé, quer na diáspora.

Sr. Primeiro-Ministro, acho que sendo alguém que conhece a Administração Pública, está habituado a lidar também com orçamentos, tal como alguns de nós deputados, com certeza que já estava a prever que os deputados, algumas pessoas iriam olhar para o Orçamento e olhar logo para a questão do tecto orçamental, sem margem para dúvida, uma vez que se trata de um orçamento em que se verifica o maior tecto dos últimos tempos.

Mas também notei uma coisa. Acho que mesmo assim, não sei se verificou ainda há muita coisa para se inscrever no orçamento. Verifiquei também que algumas intervenções cá havidas, as pessoas voltaram ainda a falar de aspectos ou questões que ainda não estão inscritas no orçamento.

Para dizer que na última sessão plenária, eu próprio e alguns colegas deputados dissemos que 50 anos depois estamos numa situação extremamente difícil, onde temos problemas a todos os níveis; saúde, educação, infra-estrutura, tudo, estamos com problema em relação a tudo.

Mesmo este orçamento para alguns ou para muitos o tecto é alto não conseguirá dar resposta, se calhar, a toda essas demandas que temos de enfrentar ou temos estado a enfrentar em São Tomé e Príncipe. Trata-se de opções, cada Governo de facto faz a sua opção, mas há aqui um aspecto que ressalvei, quando o Sr. Primeiro-Ministro estava a fazer a apresentação do Orçamento. Reparei muito bem que o Sr. Primeiro-Ministro teria felicitado e agradecido os técnicos das Finanças, pela prontidão, pela eficiência na elaboração do Orçamento, mas também disse uma outra coisa, que pede a mesma eficiência, a mesma abnegação aos técnicos das Finanças, penso eu e não só, para se conseguir maior execução possível do Orçamento. É sinal de que o Sr. Primeiro-Ministro está consciente de que de facto, mais do que inscrever números, é preciso trabalharmos todos, na perspectiva de conseguirmos executar e atingir o maior nível de execução possível, porque não dependerá apenas, como está claro, dos Ministros, mas dependerá de muitos outros sectores, para se conseguir uma execução que satisfaça a todos. Também levanta-se um problema. É preciso investirmos de facto nos técnicos, para conseguirmos trabalhar na perspectiva de termos melhor execução orçamental possível.

Acompanhei aqui também a intervenção dos colegas deputados que faziam referência a transferência de verba, sobretudo de capital para investimento. Há quem teria dito que para Lembá a verba é muito pouca, outros distritos, a mesma coisa, Região Autónoma do Príncipe, igual modo. Mas devo dizer-vos que, dos orçamentos anteriores, ou seja, dos diferentes governos que vimos passar por cá, inscrevem verbas para serem transferidas para essas instituições, para as Câmaras e Região Autónoma do Príncipe, mas na hora de transferir essas verbas é que é bico-de-obra. O que se verifica é que de facto elas não são transferidas, as Câmaras estão com problemas sérios até hoje. Daí que penso que, mais do que o que está inscrito aqui, peço pelo menos que este Governo faça diferente, que se consiga transferir para as Câmaras e para a Região Autónoma do Príncipe verba, para que essas instituições possam funcionar. Porque as Câmaras e a Região Autónoma do Príncipe estão resumidas praticamente a pagar salários e recolher um pequeno résíduo. Se calhar, é a única coisa que as Câmaras fazem. Não conseguem fazer grandes investimentos. Daí que gostaria que este Governo conseguisse fazer um esforço, no sentido de fazer diferente.

Outra questão que também tenho estado a acompanhar com muita atenção tem a ver com o fenómeno migratório. No Ministério da Saúde, não há médico, não há enfermeiros, não há técnico de Saúde, porque está toda gente a ir para Portugal. É uma constatação de algum tempo a esta parte.

Ministra da Educação, não há professores, porque estão a ir para Portugal. Estudantes abandonam o 3.º, 4.º ano de universidade, vão para Portugal. Muitas dessas pessoas, infelizmente, dormem até debaixo da ponte, passam por situações difíceis. É uma constatação. O que devemos fazer? O desafio está aí, para lidarmos com a situação. Acho que é preciso definirmos políticas claras, para lidarmos com o fenómeno. Ele existe, mas mais do que nós, não gostaria de usar a expressão lamentarmos, mas é quase isso, estarmos a lamentar esse problema, temos é que trabalhar na perspectiva de como lidarmos com esse problema. Se calhar, salário, educação e incentivo para que os estudantes, ao invés de estarem já no 4.º ano e terem que

abandonar para irem a Portugal, para irem fazer nada praticamente, o que se pode fazer? Se calhar, bolsas de estudo, para incentivar esses estudantes a ficarem cá. Porque de facto há muitos estudantes que estão na Universidade de São Tomé e têm dificuldades de conseguir suportar as despesas com os estudos, e muitos já têm família para sustentar e, por aí fora. Se conseguimos incentivá-los, não seria melhor? Não vamos obrigar ninguém a ficar cá, mas podemos avançar com incentivo para que consigam optar por ficar cá.

Na Saúde, digamos, é a mesma coisa, o fenómeno é gritante. Costumo dizer, será que o Hospital tem só problema de falta de medicamentos? Não terá também problemas de assistência médica? E esse problema de assistência médica tem a ver com quê? Falta de pessoal? Pode ser. Há um conjunto de fenómenos que, na minha opinião, temos que trabalhar, na perspectiva de irmos melhorando esses aspectos.

Tendo em atenção o adiantar do tempo, já não vou continuar. É o que tenho a dizer e acho que vou continuar a minha intervenção amanhã.

A Sra. Presidente: — Não sei se o Governo, tendo ainda tempo, quererá fazer algumas intervenções, ou passaríamos a responder amanhã, logo na abertura da sessão. Não sei se os respectivos Ministros fizeram anotações, para começarmos amanhã com as respostas, ou se ainda preferem fazê-lo hoje.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo: — Vou dar uma resposta genérica a alguns aspectos, mas os aspectos mais em detalhes sectoriais serão dados amanhã.

Gostaria de dizer que, *quiçá*, temos que acelerar um processo que está já há algum tempo na forja, no âmbito da Reforma das Finanças Públicas, apresentar o orçamento por programa. Encontrar um alinhamento linear entre as GOP e o OGE muitas vezes não é possível. Há muitas acções que não dependem só de uma inscrição de uma verba, ficam interligadas com outras acções. Isso encontraria espaço para muito desalinhamento aqui abordado em relação àquilo que está nas GOP e no Orçamento. Espero que nós, rapidamente, Sr. Ministro das Finanças, passemos por esse método, que é praticado por muitas organizações, muitos países e possamos suprir essa questão, sem prejuízo de aceitar algumas críticas aqui feitas em acções concretas que não encontra seu enquadramento directo entre as medidas de política e o valor inscrito no Orçamento.

Com esta intervenção, gostaria de agradecer e pedir aos Srs. Ministros que tenham muito bem registado as perguntas aqui levantadas e logo amanhã começarmos com resposta a essas questões.

*Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.*

A Sra. Presidente: — Estamos assim a encerrar a nossa sessão de hoje, mas antes gostaria também de agradecer a todos quantos estiveram connosco durante esta sessão, o esforço dos técnicos para a transmissão, quem está em casa a nos acompanhar, foi um exercício meio aturado, mas o momento é próprio para isso.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a todos o nosso muito obrigado, amanhã retomaremos. Estarei cá às 9 horas. Costuma-se dizer, às 9 horas em ponto estarei cá.

Declaro encerrada a sessão.

*Eram 17 horas e 18 minutos.*